



A UFT NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO TOCANTINS

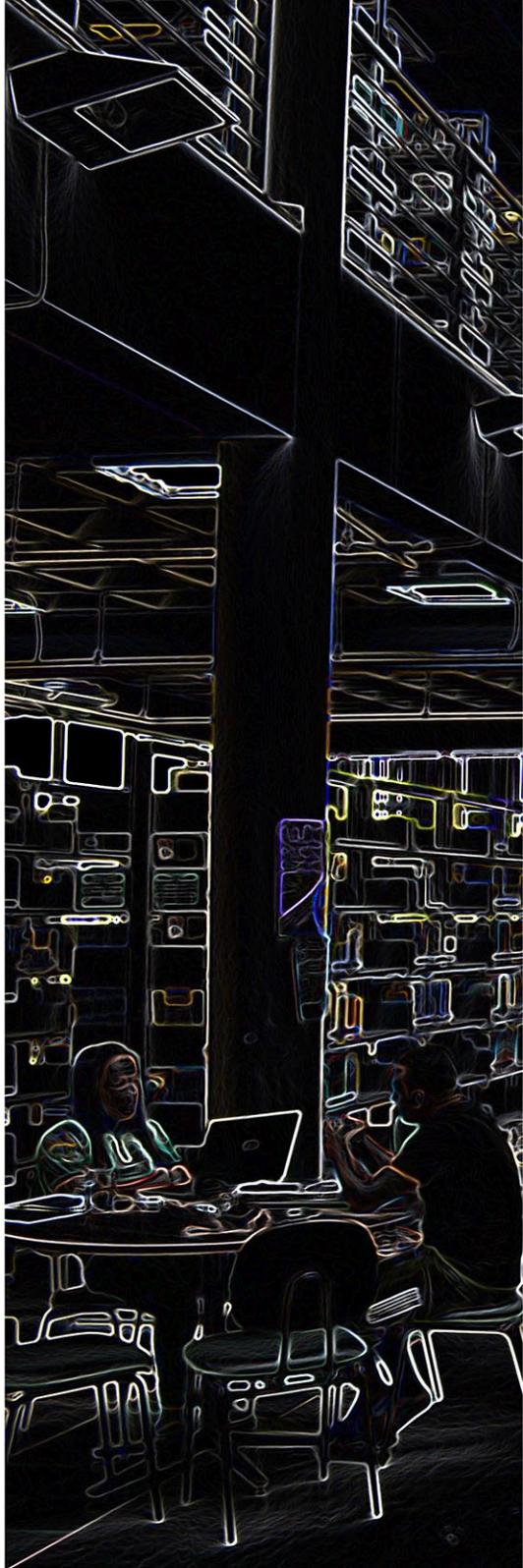
Diálogos a partir da Autoavaliação.

Alcione Marques Fernandes
Cleomar Locatelli
Nilton Marques de Oliveira
(Orgs.)



A presente produção nasce da necessidade de um prolongamento da Avaliação Interna da UFT e, neste sentido, tem como objetivo aprofundar algumas reflexões sobre a Instituição. É, portanto, a reunião de um conjunto de esforços para refletir sobre a Universidade em suas várias dimensões e em seus movimentos atuais. Serão encontrados aqui registros de um processo de Avaliação Institucional em construção e, como veremos, tal processo, ainda que inicial, já nos permite a extração de alguns dados para reflexões sobre o que é e o que faz a UFT em sua primeira década de existência. Os artigos que fazem parte do presente trabalho, em grande parte, fundamentam-se em dados produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) durante os meses de novembro e dezembro de 2009. À época, aplicou-se um questionário aos três segmentos da comunidade universitária (discentes, docentes e técnicos administrativos) com questões que buscavam contemplar as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Editora fi
www.editorafi.org



**A UFT NO CONTEXTO
EDUCACIONAL DO
TOCANTINS**

**A UFT NO CONTEXTO
EDUCACIONAL DO
TOCANTINS:
diálogos a partir da
Autoavaliação**

Alcione Marques Fernandes
Cleomar Locatelli
Nilton Marques de Oliveira
(Orgs.)

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

A regra ortográfica usada foi prerrogativa de cada autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FERNANDES, Alcione Marques; LOCATELLI, Cleomar; OLIVEIRA, Nilton Marques de (Orgs.).

A UFT no contexto educacional do Tocantins: diálogos a partir da autoavaliação [recurso eletrônico] / Alcione Marques Fernandes; Cleomar Locatelli; Nilton Marques de Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

248 p.

ISBN - 978-85-5696-113-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Universidade. 2. Relatório. 3. Pesquisa. 4. Autoavaliação. 5. Ética. 6. Política.
I. Título.

CDD-378

Índices para catálogo sistemático:

1. Universidade 378

AGRADECIMENTOS

Este livro é fruto do trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no período de 2009 a 2011, responsável pela implantação de um processo de autoavaliação institucional baseado na discussão democrática e na participação efetiva da comunidade acadêmica.

Agradecemos aos membros da CPA que participaram e contribuíram com a elaboração da Proposta de Autoavaliação Institucional (2009-2010) como também da pesquisa realizada na comunidade acadêmica no ano de 2009, porém não participaram da publicação desta coletânea por diferentes razões. Nosso agradecimento especial a Nilvânia dos Santos Silva, Kherley Caxias Batista Barbosa, Neila Nunes de Souza, Maria Irenilce Rodrigues Barros, Regis Glauciane dos Santos Sousa, Radi Melo Martins, Edson de Sousa Oliveira, Leandro Gomes da Silva e Marcela Cristina Agustini Carneiro da Silveira.

Agradecemos também a comunidade acadêmica que participou da pesquisa, avaliando os diversos aspectos que compõem a universidade, permitindo nossa reflexão acerca dos resultados e dessa forma amadurecendo o processo de autoavaliação da instituição.

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS 11

PARTE I

A UFT NO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO LOCAL E NACIONAL

CAPÍTULO 1 17

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Nilton Marques de Oliveira

Maria Jose Antunes da Silva

CAPÍTULO 2 37

O PAPEL REGIONAL DOS CAMPI A PARTIR DA ROTINA DIÁRIA DOS ALUNOS DA UFT PARA ESTUDAR

Eliseu Pereira de Brito

Nilton Marques de Oliveira

CAPÍTULO 3 59

UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE: ANÁLISE DE UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO NA UFT

Cleomar Locatelli

PARTE II

AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DA UFT

CAPÍTULO 4 83

AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA: ELEMENTOS PARA PENSARMOS A QUALIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Francisco Gonçalves Filho

CAPÍTULO 5 113

AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Alcione Marques Fernandes

CAPÍTULO 6 **131**
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: REFLEXÃO
SOBRE O OLHAR DISCENTE
Ellen Dayana Gobi Lira
Alcione Marques Fernandes

CAPÍTULO 7 **149**
A AVALIAÇÃO COMO OBJETO DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A PARTICIPAÇÃO
ESTUDANTIL NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFT
Ada Lúcia S.P. Barbosa Costa
Cleomar Locatelli

PARTE III
A MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

CAPÍTULO 8 **169**
UMA AVALIAÇÃO EXPERIENCIAL: O CASO DA MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PROFESSOR
JOSÉ TORQUATO CAROLINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Heloisa dos Santos Brasil
Lea Carvalho Rodrigues

CAPÍTULO 9 **203**
A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO À PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE CARENTE
NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO AVALIATIVO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Elaine Jesus Alves

CAPÍTULO 10 **231**
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE MELHORAMENTO DAS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Daniel de Freitas Nunes
Tainã Fernandes Doro

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O processo de Avaliação Interna da Universidade, para se incorporar ao processo democrático da gestão universitária e fazer sentido no conjunto das ações da Instituição, precisa ser uma tarefa coletiva. Precisa, ainda, articular-se claramente ao planejamento participativo, pois os objetivos, definidos e assumidos por todos, deverão também ser avaliados por todos.

A Avaliação Interna na Universidade Federal do Tocantins (UFT) ainda busca encontrar seu espaço como tarefa coletiva da comunidade acadêmica, precisa ser compreendida como uma ferramenta democrática e como um exercício em que a Instituição se permite olhar criticamente, reconhecendo suas potencialidades e limites.

No entanto, devemos reconhecer que a UFT já deu passos significativos na direção da estruturação de sua Avaliação Interna. Pode-se dizer que a história da avaliação desta Instituição teve início com a nomeação da primeira comissão Interna de avaliação em 2003. Desde então, importantes discussões foram realizadas, projetos de avaliação foram elaborados e relatórios produzidos e publicados. Não se deve esquecer também que vários sujeitos aprenderam sobre avaliação e deixaram importantes contribuições para esse processo.

A presente produção nasce da necessidade de um prolongamento da Avaliação Interna da UFT e, neste sentido, tem como objetivo aprofundar algumas reflexões sobre a Instituição. É, portanto, a reunião de um conjunto de esforços para refletir sobre a Universidade em suas várias dimensões e em seus movimentos atuais. Serão encontrados aqui registros de um processo de Avaliação Institucional em construção e, como veremos, tal processo, ainda que inicial, já nos permite a extração de alguns dados para reflexões sobre o que é e o que faz a UFT em sua primeira década de existência.

Os artigos que fazem parte do presente trabalho, em grande parte, fundamentam-se em dados produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) durante os meses de novembro e dezembro de 2009. À época, aplicou-se um questionário aos três segmentos da comunidade universitária (discentes, docentes e técnicos administrativos) com questões que buscavam contemplar as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Além disso, a presente produção traz um esforço dos autores no sentido de refletir sobre três aspectos gerais: o primeiro aspecto trata da Universidade no contexto em que está inserida. Trata da verificação do público atendido diretamente pela ação da universidade, considerando o perfil socioeconômico dos estudantes nos diversos campi e cursos que a UFT oferece em todo o estado do Tocantins. Trata também de verificar o raio de ação atingido pela Universidade em cada um dos seus sete campi. Assim como, trata da compreensão da comunidade acadêmica sobre o atendimento às demandas do mercado na abertura de novos cursos e sobre o cumprimento de sua responsabilidade social.

Um segundo aspecto discutido, neste trabalho, volta-se para a análise da avaliação institucional na UFT. Aqui os textos tratam da história da autoavaliação na Instituição e de como docentes e discentes têm participado do processo. São quatro textos que buscam refletir sobre o percurso da Avaliação Institucional Interna. Nesta segunda, parte têm-se registros de particularidades importantes desta curta e intensa luta por tornar permanente e efetiva a avaliação, bem como das dificuldades em motivar a participação dos diversos sujeitos para avaliar. Reconhece-se que esta é uma luta por ampliar a gestão democrática na instituição e por tornar a avaliação um processo educativo.

O terceiro e último aspecto tratado, neste trabalho, refere-se à modernização e à assistência estudantil na UFT.

Verifica-se como se deu o processo de modernização da biblioteca central da Universidade, considerando o melhoramento no atendimento à comunidade, verifica-se o caso do Programa Bolsa Permanência como política para atender ao direito do estudante carente ao ensino superior e, ainda, a avaliação institucional como ferramenta para melhorar a política de assistência estudantil.

Espera-se que a leitura dos textos aqui reunidos possa ser útil para mostrar ao leitor algumas particularidades desta recente Instituição de Ensino Superior, localizada na Região Norte do País. Como uma Universidade que busca se tornar referência no ensino, na pesquisa e na extensão, a UFT deve ser colocada em debate e buscar a colaboração de todos quantos queiram contribuir. Neste sentido, os textos que compõem o presente trabalho podem ser apenas a parte inicial do esforço coletivo de pensar esta Instituição no curto, médio e longo prazo. Portanto, o debate sobre a UFT e sua avaliação interna fica aberto à contribuições, convergentes ou não com as que se buscaram apresentar aqui.

Parte I

A UFT NO CONTEXTO POLITICO E ECONOMICO LOCAL E NACIONAL

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Nilton Marques de Oliveira
Maria Jose Antunes da Silva

INTRODUÇÃO

Este texto propõe a conhecer a realidade socioeconômica dos estudantes de graduação da Universidade Federal do Tocantins, sua rotina, dificuldades e limitações, que constituem desafios para toda comunidade a acadêmica.

Devido à sua crescente expansão, nos últimos anos, nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, a Universidade Federal do Tocantins vem consolidando o processo de Avaliação Institucional, que tem como um dos objetivos conhecer sua realidade, potencialidades e fragilidades. Esta pesquisa faz parte da Avaliação Institucional que aconteceu em 2009, que teve a participação de toda a comunidade acadêmica.

A UFT está presente nos sete *campi* do Estado (Arraias, Gurupi, Porto Nacional, Palmas, Miracema, Araguaína e Tocantinópolis) com grandes diferenças socioeconômicas regionais. Assim, é preciso conhecer os reais níveis de vulnerabilidade dos estudantes para que a Universidade implemente política de assistência estudantil

pautada nos direitos sociais e na cidadania, a fim de superar as conseqüências resultantes dessas desigualdades durante sua permanência no Ensino Superior.

As informações que fundamentaram esta pesquisa foram divididas nas seguintes partes: caracterização dos estudantes quanto ao estado civil, sexo, tempo de residência no estado, meio de transporte, renda familiar, procedência entre outros.

REVISÃO DE LITERATURA

Quando se refere à caracterização, investigação, análise do perfil socioeconômico, muitas pesquisas têm tido o estudante universitário como sujeito (Bezzon, 1995; Primi, Vendramini, Santos & Figueiredo, 1999), condições de estudo (Carelli, 1996; Mercuri, 1992), aproveitamento (Pacheco, 1996).

Outras variáveis também têm sido estudadas como a compreensão da realidade cotidiana dos alunos (CALEJON, 1996).

A integração à universidade é um processo multifacetado construído no cotidiano das relações que se estabelecem entre o estudante e a instituição. Caracteriza-se pela troca entre as expectativas, características e habilidades dos estudantes e a estrutura, normas e a comunidade que compõem a universidade (POLYDORO *et al*, 2001).

Nos estudos realizados por Polydoro, *et al* (2001), a integração à Universidade tem sido a variável central na decisão entre a permanência ou abandono do objetivo de graduação.

A literatura sobre a evasão no ensino superior afirma que a desistência é mais provável para o estudante que estiver insuficientemente integrado acadêmica e socialmente à universidade. Grande parte dos instrumentos criados para avaliação da integração acadêmica tinha como

preocupação básica prever a evasão universitária a partir da medida de integração.

Baker e Siryk (1989), citado por Polydoro, *et al* (2001), identificaram quatro dimensões relacionadas à integração do estudante à universidade: (a) o ajustamento acadêmico: referindo-se ao atendimento às demandas educacionais que a instituição apresenta ao estudante; (b) o ajustamento relacional-social: referindo-se às demandas interpessoais e sociais da vida universitária; (c) o ajustamento pessoal-emocional: referindo-se ao estado psicológico e físico do universitário; e (d) o comprometimento com a instituição/aderência: referindo-se à qualidade da ligação entre o estudante e o curso e do estudante com a instituição.

Como abordam esses autores, o ajustamento do estudante à universidade envolve diferentes demandas de respostas de enfrentamento ou ajustamento que, por sua vez, podem possuir eficácia variada.

Estudo feito por Finatti, *et al* (2006), sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-PR, ressalta que, na Política de Educação Superior a assistência estudantil tem como objetivo prover os recursos necessários à superação de obstáculos que impedem os alunos desprovidos de recursos financeiros de desenvolverem, com plenitude de dedicação, sua graduação, e obterem um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula.

Destaca, ainda, que a missão da Universidade Pública se cumpre na medida em que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade mais justa e igualitária, torna-se necessário democratizar o acesso a à Universidade, articulando as ações assistenciais ao processo educativo, por meio de uma política permanente de assistência estudantil, que atue nas

áreas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer.

Alguns estudos, realizados em diversas Universidades e por diferentes órgãos, comprovam a necessidade de uma política de assistência estudantil. Entre eles, destacam-se: “Diplomação, Retenção e Evasão em Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas”, realizado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) em 1998, revelou que 40% dos estudantes que ingressam na Universidade abandonam o curso antes de concluí-lo. Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, as dificuldades econômicas são responsáveis por, aproximadamente, 14% das causas externas de evasão e retenção. Uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1998, denominada “Influência da Bolsa de Manutenção no Desempenho Acadêmico dos Bolsistas”, comparou o desempenho de dois grupos, um de estudantes que possuíam bolsas do programa de assistência e outro que não possuía. Tal pesquisa comprovou que os alunos que possuíam bolsas concluíram seus cursos em menor tempo, apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula. (FINATTI *et al*, 2006).

Em Martinez *et al* (2004), sobre o Perfil socioeconômico dos estudantes de odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), buscando conhecer as características e a opinião dos estudantes, pôde fornecer importantes subsídios para o planejamento e reorganização do desenvolvimento acadêmico. Dentre os resultados, verificou-se que a maioria dos alunos (62,9%) é do sexo feminino. Eles são solteiros (96,7%), pertencem à classe média alta e estão satisfeitos com o curso.

Estudo realizado por Oliveira & Melo-Silva (2010) sobre o perfil de concluintes dos cursos de graduação de Química, Ciências Biológicas e Psicologia de uma

Universidade Pública, buscou compreender influências das variáveis sociodemográficas e acadêmicas em suas trajetórias de carreira. Os 140 participantes responderam a um questionário com variáveis sociodemográficas: escolaridade dos pais, renda familiar, nível socioeconômico e procedência do Ensino Fundamental e Médio (público ou particular). Verificou-se que a escolaridade dos pais, nível socioeconômico e natureza do ensino cursado estão proporcionalmente relacionados ao sucesso no vestibular e à escolha da carreira.

Nakamea, *et al.* (1997), ao discutirem sobre a caracterização socioeconômica e educacional do estudante de enfermagem nas escolas de Minas Gerais, fizeram uma descrição do perfil comparativo dos estudantes de enfermagem provenientes das escolas mineiras públicas e privadas. Concluem mostrando semelhanças e diferenças que caracterizam os dois grupos. Deram destaque às diferenças significativas que se referem à vida escolar, requisitos para o aproveitamento no ensino e a situação econômica dos estudantes. O aluno da escola privada (universidade) está em desvantagem, entrou mais tarde na universidade, tem menos tempo para os estudos, a maioria deles trabalha, os pais têm menor instrução formal, enquanto que o aluno da escola pública verificou-se que este tem mais tempo para os estudos, não trabalha, possuem uma renda melhor e os pais têm formação superior.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa foi a aplicação de questionário eletrônico, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), um instrumento de coleta de dados específico, composto por questões fechadas e respondido pela comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos). Esta consulta aconteceu

no período de 16 de novembro a 21 de dezembro de 2009 e teve a participação de 1562 membros (14%) da comunidade acadêmica. A amostra para esta análise centrou-se, apenas, na participação dos estudantes que foi composta por 1.229 universitários.

O tratamento e análise das informações foram por meio de Bancos de dados da pesquisa e a confecção dos gráficos pela planilha do Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte serão apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa, considerando a categorização dos dados obtidos por meio do questionário, tendo como objetivo a caracterização do perfil socioeconômico dos sujeitos das representações. Lembrando que o total foi de respondentes da pesquisa 1.229 alunos.

A distribuição dos estudantes da UFT, quando consideramos o sexo, mostra que 51% (627) são do sexo masculino e 49% (602) estudantes do sexo feminino. Com relação às idades dos alunos que freqüentam os cursos da Universidade Federal do Tocantins, mais de 84% dos estudantes têm idade até 29 anos, sendo a idade média de 25 anos. Esses resultados mostram semelhanças com outras pesquisas realizadas com o objetivo de analisar o perfil socioeconômico. Oliveira Júnior (2004) fez um estudo comparativo do perfil socioeconômico e cultural dos alunos da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Católica de Brasília (UCB) em 1999. Martinez *et al* (2004), sobre o Perfil socioeconômico dos estudantes de odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A Figura 1 mostra o ano de ingresso dos alunos na UFT, fica evidente que a maioria dos ingressos se deu nos anos de 2007 a 2009, representando mais de 75% do total.

Este aumento está relacionado com a política da universidade com a expansão das vagas por meio do Programa REUNI do Governo Federal.

O REUNI tem por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível da graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas Universidades Federais com um acréscimo de 20% ao orçamento total destinados às Instituições (BRASIL, 2007).

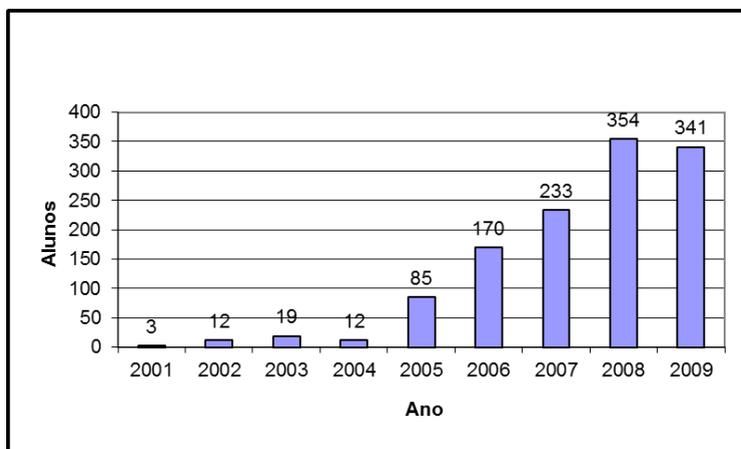


Figura 1 – Ano de Ingresso

Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 2 mostra o número de participantes da pesquisa por Campus. Fica evidente que a maior participação está concentrada no Campus de Palmas, com, 43% (523). Este Campus possui o maior número de cursos de graduação (14), nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Artes, Comunicação, Saúde, Engenharias e Computação. Segundo informações UFT em Números dados de 2011 estão matriculados 4.904 alunos no Campus de Palmas.

O Campus de Araguaína contou com a participação de 210 alunos (17%), este representa o segundo maior Campus, cerca de 2.541 alunos matriculados em 2011, distribuídos em 12 cursos de graduação nas áreas de Ciência Animal, Ciências Humanas e Letras, Ensino de Ciências e Gestão de Negócios.

Os *Campi* de Gurupi e Porto Nacional participaram com 155 alunos (13%) e 132 (11%) respectivamente. Em Gurupi, estão concentradas as áreas de Ciências Agrárias e Tecnológicas com 811 alunos matriculados em 2011 nos seus 04 (quatro) cursos de graduação. Já em Porto Nacional, há 1.335 alunos matriculados em seus 04 (quatro) cursos de graduação.

Nos demais *Campi*, temos Miracema e Arraias com a participação de 4% cada e Tocantinópolis com 8% do total. Esses *Campi* possuem 02 cursos de graduação cada e cerca de 1.700 alunos matriculados. Vale destacar a participação de Tocantinópolis no processo que teve o dobro de alunos que responderam ao questionário, levando em conta que este Campus possui o mesmo número de cursos de Arraias e Miracema e aproximadamente a mesma quantidade de alunos matriculados.

Foi perguntado aos alunos onde eles residem atualmente, 42% (518) a grande maioria, residem na Capital Palmas; Araguaína (15%); Gurupi (11,5%) e outras cidades com (9,5%). Com a expansão de novos cursos na UFT, alguns estudantes residem próximos às cidades dos *Campi* no interior do estado, como na região do Bico do Papagaio; Arraias; Gurupi e Araguaína. Quanto ao tempo de residência no estado, 57% (697) residem há mais de 10 anos; 29% residem de 1 até 5 anos e de 5 a menos de 10 anos (12%).

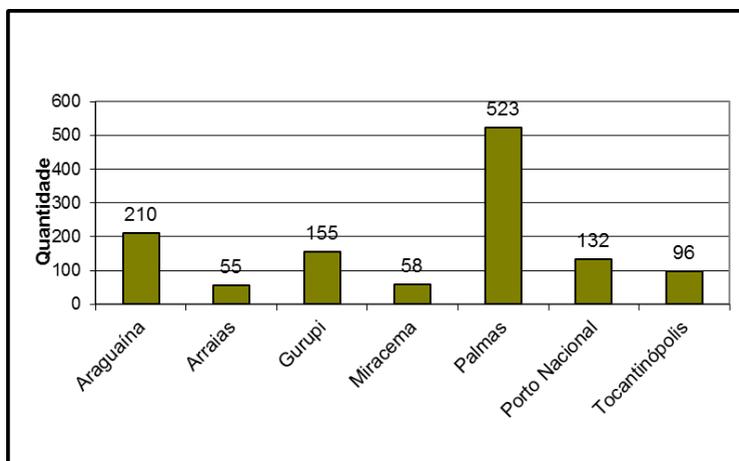


Figura 2 – Número de participantes da pesquisa por Campus

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação á distribuição do estado civil dos estudantes da UFT (Figura 3), 78% são solteiros e 17% casados. Resultados semelhantes encontrados nas pesquisas de Oliveira Júnior (2004); Nakamea, *et al.* (1997); Martinez *et al* (2004).

Com relação aos membros familiares que moram com os estudantes, 66% (807) não informaram; 32% (392) moram com até 5 (cinco) pessoas e 2% não informaram. A distância de onde mora até a UFT foi outro item perguntado, 45% dos alunos moram de 3 a 10 km da UFT, ou seja, próximo aos *campi* da Universidade. Até 2 km de distância, temos 18%; de 11 a 100 km moram 33% dos estudantes. Para chegar aos *Campi* da UFT, 36% utilizam ônibus ou Van; 21% utilizam motocicleta; 11% vão de carro; 9% bicicleta; 16% vão a pé, estes moram próximos até 2km da UFT e 5% pegam carona.

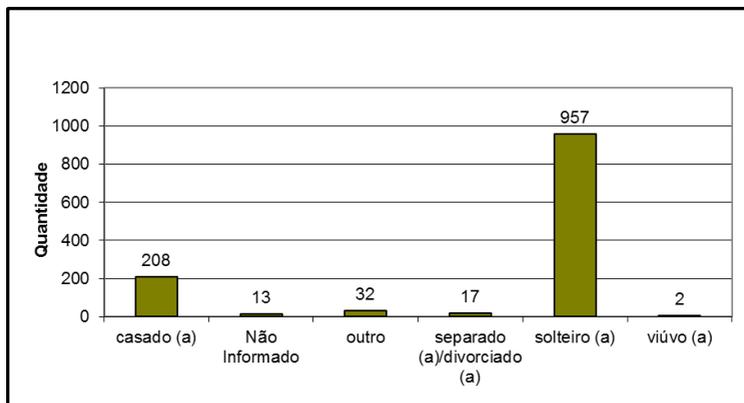


Figura 3 – Estado Civil

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao Ensino médio, 82% concluíram o ensino comum de educação geral, (Ensino Médio); 8% concluíram o curso profissionalizante técnico; 2,6% concluíram na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A figura 4 demonstra a renda dos alunos da Universidade Federal do Tocantins, e nesse item é possível observar que 16,76% vivem com uma renda familiar de até um salário mínimo, 40, 68% com renda de um a três salários. Somando esses dois dados, observa-se que 57,45% têm renda de até três salários mínimos. Entre três e seis salários mínimos temos 22,05% e somente 7,89% têm renda superior a nove salários mínimos. Esses números demonstram que esta universidade tem, na sua maioria, alunos com renda baixa, o que requer investimentos na área de assistência estudantil, pois é notório que os alunos dessa faixa etária da sociedade têm dificuldades de acesso aos recursos necessários para construir uma boa qualificação profissional.

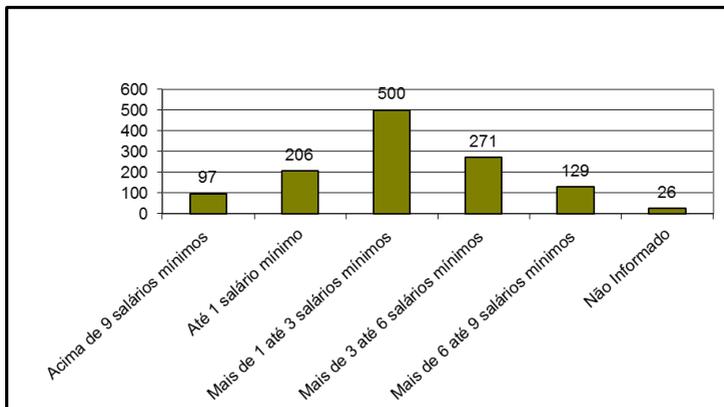


Figura 4 – Qual a faixa de renda mensal da sua família?

Fonte: Dados da pesquisa

A figura 5 mostra que 55,98% dos estudantes moram com os pais, 15,62% moram com amigos, 14,48% moram sozinhos e somente 2,85% dos estudantes moram em casas do estudante. Pode-se concluir com essas informações que a maioria absoluta dos estudantes mora com suas famílias, no entanto, os dados dos moradores das casas do estudante são mais de cinco vezes menores que os estudantes que moram com amigos e sozinhos. Isso demonstra como ainda é incipiente a oferta de moradia estudantil no estado do Tocantins. Vale destacar, também, que a casa do estudante pertence ao estado e a UFT é parceira nesse serviço ofertado para os estudantes universitários.

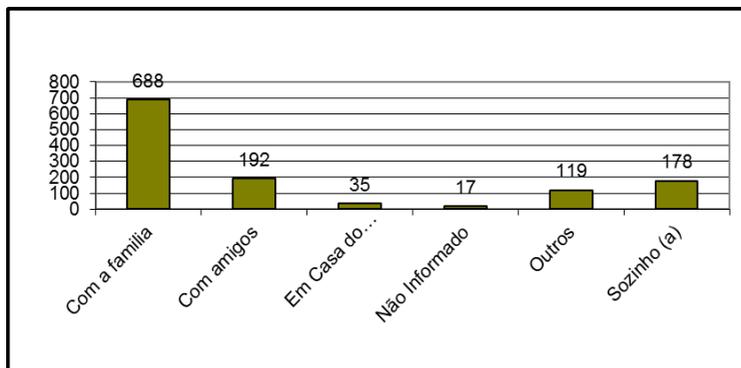


Figura 5 – Você mora com quem?

Fonte: Dados da pesquisa

Outro dado relevante da pesquisa foi a presença de estudantes na UFT de todas as regiões do Brasil. A Região Norte onde está localizada a Universidade recebeu 51% do total de alunos matriculados em 2009; 44% deste total são do estado do Tocantins. A Região Centro-Oeste com 20%, com destaque para o estado de Goiás (16%). O Nordeste com 17%, cabe destacar a participação do Maranhão com 11% dos alunos matriculados na UFT. Ficando a Região Sudeste com 8% e a Sul com 2%.

Como forma de manter e viabilizar a permanência dos estudantes nas Universidades Públicas, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Permanência (Políticas afirmativas). Este Programa é gerenciado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST e se destina aos acadêmicos de graduação da UFT, comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para o aperfeiçoamento profissional e cultural. Este programa compreende duas modalidades de bolsas: a Acadêmica, que tem como finalidade incentivar a participação do discente em atividades extensionistas, de pesquisa e de ensino sob a orientação de integrante da carreira docente da UFT e a modalidade Institucional, que tem por finalidade proporcionar ao estudante, sob orientação, a aprendizagem

de técnicas e métodos gerenciais, bem como estimular o desenvolvimento do pensar e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas da gestão institucional. Os bolsistas recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 372,00.

A Figura 6 mostra que 19% dos respondentes (241) são bolsistas; 78% (954) não são e 3% (34) não informaram. A Universidade vem aumentando o número de bolsas, de acordo com o orçamento do Governo Federal. Em 2008, início do Programa, foram atendidos apenas 47 alunos; em 2009, esse número saltou para 509, e em 2010, a Universidade conseguiu atender a 668 alunos.

A Figura 6 revela, ainda, dados importantes, pois 19% dos pesquisados declararam receber bolsa num universo de 57,45% com renda inferior a três salários mínimos. A expansão da oferta de bolsa foi extremamente importante, já que aumentou quatorze vezes. No entanto, apesar de ter aumentado nessa proporção, a proporção de alunos com menos de três salários mínimos é quase três vezes maior que o número de bolsas.

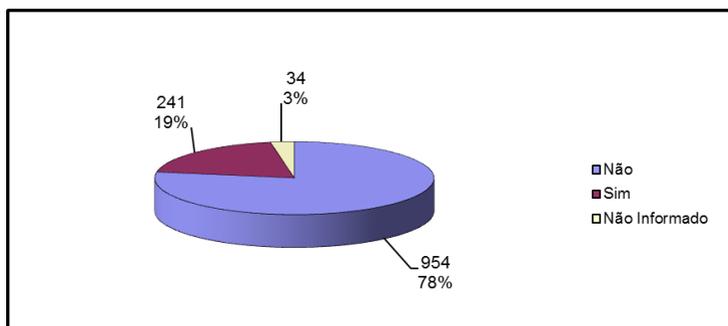


Figura 6 – Sou bolsista da UFT ?

Fonte: Dados da pesquisa

A figura 7 mostra informações muito interessantes que confirmam o dado do grande número de estudantes que moram com suas famílias, 48,49% dos estudantes não trabalham e seus gastos são financiados por seus familiares, o fato de o estudante não trabalhar, abre a possibilidade de um aproveitamento melhor na sua formação profissional. Já 15,30% trabalham e contribuem com o sustento da família, 11,96% trabalham e se sustentam 14,81% trabalham e recebem ajuda da família e 7,16% trabalham e são o principal responsável pelo seu sustento e da família, 2,28% não responderam. Com essas informações é possível observar que a estratégia de sua manutenção é o trabalho, visto que, 49,23% dos estudantes são trabalhadores e isso implica menos tempo de dedicação aos estudos, porém esses números estão bem equilibrados entre os que trabalham e os que não trabalham. Mas indicam, também, que a Universidade precisa considerar essa realidade para fazer seus planejamentos a fim de atender a essas demandas e possibilitar oportunidades diferenciadas para esses alunos trabalhadores.

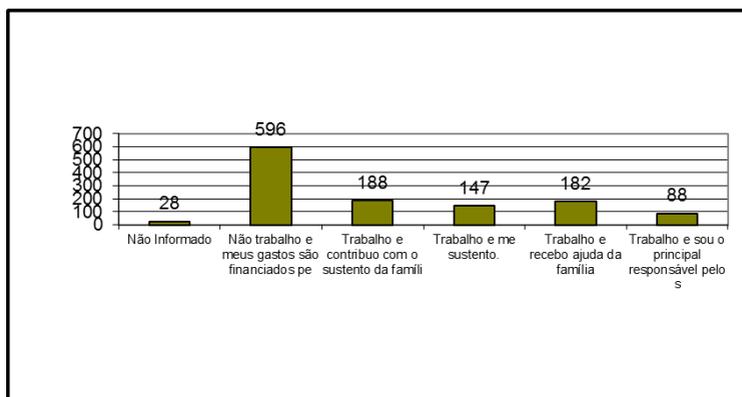


Figura 7 – Assinale a opção que melhor descreve seu caso:

Fonte: Dados da pesquisa

A Universidade Federal do Tocantins tem um caráter inclusivo, e apesar desse estudo não demonstrar as faixas etárias dos estudantes por curso, tem demonstrado que seus estudantes são de classes sociais empobrecidas. Observe que na figura 8, 66,15% de seus estudantes são oriundos de escolas públicas, contra 19,77%, com formação em escolas particulares e os demais, 12,37%, que informaram que sua formação básica foi em escolas públicas e privadas.

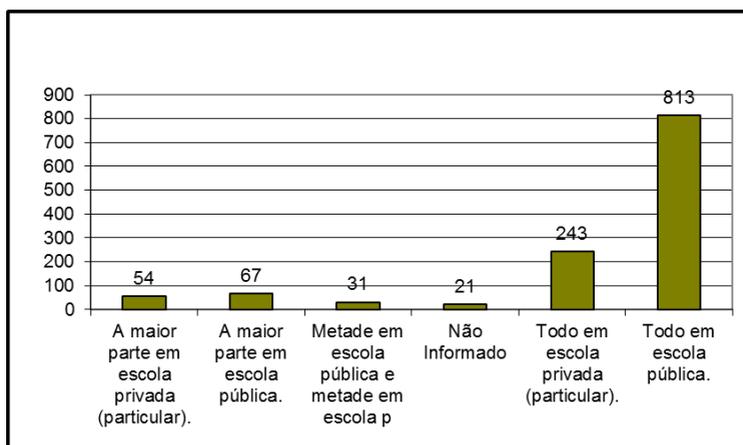


Figura 8 – Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

Fonte: Dados da pesquisa

Vale destacar que vivemos em uma sociedade de classe e que Cardoso (1995) considera que, no debate de classe social, há várias divergências no campo conceitual, inclusive quanto à sua existência. Esta autora aponta que Marx, entre 1844 e 1846, inicia o debate de classe e revolução, onde se encontra com o proletário, e este encontro influencia na elaboração de sua teoria.

Para Hobsbawm *apud* Cardoso (1995, p. 33), por classe social entende-se:

Agrupamentos de exploradores e explorados que,

em virtude de razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal e, como argumentaria Marx, até o triunfo da revolução proletária. (...) São classes diferentes e antagônicas que emergem com a dissolução das comunidades primitivas: *burguesia* constituída pelos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção que empregam o trabalho assalariado; e o *proletariado*, constituído pelos trabalhadores assalariados modernos, que, não possuindo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Nesse sentido, na discussão deste trabalho, é possível notar que os atores dos movimentos sociais estão inseridos nas classes sociais subalternas, ou seja, excluídos de uma série de direitos que lhes assegurariam o alcance da cidadania. Muitos estão fora da esfera do trabalho, não porque a classe dos trabalhadores deixou de existir, mas porque foram excluídos da esfera de produção. Lamamoto (2003) chama de massa sobrando, ou, os desnecessários para este sistema de produção, são eles as pessoas idosas, os deficientes, os analfabetos, os que não tem mão de obra qualificada e assim por diante.

Em sua análise, apontou para o debate a avaliação do que se constitui classe social, por entender que numa sociedade de classe, consolidada como no capitalismo, o que ocorre é o aprofundamento das divisões de classes pela concentração de renda cada vez mais acentuada, e o aumento das desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever e analisar o perfil socioeconômico do relatório de avaliação institucional de 2009-2010, pode-se chegar à conclusão de que a Universidade Federal do

Tocantins cumpre com sua missão de inclusão social por meio da educação de nível superior da população tocantinense.

Os dados da pesquisa revelaram que a média de idade dos alunos é de 25 anos, essa faixa etária, conforme a Organização Mundial da Saúde é de jovens que estão incluídos no Ensino Superior. Observou-se, também, que existe um grande número de alunos, 57,45%, com renda de até três salários mínimos e a Universidade tem uma preocupação com a permanência desses alunos, pois desenvolve uma política de transferência de renda a uma boa parcela desses jovens.

Por meio dessa pesquisa, notou-se que, quando se trata de assistência estudantil, o foco de investimento é na transferência de renda, pois o outro benefício que aparece é a moradia estudantil, mas atende a uma parcela muito pequena dos estudantes e esta casa não é patrimônio da UFT, mas parceira do Governo do estado no atendimento aos estudantes que precisam desse benefício.

O Campus de Palmas teve (43%) maior participação no número de participantes na pesquisa, vale ressaltar que esse campus tem o maior número de estudantes do estado, o maior quantitativo de cursos. A pesquisa mostrou que a maioria dos estudantes, 78%, são solteiros 66,15% de seus estudantes são oriundos de escolas públicas; que 56% moram com a família; que 49,23% dos estudantes são trabalhadores.

É mister reconhecer a importância da UFT para o desenvolvimento social dos jovens desse estado, pois atende a uma grande diversidade de alunos com sua política de cotas, tem na sua maioria de alunos ingressantes com baixa renda e se preocupa com a permanência dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZZON, L.A. C. Análise do perfil socioeconômico cultural dos ingressantes na Unicamp (1987-1994): democratização ou elitização? São Paulo, Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 1995. 248p
- BRASIL, Ministério da Educação, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Programa REUNI. Brasília: INEP, 2007.
- CALEJON, L. M. C. Manejo de crises e dificuldades adaptativas em universitários. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.
- CARELLI, M. J. G. Perfil sociocultural e condições de estudo de alunos da Universidade São Francisco - USF. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. F. F. C. L. São Paulo, 1996.
- FINATTI, B. E.; *et al.* O perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-PR. Serviço Social em Revista, UEL, v.8 n.2, jan-jun, 2006.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, UFT em Números 2009-2010. (Orgs.) Vergara F. E; Oliveira R. J *et al.* Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Planejamento, 2010.
- CARDOSO, F. G. *Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social.* São Paulo: Cortez; São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 1995.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

- MARTINEZ, C. S.; ANDRADE, F. B.; MIOTTO, M. H. M. B. Perfil socioeconômico dos estudantes de odontologia da Universidade Federal do Espírito Santos – UFES. Revista Odonto. Vol. 6, n.2, PP 51-58, maio-ago, 2004
- MERCURI, E. N. G. S. Condições espaciais, materiais e pessoais para o estudo, segundo depoimentos de alunos e professores de graduação da Unicamp. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Faculdade de Educação. Campinas, SP, 1992
- NAKAMAE, D. D. *et al.* Caracterização socioeconômica e educacional do estudante de enfermagem nas escolas de Minas Gerais. Revista da Escola de Enfermagem USP, v. 31, n.1, pp 109-18, abr-mai, 1997.
- OLIVERIA JUNIOR, A.P. Estudo comparativo do perfil socioeconômico-cultural dos alunos da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Católica de Brasília (UCB) em 1999. Revista Humanidades, v. 1 n.1- setembro de 2004.
- PACHECO, E. M. de C. Indicadores de risco de sucesso acadêmico segundo universitários. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC. Campinas, 1996. 144p.
- POLYDORO, S. A. *et al.* Development of a scale for student adaptation to academic environment assessment. Psico USF [on line]. 2001. Vol6. N.1 pp. 11-17.
- PRIMI, R.; VENDRAMINI, C.; SANTOS, A. A. A. & FIGUEIREDO, N. Impacto de variáveis socioeconômicas no desempenho de candidatos ao ensino superior.
- SOARES A. P.; ARAÚJO, S. CAIRES, S. (Orgs). Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Vol. V (PP.195-202), 1999. APPORT, Associação dos Psicólogos Portugueses Braga, Portugal, 1999.

CAPÍTULO 2

O PAPEL REGIONAL DOS CAMPUS A PARTIR DA ROTINA DIÁRIA DOS ALUNOS DA UFT PARA ESTUDAR

Eliseu Pereira de Brito
Nilton Marques de Oliveira

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi mapear a rotina dos alunos da Universidade Federal do Tocantins – UFT que se deslocam diariamente para estudar. A partir desta identificação, analisamos o papel que exerce na rede urbana as cidades que possuem um campus da UFT.

Como suporte para a pesquisa, estruturamos nossa análise através de uma metodologia dos estudos desenvolvidos sobre os agentes e processos estruturadores da rede urbana. Dentre os referenciais utilizados no trabalho temos o de Corrêa (1997). Nesta obra, o autor levantou alguns pontos fundamentais para o estudo da rede urbana, entendendo-a como um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados. Neste viés de análise, Rochefort (1998) entendeu como rede urbana uma organização de centros com suas zonas de influência controladas por um centro maior hierarquizado.

Ainda norteando a organização conceitual, Dias (1995) nos ofereceu importante análise com o estudo das redes urbanas a partir dos dados das telecomunicações,

definindo a hierarquização de cidades no Brasil. Ribeiro (1998), em “A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise” propôs um estudo a partir de Miossec (1976) e classificou as redes em: rede de produção, rede de distribuição e rede de gestão.

A obra de Christaller (1966), “Central Places in Southern Germany”, e os estudos do IPEA (2002), intitulados “Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana”, trouxeram importantes metodologias para o trabalho. Em suas proposições existiriam elementos reguladores sobre o número, o tamanho e a distribuição das cidades, o que, em suma, afirmaram que todo núcleo se constitui em uma localidade central, diferenciando-se apenas pela sua importância na distribuição de bens e serviços. Quanto maior o número de funções especializadas exercidas por uma cidade em uma área, maior o seu nível de centralidade.

A partir do suporte teórico e do trabalho de campo, foi possível responder à problemática central do trabalho, qual seja: o papel desempenhado pelas cidades na rede urbana e a função da UFT nestas localidades.

Neste trabalho, afirmou-se que duas categorias devem ser postas em evidência para caracterizar a rede urbana tocantinense, é preciso determinar os tipos de cidades que cada região tem; é preciso delimitar as zonas de influências das cidades médias e locais que constituem os dois escalões da hierarquia das cidades tocantinenses.

A relação rede urbana e rotina diária dos estudantes tornou-se possível mediante um olhar sobre a distribuição dos *campi* da UFT no território tocantinense. Os dados aqui apresentados são fruto da pesquisa institucional realizada no ano de 2009 pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entendeu-se nesta pesquisa, que a rede urbana e de integração é um reflexo, pois, a partir das cristalizações oriundas do capital, que ao se desenvolver, gerou hierarquias entre as cidades e uma especialização funcional. Neste norte, é através desta que se viabiliza a produção e apropriação dos diversos excedentes em diferentes áreas, a circulação e o consumo de mercadorias.

A teoria das Localidades Centrais de Christaller (1933) foi a primeira formulação geral sobre os sistemas de cidades que buscou explicar o tamanho, o número e a distribuição das cidades a partir de algumas leis ou princípios de ordem nas regiões. A teoria parte do fundamento teórico de que as cidades têm características de serviços homogêneos. Christaller (1933) considerou que a função básica de uma cidade está na distribuição de bens e serviços para a área que a rodeia, denominada de funções centrais e, os centros que provêm destas funções são chamados de lugares centrais.

Esta teoria parte da noção do alcance de um bem no raio que se estende ao mercado, sendo que cada bem ou serviço tem distinto alcance devido as suas qualidades, custos e preferências de hábitos de consumo. Há bens que são de consumo diário, como os alimentos que tem limitação quanto à distância entre produtor e consumidor.

A centralidade de um local é dada pela relevância de um determinado bem ou serviço oferecido, organizando a partir do nível de suas funções que, quanto maior estas, maior também na escala hierárquica da centralidade. Para tanto, o autor trabalhou com o alcance máximo (*maximum range*), que é a abrangência de uma localidade central em atrair consumidores em um raio, e o alcance mínimo (*maximum range threshold*) é a área do entorno de uma localidade central formada por pessoas com capacidade econômica de consumo.

Segundo Christaller (1966), todo núcleo de povoamento, independente de seu tamanho seria um “*central places*” equipado de distribuição de bens e serviços para a população externa do núcleo. Para o IPEA (2001, p. 35),

outras das proposições implícitas em Christaller são o alcance espacial máximo (*maximum range*) e o alcance espacial mínimo (*minimum range threshold*). O primeiro diz respeito a uma área determinada por um raio, a partir da localidade central, dentro do qual a população dirige-se à localidade, na busca de consumo de bens e serviços. (...). O segundo conceito o de alcance espacial mínimo, referia-se à área do entorno de uma localidade central, que disporia do número mínimo necessário de consumidores que possibilitasse, economicamente, a instalação de uma atividade de oferecimento de bens ou de serviços, ou seja, de uma função central.

Em se tratando sobre as redes, Rochefort (1998) observou a organização urbana da Alsácia utilizando métodos diretos respaldado na imbricação das zonas de influências das cidades, procurando definir na região de qual cidade cada aldeia era dependente por meio de questionários endereçados para as professoras do primário.

Neste trabalho, afirmou-se que duas categorias devem ser postas em evidência para caracterizar uma rede: é preciso determinar os tipos de cidades que cada região tem; é preciso delimitar as zonas de influências das cidades grandes e das cidades médias que constituem os dois primeiros escalões dessa hierarquia. Nesta perspectiva, conclui-se que utilizando estas duas categorias é possível definir a organização urbana de uma região.

Para Dias (1996), a história da urbanização constitui em grande parte a história das redes técnicas. No passado o sistema rodoviário refletiu na formação de cidades.

Atualmente, o fluxo de informação tornou-se uma condição a todo movimento de elementos materiais entre as cidades.

Ribeiro (1996) classificou a rede urbana em rede de produção, de distribuição e de gestão. A rede de produção tem sua organização baseada na estrutura produtiva das cidades, articulada pelas vias de transporte e comunicação. A rede de distribuição está firmada na importância do centro na rede de localidades centrais e, a rede de gestão é constituída pelos centros, locais privilegiados por investimentos que têm interações vantajosas em detrimento da área ao seu redor.

A REDE URBANA DO ESTADO DO TOCANTINS

A maioria das cidades tocantinenses são locais, com pouca articulação na rede urbana. Os centros urbanos exercem um papel importante na relação campo/cidade, porém sem uma estrutura de produção ou distribuição territorial regional. Na rede urbana, destacamos três cidades principais, Palmas, Araguaína e Gurupi.

A primeira organização da rede urbana de Palmas tem na ligação Paraíso/Palmas, que começou nos primeiros anos de criação da cidade. A partir de junho de 1990, a empresa “Navegar” passou a operar no transporte de passageiro no rio Tocantins, possibilitando que os ônibus chegassem até Palmas. Este fluxo se consolidou a partir do ano 2004 e, de acordo com observação de campo nos meses de abril, maio, junho, setembro, novembro e dezembro de 2008, estimou-se que o fluxo de passageiros, em 2008, entre Paraíso do Tocantins e Palmas foi de 286.000.

Paraíso do Tocantins é uma das cidades tocantinenses que possui melhores equipamentos comerciais. Tem um distrito industrial e um centro comercial dinâmico. Sua localização permite um comando

regional, estabelecendo sua área de influências até as margens do rio Araguaia, Caseara e Araguacema.

Uma das variáveis que identificam o fluxo Paraíso do Tocantins e Palmas está na oferta de vagas no ensino superior. O Campus da UFT em Palmas é muito procurado por estes alunos, que outrora tinham uma unidade da Unitins na cidade de Paraíso do Tocantins.

A relação entre Porto Nacional e Palmas é a que tem maior expressão. Conforme trabalho de campo nos meses de abril, maio, junho, setembro, novembro e dezembro de 2008, constatou-se que o fluxo médio diário de passageiros é de 1.122 pessoas, com uma margem de erro de 9,34%. O fluxo entre as duas cidades em 2008 ficou em 409.530 passageiros transportados em linhas oficiais e, 50.000 passageiros transportados em linhas não convencionais, na maioria estudantes.

Tanto o campo da UFT/ULBRA/FAPAL/UCT/UNITINS em Palmas tem boa frequência de estudantes de Porto Nacional, como o campo da UFT/IESP em Porto Nacional tem boa frequência de estudantes de Palmas. A UFT em Porto Nacional possui aproximadamente 40% de seus alunos residentes em Palmas.

Segundo Brito (2010), a articulação entre estes centros urbanos faz uma complementação de funções, o que denominou de “Entorno de Palmas”, delimitado em um raio de 100 km partindo da cidade de Palmas. Formado pelas cidades de Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Paraíso do Tocantins.

No total, a área chamada de Entorno de Palmas possui mais de 300 mil pessoas. Tem a maior concentração de comércios, empresas especializadas em prestação de serviço e indústrias do Estado, representando um papel de forte consolidação como nó da rede.

Para o IPEA (2002), em 1998, Palmas foi classificada como centro urbano, não tendo nenhuma

aglomeração urbana no Estado, assim como, nas classificações do IBGE (2008), na atualidade, nenhuma cidade foi inserida na classificação. Na tese que se estabeleceu neste trabalho, o processo que se tem entre Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Palmas está se dando por uma complementaridade de funções. É um agrupamento de centros, dotados de serviços especializados que juntos formam um nó na rede urbana.

Palmas tornou-se um núcleo central, comandando núcleos urbanos que também estabelecem uma centralidade, núcleos de zona ou sub-regionais, diferenciando-se da rede formada por Araguaína, que comanda uma rede direta com os centros locais.

A cidade de Araguaína é o principal centro de distribuição, produção e gestão no norte do Estado do Tocantins. Possui uma rede urbana que se estende até as cidades de Xinguará, no Estado do Pará; e Carolina, no Estado do Maranhão. Esta ocupou o papel de nodosidade que Carolina exercia na rede urbana no período anterior à construção da rodovia Belém-Brasília.

A cidade de Araguaína exerce um papel de gestão e distribuição dos insumos e serviços especializados para a pecuária da região norte e Bico do Papagaio. Mas também possui uma produção industrial representativa para a região, principalmente de produtos derivados do leite e da carne bovina.

No sul do Estado do Tocantins, a cidade de Gurupi comanda uma nodosidade na rede urbana sustentada por uma rede de produção/distribuição. É um centro intermediador das cidades de Goiânia e a área que o rodeia, principalmente para a região da Ilha do Bananal.

Outros centros que merecem destaque no Estado são Porto Nacional, Guaraí, Colinas do Tocantins, Dianópolis e Araguatins. Os demais centros sofrem uma perda de domínio territorial.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA UFT

Ao tratar sobre a organização do ensino público superior no Tocantins faz-se necessário remeter aos primeiros anos da criação do Estado. No início dos anos 90, começou um processo de estruturação da universidade pública do Tocantins. No final dos anos 90, foi realizado um concurso público para o quadro docente formando assim a UNITINS – Universidade do Tocantins.

O projeto apresentado ao governo indicava uma organização da universidade em multicampi. Segundo Silva (2009, p.95), com a criação do Tocantins, foi montada uma comissão para discutir a Universidade do Tocantins indicando as cidades de “Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Arraias ou Dianópolis e a futura capital, caso viesse a ser construída uma nova cidade com esta finalidade, para sediarem os cinco *campi* previstos no aludido plano”. No governo de Moisés Avelino, foram criados mais *campi*: Tocantinópolis, Guaraí, Paraíso do Tocantins e Palmas.

Esta estrutura multicampi trouxe problemas à gestão da universidade. Em 1996, a Unitins, única instituição pública de ensino superior do Estado, foi privatizada, com a inclusão de mensalidades para todos os cursos. No ano 2000, os estudantes iniciaram um movimento exigindo o fim das mensalidades cobradas, tal movimento ganhou força e houve naquele período um recuo do governo do Estado. Junto a esta reivindicação estava a luta pela criação da Universidade Federal do Tocantins que passou a ser a bandeira principal da SOS Unitins.

Uma constatação do processo de desestabilização da Unitins se refere ao número de reitores que chegou à cifra de “13 em um espaço de tempo de apenas 12 anos de funcionamento da instituição” (OLIVEIRA, 2009a, p.16).

Tinha, de certa forma, uma dependência da Unitins quanto às políticas do governo do Estado. Para Oliveira (2009, p.16), esta dependência refletia diretamente na autonomia da reitoria que se tornava instável juntamente com as estruturas da universidade: “remanescentes de Goiás; nomeados pelos decretos; concursados empossados; contrato especial; celetista e, por último, uma categoria de subempregados, literalmente denominados de eventual, que recebia mediante recibos de prestação de serviços”. (grifo do autor)

Para Silva (2009, p. 84),

é oportuno entretanto, a sinalização para registrar que a Unitins, apesar de ter sido fundada como Fundação Pública Estadual no início do ano de 1990, foi transformada em autarquia estadual no ano de 1991 e, em seguida, tornou-se Fundação de Direito Privado no ano de 1997, que após intenso movimento grevista por parte dos alunos voltou a ministrar os cursos de graduação de forma gratuita a partir do ano de 1999, até a transferência dos mesmos para a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), em virtude da efetiva implantação de sua Reitoria em agosto de 2003.

Movimentos pró-federalização da Unitins entraram em cena, produzindo uma reorientação dos objetivos sobre a federalização. A partir de 2001, o movimento S.O.S UFT foi decisivo para consolidar a busca pela federalização, uma vez que não havia interesse das autoridades locais na federalização. Os líderes do DCE/UFT foram fundamentais neste processo.

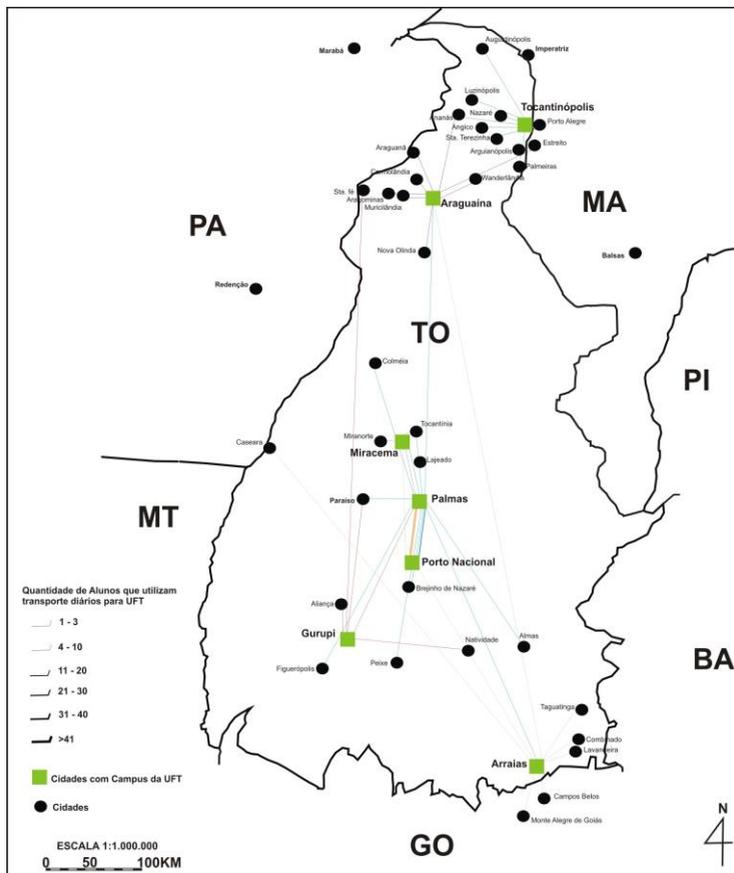
A greve de fome, os apitos no Espaço Cultural e a passeata na Avenida JK surtiram efeitos, incomodando os governantes do Estado. Vale ressaltar que a UFT foi criada em 23 de outubro de 2000 e efetivada as suas ações apenas em maio de 2003.

Atualmente, a UFT é formada por uma estrutura multicampi: Palmas, Araguaína, Gurupi, Arraias, Tocantinópolis e Miracema. Possui mais de 600 professores e mais de 10.000 alunos.

OS *CAMPI* DA UFT: DA INSERÇÃO REGIONAL A ROTINA DOS ALUNOS

O Estado do Tocantins é constituído por cidades locais e médias. Neste trabalho, queremos ressaltar sete cidades que possuem um campus da UFT: Palmas, Araguaína, Gurupi, Miracema do Tocantins, Arraias, Tocantinópolis e Porto Nacional.

A melhor integração entre as cidades tocaninenses, produzida pela ampliação da malha rodoviária, tem propiciado o deslocamento de estudantes, que, diariamente, deslocam-se de suas cidades para estudar em outra que possui um *campus* universitário (mapa 01).



Mapa 01: Fluxos de alunos da UFT nos Campi em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2009

Organizador: Os Autores

A organização multicampi da UFT, se por um lado tem problema em decorrência da distância e da infraestrutura, mostrado no relatório da Comissão Própria de Avaliação, por outro lado, propicia que estudantes que trabalham possam fazer um curso de nível superior sem sair de suas cidades. Um outro fator que foi detectado pela CPA (2010) foi a falta de infraestrutura urbana que cidades como Arraias, Tocantinópolis e Miracema do Tocantins

possuem. Falta serviço de saúde, educação e locomoção, mas não é apenas nestas cidades que estes problemas se apresentam, na segunda maior cidade do Estado, segundo dados do relatório da CSA de Araguaína (gráfico 1), a maioria dos professores não se sente satisfeito com a infraestrutura urbana da cidade.

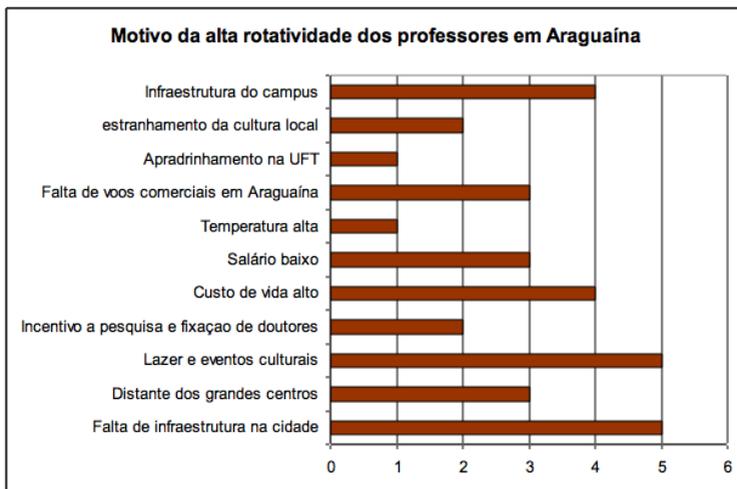


Gráfico 01: Motivo da alta rotatividade dos professores da UFT em Araguaína em 2009

Fonte: Relatório – CSA Araguaína, 2010

A alta temperatura da cidade, a falta de *shopping centers* e de voos diários têm apresentado como uma insatisfação pelos docentes. A praia mais freqüentada de Araguaína era em Babaçulândia, hoje submersa pelas águas do lago da UHE de Estreito. A praia artificial é imprópria para o banho devido à decomposição vegetal e animal que durará alguns anos.

Mesmo diante de todas estas adversidades entendemos que se faz necessário alguns destes *campi* no Tocantins. Provavelmente, a rotatividade diminuirá com a qualificação de professores da região. Muitos dos alunos

que estudam em Araguaína e Arraias não fariam um curso superior se o campus fosse em Palmas.

Esta estrutura multicampi não atende apenas à cidade onde há um campus da UFT, atende às cidades circunvizinhas. Para se deslocar, os alunos utilizam transporte em ônibus particular, por transporte de linha ou por transporte conveniado com a prefeitura.

Na maioria são ônibus ou van que fazem o transporte. Este tipo de locomoção é predominante em campus como o de Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Araguaína. Também é predominante o transporte fretado ou conveniado e/ou cedido pela prefeitura. Em certo campus, um exemplo Porto Nacional e Araguaína as aulas ficam condicionadas ao horário dos ônibus, o professor não pode ultrapassar o horário, porque se não, os alunos ficam impossibilitados de voltar pra suas cidades.

No Campus de Porto Nacional, mais de 40% dos alunos moram em Palmas (gráfico 02). Em sua maioria fazem estágios na capital e o Campus é apenas o local para assistir as aulas. O vínculo com a universidade se perde. Isso se deve a falta de infraestrutura, como restaurante universitário, cantinas, espaço de convivência, transporte para o centro da cidade, aliás, é mais fácil o deslocamento de um estudante do centro de Palmas para o Campus da UFT em Porto Nacional do que, um aluno locomover do centro de Porto Nacional para o Campus da UFT.

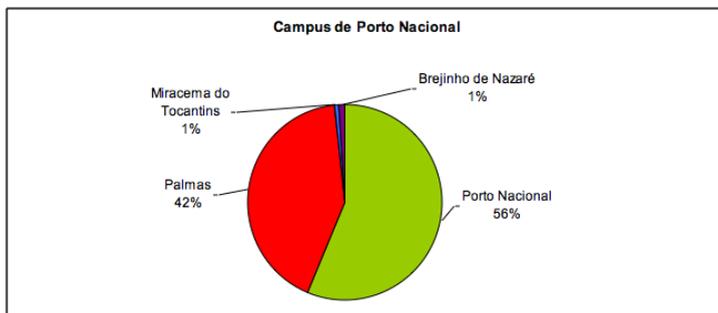


Gráfico 02: Local de moradia dos alunos do Campus de Porto Nacional em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2010

Alguns transtornos também devem ser ressaltados, principalmente quando o ônibus quebra. Muitos estudantes ficam sem almoço ou chegam na madrugada em suas casas. Outro fator que também deve ser ressaltado é o uso da carona, principalmente entre as cidades de Palmas e Porto Nacional. Alunos dos cursos integrais, por ter horário de aula não padronizado, terminam recorrendo à carona, pois não se enquadram no transporte dos demais. Não importa o tipo de veículo ou a segurança, muitos pegam carona até em carro de funerária. Os ônibus fretados ou conveniados na maioria das vezes, ficam parados próximos ao campus. Trazem os alunos no início das aulas e esperam até o final da aula para retornar.

Nas viagens de ida, tem os dois momentos, ocasião em que o aluno revisa o conteúdo de suas aulas ou descansa um pouco para assistir a aula. Na maioria das vezes, são alunos que trabalharam o dia, ou trabalharam a noite e aproveitam este tempo da viagem para descansar. As leituras dentro dos ônibus não têm sido saudáveis.

No Campus de Araguaína, a quantidade de alunos que mora em outra cidade é inferior ao número dos alunos que mora na cidade. O Campus possui duas unidades: CIMBA e a EMVZ – Escola de Medicina Veterinária e

Zootecnia. A unidade CIMBA está localizada no centro da cidade e a unidade EMVZ está localizada fora do perímetro urbano.

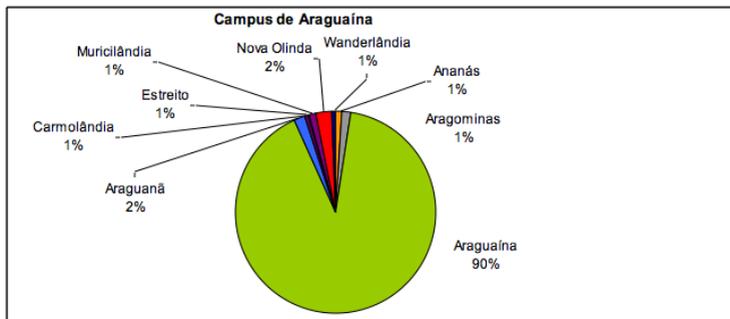


Gráfico 03: Local de moradia dos alunos do Campus de Araguaína em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2010

Os alunos que residem nas cidades de Babaçulândia, Carolina, Nova Olinda utilizam, no período da manhã, os ônibus de linha. Os alunos da noite utilizam o ônibus/van fretado, conveniado, que não só trazem os alunos da UFT, mais da faculdade Católica e do ITPAC.

Em se tratando do Campus de Palmas, este exerce o papel de complementação das funções no seu entorno, mais de forma concentrada, centrífuga. Os alunos que moram em Paraíso do Tocantins e Porto Nacional utilizam ônibus de linha e ônibus fretado. Também é freqüente o uso de caronas por alunos que moram na cidade de Paraíso do Tocantins.

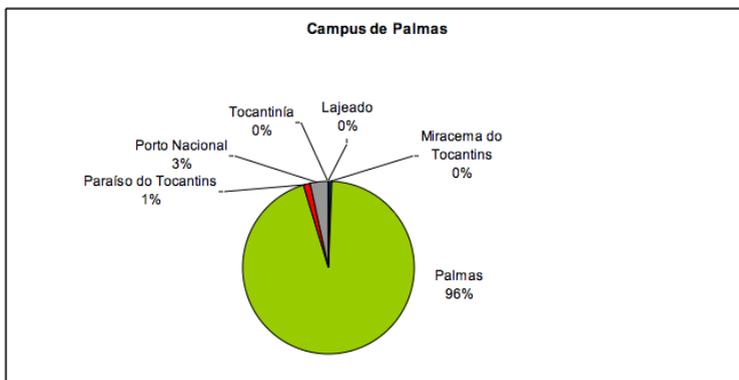


Gráfico 04: Local de moradia dos alunos do Campus de Palmas em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2010

O Campus de Miracema do Tocantins tem parte do seu alunado morando nas cidades de Miranorte e Tocantínia. Os alunos de Miranorte têm um ônibus que os trazem para assistir às aulas. Os alunos de Tocantínia, em decorrência da distância, não precisam de utilizar o ônibus. Vale ressaltar que tem um número considerável de indígenas da tribo Xerente que estudam no Campus de Miracema. Com a implantação do curso de Serviço Social, tem aumentado a procura pelo Campus por alunos de Palmas.

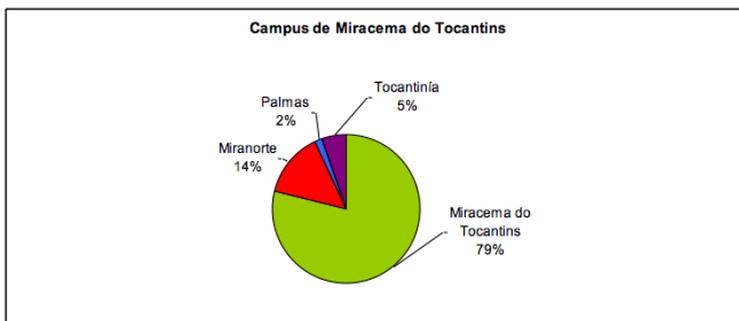


Gráfico 05: Local de moradia dos alunos do Campus de Miracema do Tocantins em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2010

O Campus de Tocantinópolis, devido à particularidade das cidades do Bico do Papagaio, tem um número maior de estudantes morando em outras cidades. A distância de uma cidade para outra é bem menor comparada à distância das cidades no sul do Estado do Tocantins.

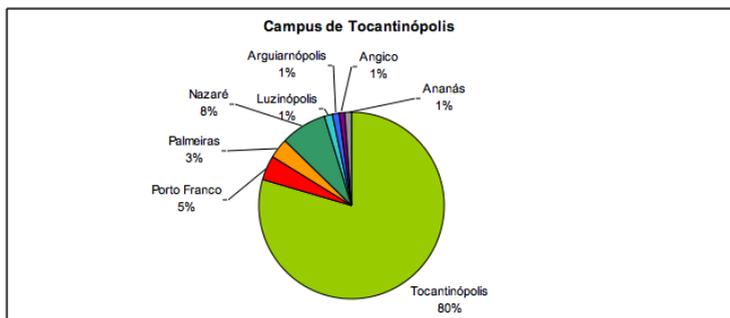


Gráfico 06: Local de moradia dos alunos do Campus de Tocantinópolis em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2010

Outra particularidade que também podemos constatar é no Campus de Arraias. As distâncias entre a maioria das cidades são inferiores a 50 km, permitindo uma maior mobilidade entre os estudantes.

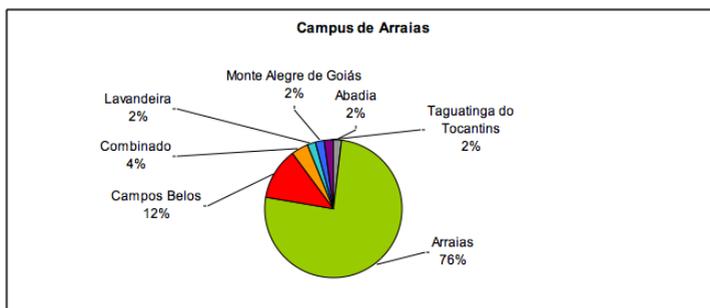


Gráfico 07: Local de moradia dos alunos do Campus de Arraias em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2010

Na cidade de Gurupi, devido à predominância dos cursos integrais, não permite uma locomoção alta entre os alunos de outras cidades. As distâncias acima de 40 km também é um fator que interfere nesta mobilidade.

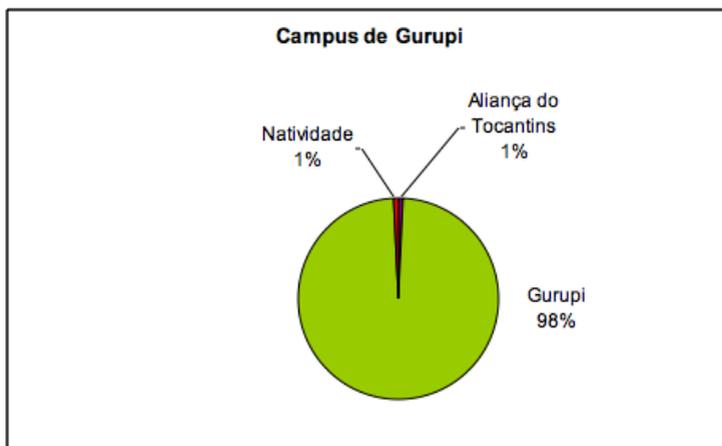


Gráfico 08: Local de moradia dos alunos do Campus de Gurupi em 2009

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional, 2010

A estrutura multicampi da Universidade Federal do Tocantins permite uma maior abrangência da universidade no atendimento aos alunos do interior do Estado do Tocantins e Maranhão. Mas é preciso pensar em uma reestruturação destes Campi para evitar uma saturação de profissionais em uma determinada região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do entendimento da rede urbana do Estado do Tocantins para entender melhor a dinâmica de cada Campus da UFT, a função que a estrutura de ensino proporciona para as cidades que pertencem à sua rede.

Algumas cidades, como Arraias e Miracema do Tocantins, não fazem parte das principais cidades do

Estado. A rede urbana, a partir da prestação de serviço ou comércio, não é estruturada nestas cidades. Em contrapartida, as cidades de Gurupi, Araguaína e Palmas são centros de gestão, distribuição e produção, com forte papel na rede urbana em suas regiões. Vale ressaltar que apesar de o papel da cidade de Gurupi ser forte na rede urbana, os cursos não atendem aos estudantes que moram e são impossibilitados de se mudar para a cidade de Gurupi.

Os fluxos diários de estudantes que vão estudar é notório em todos os sete *campi*. Mas é preciso repensar os cursos para não saturar uma região de apenas um segmento profissional. É preciso uma melhor articulação regional com os cursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, N. A. *A construção da Belém – Brasília e a modernidade no Tocantins*. Goiânia, 1996 (Dissertação de Mestrado em História - UFG).

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BRASIL. *Anuário do Transporte Aéreo*. Dados Estatísticos de 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. Disponível em: <http://www.anac.gov.br/arquivos>, acessado em 15 de fevereiro de 2011.

BRITO, Eliseu Pereira de. *O papel de Palmas na rede de integração regional*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009. (Dissertação de Mestrado em Geografia - UFGD)

_____. A rede urbana do Entorno de Palmas. In: *XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre / RS: UFRGS, 2010.

CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato *Trajatória Geográfica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DIAS, Leila Christina. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Censo Demográfico, 1991, 1996, 2000 - 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, disponível em: www.Ibge.gov.br.

_____. *Regiões de influências das cidades – 2008*. IBGE mostra a nova dinâmica da rede urbana brasileira. In: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>. Acessado em 27/12/2008.

IPEA /IBGE/UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: Configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, vol. 1, 2002

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A Gênese de Palmas-TO*. Presidente Prudente, 1995. (Dissertação de Mestrado em Geografia – UNESP).

MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. In: *L'Espace Géographique*. Paris: Doin Éditeurs, n°3, juillet-septembre de 1976.

OLIVEIRA MIRANDA, J.M, de. In: *Ensaio contemporâneos do Tocantins*. (Org) Zezuca Pereira da Silva. Goiânia - GO: UCG, 2009.

RIBEIRO, Miguel A. Campos. *A complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise*. Tomo I, Rio de Janeiro, 1998 (Tese de Doutorado em Geografia - UFRJ).

ROCHERFORT, Michel. *Redes e sistemas. Ensinando sobre o urbano e a região*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Zezuca Pereira da. *Ensaio contemporâneos sobre o Estado do Tocantins*. Goiânia: UCG, 2009.

UFT. *Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2009-2010*. Org. Fernandes. A. M. et al. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento. Comissão Própria de Avaliação, 2010.

_____. *Instrumento de Avaliação Institucional – UFT 2009-2010*. . Org. Fernandes. A. M. et al. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento. Comissão Própria de Avaliação. Palmas: UFT, 2010.

_____. *Relatório de Avaliação Institucional do Campus de Araguaína*. Org. Brito, Eliseu P. et al. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação. Palmas: UFT, 2010.

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catarina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

CAPÍTULO 3

UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE: Análise de um processo em construção na UFT

Cleomar Locatelli

INTRODUÇÃO

O presente texto propõe uma análise da Universidade na sua relação com a comunidade, considerando sua constituição como instituição social, sua função pública e sua busca por uma referência na própria sociedade.

Analisam-se aqui alguns aspectos atuais do processo de construção da Universidade Federal do Tocantins (UFT), levando-se em conta, principalmente, a avaliação feita pela própria comunidade universitária sobre sua responsabilidade social e sobre sua relação com as demandas do mercado. Para melhor elucidação destas questões, devemos considerar, além dos aspectos relativos ao espaço em que a referida instituição está inserida, o momento histórico em que se percebe a entrada de novos atores no ambiente restrito das Universidades brasileiras. Este último fato, que surge quase simultâneo ao século XXI, traz uma série de questões para o ensino superior brasileiro que até pouco tempo não estavam postas.

Neste sentido, sem nenhuma pretensão de esgotar a questão, o este busca desenvolver uma análise do assunto passando por três eixos de análise: a) como é estabelecido o vínculo entre universidade e comunidade segundo as principais bases legais que regulam a organização do ensino

superior no Brasil? B) que argumentos se confrontam na definição das finalidades do ensino superior brasileiro, pautando o relacionamento entre universidade sociedade? C) que indicadores a Avaliação Institucional na UFT têm revelado sobre sua busca por atender as demandas do mercado e/ou por realizar sua responsabilidade social?

Para compreender tais questões, tendo em vista a ampliação do acesso à Universidade nos últimos anos, consideraremos não apenas o atendimento a uma demanda reprimida, mas, principalmente, o que isso tem significado enquanto realinhamento com os anseios da sociedade e das classes com menor poder aquisitivo que hoje têm acesso ao ensino superior.

Devemos ponderar que em tal processo de ampliação, que implicou a presença de outros sujeitos advindos de “classes médias baixas” para a Universidade, impõe pensar a universidade para além de suas temáticas tradicionais. Ela é chamada a ter posicionamentos frente a problemas que antes não adentravam seus muros, problema que nunca ou raramente lhe batiam a porta.

Dentro deste novo contexto, a Universidade passa a ser “incomodada”, por exemplo, com o que acontece no ensino básico. Embora os cursos de graduação de maior *status* ainda estejam relativamente “protegidos” em relação à baixa qualidade do ensino básico, devido às altas concorrências nas seleções para ingresso, já se observa uma fissura no bloqueio historicamente imposto pela escola dualista¹. Hoje é bem maior a parcela daqueles que passaram a ter como alvo de suas conquistas o ensino superior. Assim, mesmo aqueles que tiveram uma baixa qualidade de ensino, que foram privados dos produtos culturais mais valorizados pelas elites intelectuais, devido à

¹ Sobre a teoria da Escola dualista, segundo Saviani (2008, p. 25) “Essa teoria foi elaborada por C.Baudelot e R. Establet e exposta no livro *L'École Capitaliste em France* (1971).”

precariedade do ensino básico, estão chegando ao seletivo mundo universitário. Eles trazem consigo objetivos, dificuldades e demandas com as quais a Universidade ainda não aprendeu a lidar.

Neste sentido, dado que o acesso ao ensino superior tem apresentado um novo público também para a Universidade Pública, cabe questionar: que esforço tem sido feito pela UFT, através de suas ações, no sentido de compreender esse “público ampliado”? Como esse esforço se revela na relação da universidade com as demandas do mercado e/ou na efetivação de ações mais próprias à realização de sua responsabilidade social: assistência a estudantes em situação desfavorecida, lutas ambientais, acessibilidade, entre outros?

A seguir faremos uma incursão nas principais bases legais que regulamentam o ensino superior brasileiro e que estabelecem as diretrizes para o seu funcionamento. Buscaremos orientar nossa atenção nas determinações que procuram fundar as relações entre a universidade e a comunidade, considerando o percurso legal e histórico que levou a uma forma específica de ampliação do ensino superior e de sua relação com a comunidade. Esta discussão inicial nos permitirá refletir sobre as principais concepções de Universidade que se defrontam em nossa realidade e sobre os possíveis caminhos adotados pela UFT em sua curta existência.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE JUNTO À COMUNIDADE: DESTAQUES DO MARCO LEGAL (CF, LDB, PNE)

Para início de uma reflexão sobre a Universidade no Brasil, considerando sua relação com a comunidade, cabe verificar o marco legal constituído nos últimos tempos para orientar esse processo. Embora se saiba que sempre existiu uma significativa distância entre o que é posto na lei e o

que efetivamente se realiza, não devemos menosprezar o peso da intervenção e regulação estatal sobre o ensino superior no Brasil. Conforme Santos Filho (1999, p. 12):

No Brasil, desde os anos 30, com o estabelecimento do “Estatuto das universidades brasileiras”, passando pela lei da reforma universitária de 1968, com suas subseqüentes e detalhadas normatizações que vigoraram até a nova LDB em 1996, o Estado veio regulando de forma minuciosa, centralizadora e burocrática, a estrutura e o funcionamento das instituições de educação superior do país.

Embora não façamos um retorno muito amplo no processo histórico da nossa legislação sobre o ensino superior, é possível verificar significativas movimentações no que se refere ao arcabouço legal que rege a Universidade. Há aqui alinhamentos nem sempre convergentes. Para uma verificação de tais alinhamentos, dois aspectos merecem atenção especial para a nossa análise: A autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, fica determinada a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para as Universidades. Fundamentalmente, isso pressupõe que, do ponto de vista constitucional, é papel da Universidade, dada a sua autonomia, decidir sobre sua organização didático-pedagógica, sobre suas prioridades e sobre a utilização de seus recursos, implicando, portanto, que é de sua responsabilidade a discussão e as definições dos rumos que vai adotar.

Para além dessa constatação imediata, no entanto, faz-se necessário notar que a noção de autonomia não tem sido compreendida de forma igual pela comunidade acadêmica e pelo governo. Se de um lado, para

a primeira, a autonomia pressupõe maior transparência, agilidade e qualidade social ao padrão de gestão da universidade, para o segundo, essa mesma autonomia, serviu, em momentos de ajustes financeiros do Estado, para diminuir suas responsabilidades com o ensino superior e abrir espaços para privatizar ou transferir responsabilidade para o setor privado. (LODI e LIMA NETO, 1998)

Com relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendemos que, como princípio básico para a organização da Universidade, a indissociabilidade requer que o ensino universitário, a produção de novos conhecimentos e a interação com a sociedade se realizem de forma integrada, não dissociada. No entanto, a aplicabilidade de tal determinação não tem se mostrado uma tarefa fácil, compreensões e regulamentações ganham feições conforme os interesses dominantes.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 e, a partir dela, a autonomia e a indissociabilidade vão sendo interpretadas e redefinidas à luz do pensamento hegemônico vigente. No que se refere à autonomia, a lei procura detalhar os campos e as ações que instituições de ensino superior devem atuar, ao mesmo tempo em que vincula a autorização e o reconhecimento a processos regulares de avaliação, situação que é estendida para instituições públicas e privada.

Em relação à indissociabilidade, a LDB reafirma claramente esse princípio no Art. 43, das finalidades. Estabelece que a Universidade deve: “Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. Estabelece, também, no inciso VII, que é finalidade da Universidade “Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas

e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

No entanto, conforme Saviani (2007), a nossa “Carta Magna da Educação” começou a ser regulamentada antes mesmo de sua promulgação. E é através da legislação complementar, no entanto, que vão aparecer as “brechas” para “driblar” a determinação constitucional em relação à indissociabilidade. Fato este que se pôde observar, por exemplo, com o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997. Em seu artigo 8º, ele classifica as instituições conforme sua organização acadêmica em: a) universidades; b) centros universitários; c) faculdades integradas; d) faculdades; e) institutos superiores ou escolas superiores.

Para Saviani (2007, p. 18-9) “Em verdade, os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, isto é, uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa [...]. Quer dizer, são instituições com as prerrogativas da universidade; logo, universidades, mas sem pesquisa.”

O plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 já previa o aumento do número de pessoas buscando o Ensino Superior no Brasil. Considera, inclusive, que indivíduos com poder aquisitivo mais baixo concluiriam o Ensino Médio e teriam aspirações por um curso de graduação. Ao mesmo tempo, o PNE reconhecia a expansão deste nível de ensino de forma muito mais vigorosa na rede particular e alertava para o fato de que a manutenção de atividades típicas da Universidade, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, ficaria prejudicada sem o crescimento da Universidade pública.

O PNE de 2001 também atribui ao ensino superior e, sobretudo, às Universidades, um papel importante na redução das desigualdades sociais e regionais. Indica que um bom caminho para que este segmento desempenhe bem seu papel é a garantia da autonomia universitária, conforme previsto na Constituição Brasileira: didático-

científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Examinando os objetivos e metas colocados PNE/2001, vamos perceber uma intenção de caminhar no sentido da expansão deste nível de ensino. Tal intenção fica bem clara na meta número um que prevê alcançar 30% da população entre 18 e 24 anos até o final da década (até 2011).²

No entanto, como se vê no próprio Plano, as principais iniciativas no sentido de alcançar a meta de expansão giram em torno da criação de cursos noturnos, flexibilização curricular, estímulo à educação à distância e à valorização dos estabelecimentos de Ensino Superior não universitários. Dessa forma, não é, necessariamente, a Universidade de qualidade que cresce. Permite-se o avanço de um modelo de estudo superior focado em uma seleção de conhecimentos mínimos, em uma formação aligeirada, buscando atender às necessidades pontuais do mercado com suas mutações cada vez mais rápidas.

Sobre as atividades de extensão e a relação com a comunidade, o Plano se refere à formação continuada de adultos; à criação de conselhos de acompanhamento e controle das ações universitárias, com a participação da comunidade visando assegurar o retorno dos investimentos; e ao estabelecimento de um percentual de créditos (de 10%), na graduação, voltados para a extensão.

Nessa interação Universidade-comunidade, considerando as limitações de um ensino universitário que se volta para o atendimento a demandas imediatas da sociedade, com uma preocupação de calcular os retornos

² Segundo O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pnad 2009 – Primeiras Análises: Situação da Educação Brasileira - Avanços e Problemas, Apenas 14,4% da população de 18 a 24 anos (faixa etária esperada para o ingresso na educação superior) estavam matriculados em alguma instituição de ensino superior.

dos investimentos, não há espaço para que a Universidade se debruce sobre um projeto de sociedade, não há espaço para que a universidade busque compreender a sociedade para além de suas necessidades imediatas, para além de suas mazelas alutais. A Universidade como depositária de uma capacidade de projeção, que se afasta do senso comum para propor a superação das formas sociais presentes, parece ter perdido espaço nos documentos oficiais que lhe constituíram nas últimas décadas, principalmente no PNE.

AS VISÕES DE UNIVERSIDADE QUE VÊM SE CONFRONTANDO NA REALIDADE BRASILEIRA.

Basicamente, dois tipos de concepção de Universidade se defrontaram na realidade brasileira das últimas décadas: a primeira, traz a marca de um ensino que se distancia do utilitarismo do saber e valoriza a formação do intelectual. A segunda busca atender às necessidades do mercado.

A primeira, que pode ser considerada pioneira na criação e organização do ensino superior no Brasil, concebe a Universidade como uma instituição social que se reivindica autônoma política, intelectual e economicamente. Esta instituição universitária foi pensada para satisfazer a necessidade de instruir as elites, de mantê-las separadas e diferenciadas do mundo do trabalho e das necessidades imediatas. Seu foco não era a preparação para um ofício ou qualquer outra preocupação que se voltasse para os interesses técnicos ou tecnológicos relacionados ao desenvolvimento econômico ou industrial. Fundamentalmente, buscava-se formar o intelectual. O intelectual é aquele que não está buscando resolver nenhuma questão da realidade imediata, suas preocupações estariam voltadas para o futuro, sua satisfação é discutir as grandes questões do conhecimento, as grandes inquietações da humanidade.

Segundo Santos (1989, p. 5)

O intelectual é aquele que resiste, e para resistir tem que ser só. É a solidão a grande arma com a qual podem continuar sendo intelectuais. Cada vez que dizemos "nós", afastamo-nos do ideal do intelectual, porque estamos manifestando a necessidade do aplauso ou da cooptação. O intelectual não é aquele que busca aplauso, mas o que busca a verdade e que fica com ela, a despeito do que sejam, naquele momento, as preferências dos seus contemporâneos.

A segunda concepção idealiza a universidade como uma organização social que ganha vida e se estrutura com seus objetivos particulares, fundamentando-se numa compreensão de que deveria agir conforme os interesses estabelecidos pelo mercado. Diferentemente do modelo anterior, aqui a universidade tem o dever de se mostrar útil ao desenvolvimento técnico e tecnológico, deve se importar com a resolução dos problemas econômicos da vida prática e deve propor soluções para as dificuldades do cotidiano.

Nesta última concepção, vamos observar um domínio absoluto da técnica. A definição da técnica não se restringe ao entorno, não é algo que se produza na singularidade de uma atividade acadêmica qualquer, pelo contrário, nem sempre ela é fruto de uma produção acadêmica. Em grande parte as novas técnicas vêm dos centros de disseminação de conhecimento corporativo das grandes empresas internacionais. A política é do mercado. Não cabe ao professor ou ao estudante qualquer ação no sentido de buscar as origens ou implicações de determinada orientação. A ciência se desvincula da verdade porque seu objetivo é o lucro e a apropriação privada deste lucro. O pensamento humano ficou limitado, deve se mover num estreito campo construído pelos interesses econômicos. Há

uma tirania do dinheiro e da informação e os fundamentos da técnica e do mercado penetraram no ensino.

Para Santos (1989), há um divórcio entre função de ensinar e o papel do intelectual: a tirania da informação invade a universidade; as disciplinas se unem pela economia e não pela filosofia; a perspectiva de futuro foi perdida; o professor é instrumentalizado pelo mercado, militância, politicaria, mídia; a globalização apresenta os autores centrais; a crítica interna é cada vez menor – há uma corrida pelo utilitarismo; a técnica é ensinada sem historicidade, sem vida; prega-se o caminho único da globalização; o ensino é cada vez mais fragmentado, acríptico e descontextualizado.

Neste cenário, há uma forte motivação para que se criem universidades privadas voltadas inteiramente para a busca de seus interesses econômicos, adequando-se às demandas do mercado.

Para Chauí (2003), a universidade é uma instituição social, com autonomia perante a Igreja e o Estado, portanto sua constituição está relacionada à liberdade na produção e socialização do saber, à democratização do acesso à cultura e aos bens produzidos pela humanidade. Sendo assim, a relação entre a universidade e o Estado só pode ser considerada uma relação orgânica, ou seja, não há universidade republicana e democrática sem um Estado também republicano e democrático.

A chamada sociedade do conhecimento, segundo a autora, não é propícia à distribuição do conhecimento de forma que seja acessível a todos, que favoreça à diminuição das desigualdades e que melhore a vida de todos, pautada por um novo padrão cultural e social.

Para a ideologia pós-moderna, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compressão dos lugares e instantes na irrealidade

virtual, que apaga todo contato com o espaço-temporal enquanto estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento. (CHAUÍ, 2003, p. 7)

É esta mesma ideologia, segundo a autora, que vai sustentar a proposta de reforma universitária no Brasil, defendendo sua transformação de instituição social para organização social. Tal transformação, para Chauí (2003), insere-se nas próprias transformações da sociedade brasileira na esteira das mudanças globais do sistema de produção capitalista. A chamada “*universidade operacional*” proposta a partir dos anos 1990 no Brasil é uma universidade voltada para si mesma, tem como referência o mercado e o processo competitivo. A universidade como organização social não questiona sua própria existência, sua função e o seu lugar na reprodução das relações existentes, seu planejamento e sua finalidade estão dados, cabe a ela buscar sua eficácia e seu sucesso dentro das suas particularidades e das oportunidades que a realidade permite.

Assim, não se pode negar que os dois grandes modelos de Universidades ainda são dominantes no cenário Brasileiro, reconhecendo-se, como apresentado por Chauí (2003), que a chamada *universidade operacional* tornou-se dominante nas últimas décadas.

Por outro lado, a edificação de uma Universidade que se torne chave na luta para propor novas estruturas de sociedade, uma Instituição educativa que, como propõe Mészáros (2005), assuma seu papel na construção de uma sociedade não mais determinada pelas necessidades da produção de mercadorias, pelo lucro, pela exploração alienante do trabalho, ao que nos parece, tanto em seus

aspectos teóricos quanto práticos, se revela uma tarefa ainda por ser realizada.

O MERCADO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS AÇÕES DA UFT SEGUNDO A SUA AVALIAÇÃO INTERNA

A UFT é implantada num período de importantes mudanças no ensino superior brasileiro, ocorridas entre o final dos anos 1990 e 2000. Tais mudanças permitiram que o sistema privado de ensino ampliasse sua oferta dentro das mais variadas formas de organização. Observou-se a abertura de diversas possibilidades para que as pessoas fizessem um curso superior (presencial e a distância), porém, em grande parte, sem grandes exigências em termos de qualidade e de garantias para aos estudantes.

Cabe lembrar, também, que a UFT é implantada a partir das bases de uma instituição já existente no estado do Tocantins. Foi sobre as estruturas físicas e humanas da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) que a UFT deu seus passos iniciais. A UNITINS, antes de ceder espaço para a UFT, vinha passando por um claro processo de privatização. A cobrança de mensalidades chegou a ser efetivamente implementada, gerando, inclusive, importantes manifestações dos estudantes. Além disso, cabe lembrar também, que a UNITINS, entre o final da década de 1990 e início da década seguinte, transformava-se em uma organização líder na disseminação do ensino a distância no país.

Na sua primeira década de existência, a UFT ampliou seus recursos materiais e humanos e buscou consolidar sua presença no estado. Atuou no sentido de aumentar a oferta de cursos de graduação e de criar alguns cursos de pós-graduação. Melhorou sua infraestrutura e ampliou seu quadro de servidores efetivos. Nas suas composições estatutárias e regimentais, bem como nos seus primeiros planos institucionais, suas bases políticas e

estratégicas foram sendo definidas. No seu fazer cotidiano, cercada pelos desafios emergentes, a Universidade foi construindo e revelando sua política de atuação na região.

Faz-se necessário destacar que a UFT tem atendido majoritariamente estudantes oriundos de escolas públicas e com renda familiar inferior a cinco salários mínimos. Segundo o levantamento realizado pela Comissão Permanente de Seleção (Copese), em 2009, 83% dos alunos eram residentes no Tocantins, sendo que 52,9% nasceram no Estado. 35% possuem renda de um a dois salários mínimos e 37% de três a cinco salários mínimos. Mais da metade deles, 64,6%, nunca frequentaram um cursinho pré-vestibular e 68,2% estudaram todo o seu ensino médio na rede pública, sendo que 51,8% concluíram no interior do Tocantins e 20,8% em Palmas, capital do estado.

Compreendemos, no entanto, que esta recente construção institucional é cercada de possibilidades e limites no que se refere aos rumos a serem seguidos e na relação com a comunidade. Por isso, no presente texto, recorreremos à avaliação feita pela própria comunidade universitária sobre os caminhos adotados pela Instituição. Detivemo-nos em dois aspectos: na política de abertura de novos cursos e na especificidade da formação. No primeiro caso, procuramos saber se a abertura de novos cursos tem considerado a responsabilidade social da Universidade e no segundo, como a formação profissional e intelectual dos discentes tem buscado atender às demandas do mercado.

Compreende-se que tais fatores vistos pela leitura da comunidade universitária, ainda que não revele toda a verdade sobre os aspectos em estudo, podem contribuir na verificação dos rumos que a Universidade vem tomando na região. Embora a amplitude da matéria nos remeta a estudos mais aprofundados, sugerindo, inclusive, à necessidade de avaliar os projetos de constituição da instituição, suas diretrizes e seus objetivos, o que nos

propomos aqui, não menos importante, é buscar ouvir a comunidade universitária.

Assim, após quase dez anos de atuação da UFT no estado do Tocantins, alguns indicadores, extraídos de sua autoavaliação, parecem-nos bastante adequados para o início de uma reflexão sobre sua presença na região e, principalmente, sobre sua relação com a comunidade.

A aplicação de questionários avaliativos junto aos três segmentos (Estudantes, professores e servidores técnico-administrativos) da UFT no final do ano de 2009, demonstra que esta instituição, como talvez tantas outras no país, atualmente, vive um momento em que não se define claramente no sentido de atender às demandas do mercado ou caminhar na direção de uma clara responsabilidade social. Aliás, estes aspectos, que poderiam ser pensados como partes de uma mesma totalidade, não parecem ter se articulado de forma a fazer parte de uma mesma política.

Como já sinalizado anteriormente, uma primeira abordagem procurou saber se a abertura de novos cursos na UFT tem considerado sua responsabilidade social. Participaram desta avaliação, respondendo sobre esta questão, 1065 integrantes da comunidade universitária de todos os Campi da UFT. As respostas a esta questão foram mais positivas por parte dos servidores técnico-administrativos, no entanto, mesmo entre estes, são pouco mais de 60% aqueles que relacionam a abertura de novos cursos com o cumprimento da responsabilidade social da instituição. No caso dos estudantes, pouco mais de 50% percebem que a Universidade tenha levado em conta sua responsabilidade social para a abertura de novos cursos. No caso dos professores, este percentual é mais baixo ainda, não chega a 50% os que consideram que a Universidade tenha considerado sua responsabilidade social para a abertura de novos cursos.

A tabela nº 1 apresenta os números absolutos das alternativas escolhidas pelos participantes da pesquisa e a figura nº 1 mostra o percentual de respostas em cada segmento.

Tabela 1 - A abertura de novos cursos da UFT tem considerado sua responsabilidade social?

Avaliação/ alternative	Estudantes	Professores	Técnicos	Todos
Sim	471	47	83	604
Não	97	13	8	118
NAR	276	44	23	343
Total	847	104	114	1065

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT-2010

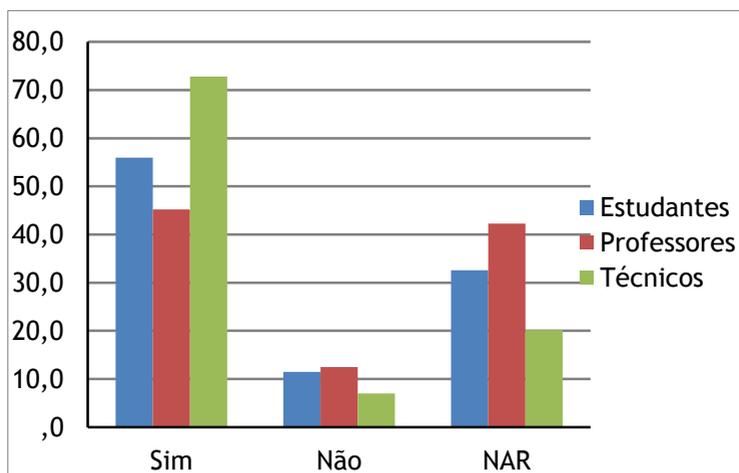


Figura 1- Percentual de respostas de estudantes, professores e técnicos administrativos sobre a consideração do papel social da instituição na abertura de novos cursos.

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT-2010

Uma segunda abordagem procurou saber se a formação intelectual e profissional do corpo discente da Instituição tem atendido às necessidades do mercado. 1065 pessoas responderam a esta questão entre professores, técnicos e estudantes. Deste total, são poucos os que consideram ótima a formação profissional e intelectual do corpo discente para o atendimento às necessidades do mercado, a maioria considera que a formação é boa ou regular.

Na Tabela 2, apresentamos os números absolutos da pesquisa, considerando a manifestação dos três segmentos da universidade para as alternativas ótimo, bom, regular, insuficiente e não apto a responder, com suas respectivas totalizações.

Tabela 2 - A formação profissional e intelectual do corpo discente da UFT atende às necessidades do mercado de trabalho de maneira.

Avaliação/ alternativa	Estudantes	Professores	Técnicos	Todos
Ótimo	108	9	15	132
Bom	402	58	63	523
Regular	223	28	31	282
Insuficient e	73	7	2	82
NAR	41	1	4	46
Total	847	103	115	1065

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT-2010

Na Figura 2, demonstramos os percentuais das respostas de cada segmento. Observa-se que entre os alunos são pouco mais de 12% aqueles que consideram sua formação ótima no sentido de atender às demandas do mercado. Entre os professores é menor ainda o percentual dos que consideram que as demandas do mercado são atendidas de forma ótima, apenas 8,73%. A avaliação mais positiva é dos técnicos administrativos, entre esses, 13,04% consideram que a formação discente atende, de forma ótima, às demandas do mercado. A grande maioria das respostas, como se pode observar na Figura 2, considera que as demandas do mercado são atendidas de forma regular ou boa na formação profissional e intelectual dos discentes.

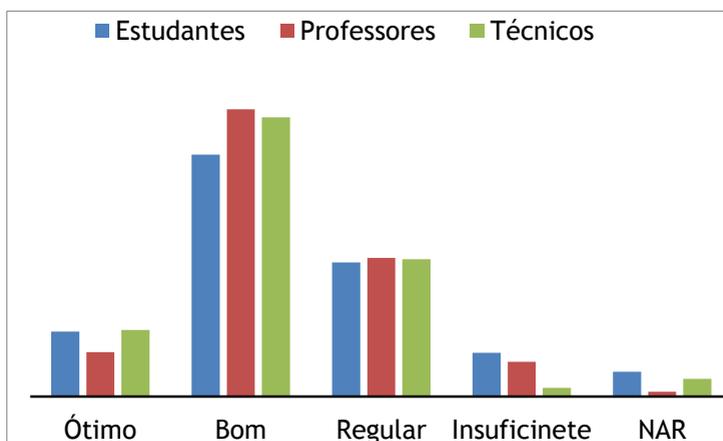


Figura 2 - Percentual de respostas sobre a formação profissional e intelectual do corpo discente para as necessidades do mercado de trabalho.

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT, 2009.

Caso façamos um cruzamento entre as duas questões, vamos perceber, primeiramente, que os integrantes da comunidade acadêmica tiveram maior dificuldade de se manifestar sobre a questão que trata da

responsabilidade social da instituição. Neste caso, foram 32,58% dos estudantes, 42,3% dos professores e 20,17% dos técnicos que se declararam não aptos a responder. No caso do atendimento às demandas do mercado na formação profissional e intelectual dos discentes, apenas 4,84% dos estudantes, 0,97% dos professores e 3,47% dos técnicos se declararam não aptos a responder.

Este fato chama a atenção para a dificuldade de se estabelecer claramente o que se entende como responsabilidade social da instituição, pois entre diversas outras possibilidades, a responsabilidade social pode se referir a ações que atendam estudantes em situação econômica desfavorecida, a questões relativas à acessibilidade, à inclusão de setores ou grupos sociais discriminados, a atividades ligadas ao meio ambiente e à diversas outras possibilidades que se referem à promoção da cidadania.

Quando comparamos as manifestações positivas da comunidade acadêmica em cada uma das questões, vamos perceber que há uma ligeira vantagem para o quesito atendimento às demandas do mercado, pois tomando aqueles que consideram ótima ou boa a formação profissional e intelectual dos estudantes para o atendimento às demandas do mercado, teremos 60,21% dos estudantes, 65,04% dos professores e 67,92 dos técnicos. Quando consideramos a avaliação positiva sobre a observação da responsabilidade social na abertura de novos cursos, encontramos 55,96% dos estudantes, 42,19% dos professores e 72% dos técnicos administrativos. Na média, teremos 64,39% da comunidade universitária considerando ótima ou boa a formação profissional e intelectual para o atendimento às demandas do mercado e 56,71% considerando que a abertura de novos cursos atentou para a responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar o ensino superior no contexto atual, revendo objetivos e organização didática, exige considerar novas perspectivas sociais e culturais, visto que novos sujeitos adentraram a universidade. Faz-se necessário lembrar que a Universidade “não é Instituição de Assistência social, mas, nem por isso, pode desenvolver suas atividades de ensino e pesquisa sem se envolver de maneira intencional para a sociedade que a envolve.” (SEVERINO, 2007, p. 31)

Se toda Educação é um ato político, como propôs Paulo Freire (1987), a Universidade não pode desconhecer que as demandas e as decisões políticas que interessavam a um determinado público podem não interessar a outro. Pensar hoje qual é a universidade dos nossos sonhos deve ir além de intenções sobre sua qualidade técnica em relação à pesquisa, ao ensino e à extensão. Deve considerar que a educação universitária não pode se contentar apenas com um conhecimento parcial da realidade. A Universidade que interessa a esse “novo público” deve estar atenta às possibilidades de pensar novas estruturas sociais, com justiça social, com garantias de direitos e cidadania. Não deve se acomodar diante de qualquer forma de desigualdade, exploração ou humilhação.

Como defendeu Florestan Fernandes (2004), se agora, com a ampliação numérica dos que tem acesso ao “título universitário”, esse “símbolo social” do diploma, até mesmo em algumas áreas de maior status, já não é um grande diferencial na linha que divide as classes sociais, o crescimento do ensino superior deve também apresentar novas perspectivas de desenvolvimento que supere a dependência cultural histórica.

Na discussão sobre o ensino superior, dentro deste novo contexto, a preocupação é construir um modelo de Universidade capaz de levar à sociedade um conjunto de

ferramentas do campo do conhecimento que lhes permita importantes reconstruções, que leve à superação de velhas e novas estruturas de poder e de dominação que historicamente foram impostas contra uma maioria desprovida dos meios materiais. Para além dos clichês, que já não conseguem mais expressar seu sentido original, trata-se de permitir que o ensino superior possa dar atenção à construção de um pensamento crítico, que vá em direção a uma nova cultura (de valorização da diversidade e da democracia) e de um novo padrão de sociedade.

Mas como a universidade pode compreender as novas possibilidades e necessidades daqueles que batem a sua porta? Como captar os novos sentimentos? Que tipo de relação a universidade deve ter com a sociedade? Como a universidade deve se relacionar com o atendimento às demandas do mercado e, ao mesmo tempo, desenvolver sua responsabilidade social? Como compatibilizar essas duas questões?

Consideramos que estas questões permanecerão em aberto. No entanto, percebe-se que, para além dos interesses do público que busca a universidade, das demandas do mercado e das possibilidades de atendimento pelas instituições universitárias, pensar a universidade atual deve estar relacionado às necessidades de seu público. Necessidades que, certamente, não vão se restringir a ter acesso a um emprego, a garantir a sustentabilidade de sua família etc. O ensino que interessa aos novos ingressantes do espaço universitário deve estar referenciado nas demandas concretas de um público que tem aspirações e necessidades diferentes daquele que a universidade atendeu majoritariamente no passado. Isso pressupõe pensar novos pontos de partida e, talvez, novos pontos de chegada.

Nosso levantamento sobre a UFT não é suficiente para que façamos afirmações conclusivas sobre o sentido da política universitária da Instituição. De forma geral, percebe-se que a comunidade universitária entende que há

uma formação profissional e intelectual que busca atender às demandas do mercado. Embora possamos questionar este direcionamento nas ações da Instituição, considerando-a como simples adequação às funções atribuídas ao ensino universitário atual ou uma adesão à chamada “Universidade operacional” como a denominou Chauí (2003), devemos considerar que a entrada de estudantes egressos de escolas públicas e com renda familiar baixa pressiona a universidade para atendê-los em suas necessidades mais imediatas, quais sejam: adentrar no mercado de trabalho, desenvolver-se em uma carreira profissional, melhorar a renda familiar.

A grande contradição desse processo vivido pelas instituições universitárias atuais é que resistir ao atendimento às necessidades imediatas dos “novos estudantes” pode ser tão excludente quanto mergulhar nessas mesmas necessidades visando a uma pura qualificação de mão de obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: SEESP, 1994.

_____. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Lei nº 10.172/01. Plano Nacional de Educação, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. (2010). PNAD 2009 – Primeira análise: situação da

educação brasileira – avanços e problemas. Comunicado nº 66. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 18 de novembro de 2010.

CHAUÍ, M. [A universidade pública sob nova perspectiva](#). Conferência de abertura, XXVI Reunião Anual da ANPEd, 2003. Disponível em: <http://reuniufpr.forumativo.com/t46-a-universidade-operacional-marilena-chau> Acesso em: 18 de agosto de 2011

LODI, L. H. e LIMA NETO, N. Autonomia Universitária e Educação Superior Pública. In: MENDES, C. A. (Org.) Novas perspectivas na política de educação superior na América Latina no limiar do Século XXI. Campinas, SP, Editora Autores Associados, 1998, p. 49 a 54.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Análise teórica-política do Exame Nacional de Curso. In: Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Ano 4, V. 4 – nº 3 (13) – Set. 1999. ISSN 1414-4077

SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção Polêmica do nosso Tempo; vol. 5)

_____. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 (Coleção educação contemporânea).

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007

SANTOS, M. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. Conferência de Abertura do IX ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, realizado em Águas de Lindóia - SP, de 4 a 8 de maio de 1998.

Parte I

**AVALIAÇÃO E
AUTOAVALIAÇÃO DA UFT**

CAPÍTULO 4

AValiação INTERNA E EXTERNA: elementos para pensarmos a qualidade na Universidade Federal do Tocantins

Francisco Gonçalves Filho

INTRODUÇÃO

O primeiro projeto de avaliação institucional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) voltava-se para avaliar o período entre os anos de 2004 e 2006.

Em setembro de 2003, instauravam-se os trabalhos da Comissão Central de Avaliação (CCA) e a constituição da primeira equipe de trabalho representada por um membro docente de cada campus universitário (sete ao todo); um discente, representante do Diretório Central dos Estudantes; dois técnicos-administrativos, escolhidos pelo próprio segmento, e um representante da reitoria.

A equipe passou a discutir a possibilidade de um Programa de Avaliação institucional para a universidade e acompanhar as discussões no âmbito do Ministério da Educação (MEC), relativas às atividades da Comissão Especial de Avaliação (CEA), que, durante o primeiro semestre de 2003, elaborara a proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Membros da Comissão Central de Avaliação participaram das oitavas e das audiências públicas sobre o sistema nacional de avaliação.

Quanto à elaboração do primeiro Projeto de Avaliação Institucional da UFT, encontramos que,

O documento construído ao longo do ano de 2004 expressa o envolvimento e o desejo de participar do processo avaliativo da educação superior. Inicialmente, tinha-se a pretensão de construir um programa de avaliação institucional para a UFT. Todavia, durante o processo de discussões, percebeu-se que o grau de envolvimento da Universidade com as questões da avaliação institucional demandava que essa construção fosse desenvolvida a partir de dois movimentos: um seria a apresentação de uma carta de compromissos e intenções para com o processo de avaliação e regulação da UFT; e o outro, o próprio processo coletivo de avaliação institucional da universidade. (Projeto de avaliação, 2004, p. 8)

O primeiro projeto intitulado “Avaliação Institucional da Universidade Federal do Tocantins: compromisso e intenção para a primeira avaliação (2004/2006)” foi aprovado pelo INEP em 22 de setembro de 2005, com o seguinte parecer:

A proposta apresentada contempla o Roteiro de Auto-avaliação institucional 2004: orientações gerais, publicação da CONAES/INEP. A Proposta indica que houve articulação entre a realidade da IES e as dimensões da Avaliação Institucional, atendendo aos princípios e diretrizes do SINAES. É possível identificar, no texto, que a Proposta é resultado da interação entre os atores envolvidos no processo avaliativo, mostra-se coerente com os objetivos e funções de uma Instituição de Educação Superior e assegura a identidade institucional. A metodologia incorpora

instrumentos de coleta de dados (...)”. (Projeto de avaliação, 2004, p. 28)

Verificamos, pelo parecer da agência externa (INEP), que o projeto contemplava as características necessárias ao início do processo de avaliação. O atual projeto de avaliação da UFT (2009/2010) ainda preserva essa característica ao denominar seu projeto de proposta de avaliação.

Segundo o primeiro Projeto de avaliação (2004, p. 11),

Em meio às discussões acerca da instalação, identidade, autonomia e elaboração do plano de ação entre os meses de outubro de 2003 e abril de 2004 foi possível constituir a Comissão com as respectivas representações e unidades (...). Nesse primeiro ano de atuação, a Comissão de Avaliação Institucional da UFT foi alocada junto à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e, posteriormente, à Vice-reitoria, por questões operacionais, tais como: ausência momentânea de infra-estrutura, como sala própria; computadores; secretaria; telefone etc. Assim, foram realizadas reuniões para elaborar o plano de trabalho e a proposta de Avaliação Institucional (AI) da UFT. É unânime, para os membros da CPA, que a Comissão deve ser autônoma no processo de desenvolvimento da avaliação institucional.

Elaborado o relatório final, iniciou-se a etapa de divulgação dos resultados. Na apresentação do relatório final da autoavaliação institucional de 2006, verificamos a expectativa com o uso dos resultados,

Temos aqui indicativos que nos ajudam melhorar não apenas a nossa gestão, mas as políticas que norteiam os processos internos e externos de

atuação de nossa instituição. Contudo, compreendemos também que na busca da excelência, o processo de avaliação ora empregado sempre vai carecer de constantes aperfeiçoamentos. (Relatório final, autoavaliação, 2006)

Segundo o Relatório Final (2006, p. 21), concomitantemente ao processo de avaliação institucional, ocorria na universidade, e, de certa forma articulada, a realização do Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT, e, também, o Planejamento Estratégico. E, neste sentido,

A CPA atuou como parceira na organização do II Seminário de Reformulação Curricular dos Cursos de Graduação da UFT e do I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da UFT – FEPEC, com o objetivo, respectivamente, de discutir sobre as questões teóricas e metodológicas da elaboração do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação, e a Avaliação da Aprendizagem; e de oportunizar a análise e a reflexão sobre a formação acadêmica e profissional oferecida pelos cursos, programas e projetos da UFT, (...). (Relatório final, autoavaliação, 2006)

No recente processo avaliativo, no Relatório Final de autoavaliação (2010, p. 19), podemos encontrar uma referência ao primeiro e segundo processo avaliativo desencadeado anteriormente, “No primeiro ciclo, de 2004 a 2006, a autoavaliação pautou-se nas discussões de construção do Planejamento Estratégico, culminando no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI)”. Também as dificuldades da segunda experiência em avaliação, para os anos de 2007 e 2008,

No segundo ciclo, 2007 a 2008, não foi possível a aplicação dos instrumentos de consulta à comunidade acadêmica, em virtude da desarticulação da CPA. O Relatório consistiu na descrição das ações executadas pelas Pró-reitorias confrontadas com o PDI e PPI, já aprovados nos conselhos superiores da instituição. (Relatório final de autoavaliação, 2010, p. 19)

Para iniciar a terceira experiência de autoavaliação da universidade, a CPA elaborou a “Proposta de Avaliação 2009”. A proposta está organizada com uma apresentação; objetivos: geral e específicos; etapas do processo de avaliação institucional (metodologia): sensibilização; diagnóstico; aplicação dos instrumentos e sistematização dos dados; relatório de avaliação interna; divulgação e balanço crítico; um cronograma; as referências e um anexo com a legislação do SINAES.

A comissão faz referência ao Sistema Nacional de Avaliação (SINAES) e chama a atenção para uma das suas características fundamentais. Segundo a Proposta de Avaliação (2009),

“a avaliação institucional sendo o centro do processo avaliativo, a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais (Grifo nosso). Essas características levam em conta a realidade e a missão de cada IES, ressaltando o comum e o universal na Educação Superior no Brasil”. (p.6).

Como podemos ler, a concepção de avaliação institucional da CPA/UFT parece partilhar de parte da mesma concepção do sistema nacional de avaliação, no que se refere ao entendimento da avaliação como integração dos diferentes instrumentos avaliativos em andamento,

bem como a orientação focada na realidade e missão institucional.

A comissão, ao preparar a nova proposta de avaliação para sua terceira experiência na autoavaliação, tomou consciência das dificuldades anteriores. Destas dificuldades, verifica-se a reestruturação da CPA, para um funcionamento na realidade da universidade *multicampi*, como principal desafio na reorganização da CPA.

E ainda,

Neste terceiro ciclo de Autoavaliação, 2009-2010, a CPA continua em processo de reestruturação por causa da migração de seus membros, porém seu desafio é construir uma proposta de avaliação que consiga apontar todas as peculiaridades da universidade e principalmente, que o processo de avaliação torne-se permanente e contínuo, para os atores que integram a comunidade acadêmica. (Proposta de Avaliação, 2009, p.7)

A proposta apresenta a implantação da avaliação de disciplina e a metodologia de trabalho com grupo focal. Deste último, “Dada a importância de uma avaliação qualitativa, contextualizada na Avaliação Institucional, considera-se que será importante a execução de um projeto piloto de Grupo Focal”. (Proposta de avaliação, 2009, p.7).

Tanto a avaliação de disciplina quanto a metodologia de trabalho com grupo focal são desafios novos para a comissão própria de avaliação.

A comissão reforça a ideia de um processo permanente de avaliação, a elaboração de relatórios que subsidiem as ações da gestão universitária e o diagnóstico da instituição tendo como base o PDI e o PPI da universidade. Também as etapas do processo, como a sensibilização; o diagnóstico; a aplicação dos instrumentos e a sistematização dos dados; o relatório de avaliação interna; a divulgação e o balanço crítico.

Destacamos que, na etapa específica de sistematização dos dados, a Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento tem um papel definido. Segundo a Proposta de Avaliação (2009), “A sistematização dos dados será feita pela PROAP e disponibilizada à CPA para elaboração do Relatório Final” (p.9). Quanto à etapa do balanço crítico, “Ao final do processo de autoavaliação, será feita uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Essa reflexão deverá apontar as fragilidades e possibilidades de aperfeiçoamento do processo.” (p.10)

Uma das primeiras características a serem observadas na “Proposta de Avaliação da CPA”, encontra-se na apresentação de uma proposta, e não de um projeto de avaliação institucional.

Embora não haja nenhuma observação sobre o fato, acreditamos que seja em razão do significado de duas proposições, uma sobre o projeto, com características mais inflexíveis nas suas execuções, a médio ou longo prazo. A proposta, com características flexíveis, inclusive em sua execução, podendo ser de curto ou médio prazo, entre outras características. Também parece que a CPA dá continuidade a uma prática das experiências anteriores, no sentido da cautela com o processo avaliativo, ainda não consolidado na instituição, isto é, sem uma cultura de avaliação.

Destaca-se, ainda, o caráter objetivo da proposta de 2009, bem como os desafios novos assumidos, como a reestruturação da CPA, a avaliação de disciplina e a experimentação da metodologia de grupo focal.

A CPA E OS RELATÓRIOS FINAIS DE AUTOAVALIAÇÃO ORGANIZADOS A PARTIR DAS DEZ DIMENSÕES DO SINAES

A composição atual da CPA é de treze (13) integrantes; sendo sete docentes, representantes de cada um dos campi da universidade (incluindo a Presidente da CPA);

dois discentes, representando todos os alunos da instituição; dois técnicos, representantes dos técnicos-administrativos; e dois representantes da administração central da UFT (reitoria).

Quanto ao relatório final de 2009/2010, verifica-se que este se organiza a partir das dez dimensões sugeridas pelas diretrizes dos SINAES. E cada dimensão se encerra com uma reflexão sobre as potencialidades e fragilidades da instituição.

Em linhas gerais, a primeira dimensão volta-se para a missão e o PDI da universidade, as finalidades, objetivos e compromissos da UFT; bem como as suas práticas pedagógicas. Este Relatório caracteriza a natureza *multicampi* da universidade como sua singularidade.

Segundo o Relatório (2010, p.14),

Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 Km da capital (Palmas). E que, destacam nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Da missão institucional, destaca-se a de “Produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.” (Relatório, 2010, p.15). E quanto à visão estratégica de que, “Até 2010, a UFT será uma Universidade consolidada, *multicampi*, um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade, pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. As prioridades e os eixos estratégicos são evidenciados e argumentados como importantes para a organização, sendo as prioridades o “Ambiente de excelência acadêmica;

atuação sistêmica; articulação com a sociedade e aprimoramento da gestão”. Dos eixos o “ensino de qualidade, comprometido com valores científicos, éticos, sociais e culturais; conhecimento, compromisso social e respeito à diversidade; gestão inovadora, transparente e responsável” (p. 15).

Dos argumentos apresentados, acrescenta o Relatório (2010) que “Do mesmo modo que as prioridades, os objetivos estratégicos devem ser poucos, seletivos e pertinentes a aspectos da alta relevância para a organização, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades e à neutralização de ameaças”. (p.15).

Das fragilidades, na primeira dimensão do SINAES, destacam-se a ausência de informações relacionadas à EaD e o não vínculo do Centro de Tecnologias Educacionais – CTE (órgão responsável pelos cursos em EaD) à PROGRAD. Verificamos, também, que não foi dado nenhum destaque às suas potencialidades.

Na segunda dimensão do SINAES, relacionada à política para o ensino, à pesquisa, à pós-graduação e à extensão, encontra-se um relato denso que compõe aproximadamente setenta páginas, das 192 totais desta dimensão relatadas.

Embora a CPA informe inicialmente que os dados são advindos de três fontes: relatórios das Pró-Reitorias; questionários de autoavaliação; e diagnóstico dos *campi* via CSA; nota-se a proeminência dos dados dos relatórios das Pró-Reitorias. Esses, em sua maioria, são de natureza descritiva e, em alguns casos, até contendo textos repetidos na dimensão anterior.

Ao final, destacam-se as fragilidades para as seguintes políticas: da graduação - a falta de aprimoramento da página no portal da UFT, para divulgar melhor as informações do exame (ENADE); a falta de integração da coordenação de estágios com os *campi*, para melhorar a reflexão sobre a Lei 11.788/2008, no que se refere aos

estágios não obrigatórios; os problemas identificados no funcionamento do PIBID, como atraso no pagamento das bolsas, grande número de exclusão/substituição de bolsistas, concorrência de bolsas entre os bolsistas implicando a desistência do PIBIC em função de outros programas, tais como CNPq, PET, PIM e PIMI; falta de verba de custeio para a compra de material didático; dificuldades da escola em receber os bolsistas e autorizar o uso dos equipamentos multimídia que dispõe.

Das políticas para pesquisa e pós-graduação, as fragilidades referem-se ao não envio: do mapa da produção científica da UFT; da relação da produção científica com o PPI; dos mecanismos de acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisa cadastrados.

Das potencialidades nas políticas para graduação - o estreitamento de relações entre os técnicos das centrais de estágio e os professores que compõem o GT de estágio nas licenciaturas, a partir da participação dos técnicos nos GT's; a mudança de postura teórico – metodológica dos integrantes envolvidos com a experiência no PIBID, que, segundo o Relatório final (2010), a “vivência prática de novas realidades na escola campo, contato direto com a comunidade escolar (...), experiências de trabalho interdisciplinar, aplicação de novas metodologias de trabalho (...), disposição para repensar e rever estratégias”. (p. 107).

As potencialidades das políticas para a pesquisa e pós-graduação apontam para – os veículos de divulgação da produção intelectual artística e cultural do corpo docente, discente e técnico-administrativo a partir de sua ampliação; o agrupamento das revistas eletrônicas em sítio único; a editora da UFT, visando a sua consolidação; e, a criação da BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, como forma de disseminar a produção científica da pós-graduação junto ao sistema de bibliotecas.

Em relação à dimensão três, da responsabilidade social da instituição, chamamos a atenção, no Relatório de Autoavaliação (2010, p. 111), para,

A inter-relação da Universidade com os demais setores públicos e a comunidade é feita via representação dos docentes em Conselhos (...). Como no exemplo temos representantes: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de Palmas, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Grupo de Arquitetura do CREA, Comissão de Planejamento Estratégico dos Cursos de Formação da Secretaria do Estado do Tocantins (Grifo Nosso), Comitê Estadual do Aleitamento Materno, Comissão Interinstitucional da Secretaria de Estado da Saúde, Conselho Estadual de Educação Indígena.

E ainda,

A UFT também está empenhada em proporcionar condições para que seus alunos de graduação e egressos tenham a oportunidade de entrar no mercado de trabalho e alcançar o sucesso. Neste sentido, são oferecidas bolsas de assistência estudantil aos alunos para estágio na própria universidade, e a Instituição mantém convênios com cerca de 34 (trinta e quatro) organizações públicas e privadas para fins de encaminhamento do aluno para o mercado de trabalho por meio de estágio remunerado (Grifo Nosso).

Das fragilidades, segundo o Relatório de Autoavaliação (2010, p. 115), “(...) a falta de mecanismos de avaliação dos impactos das ações de extensão na comunidade e a falta de divulgação dos resultados das ações junto à comunidade”. Das potencialidades apresenta uma menção ao PDI com os seis desafios da instituição.

I – Melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa. II – Ampliar as atividades de extensão e cultura. III – Fixar, ampliar e capacitar os recursos humanos. IV – Melhorar a infraestrutura (prédios, laboratórios, bibliotecas e equipamentos). V – Ampliar os recursos orçamentários e definir a descentralização orçamentária. VI – Definir a missão de cada um dos *campi*.

Na comunicação com a sociedade, questão posta pela dimensão quatro, segundo o Relatório de autoavaliação (2010), cerca de 44% dos membros da comunidade consideram regular ou insuficiente a divulgação dos assuntos acadêmicos. A porcentagem aumenta com a comunicação das deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para cerca de 51%.

Quanto às fragilidades, são destaques a imagem negativa do setor público no contexto atual; a concorrência acirrada do setor privado na área da educação; o risco de desagregação do corpo técnico-administrativo; a média compreensão da comunidade universitária sobre a importância estratégica da comunicação no processo de visibilidade; a falta de compreensão sobre a competência da coordenadoria de comunicação; a inexistência de ouvidoria; a má qualidade da transmissão ao vivo das reuniões do CONSEPE e do CONSUNI; e a não divulgação dos documentos das instâncias colegiadas no *site* institucional.

Quanto às potencialidades¹ seriam: a qualidade reconhecida da instituição e de sua natureza pública; o interesse dos parceiros de se agregarem à boa imagem da UFT; a facilidade de acesso a acervos e serviços técnicos especializados das instituições; a articulação técnico – política com os movimentos sociais; a alta capacidade de

¹ Apresentadas no Relatório como oportunidades.

produção de pesquisas/publicação; e a presença de internet e intranet.

A política de pessoal, na dimensão cinco, focaliza a política de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional; e as condições de trabalho dos servidores.

Inicialmente, faz referência ao PDI em relação à PROPESQ, para capacitação docente e dos técnicos-administrativos. Segundo o Relatório de Autoavaliação (2010), em seu questionário foi detectado que a maioria de técnicos (55%) e docentes (52%) consideram que os programas de qualificação e capacitação profissional não atendem às suas necessidades.

Quanto ao diagnóstico das condições de trabalho, o Relatório de Autoavaliação (2010) apresenta os dados do questionário aplicado pela CPA: 52% dos docentes e 43% dos técnicos-administrativos consideram que não existe um plano de ação no seu setor para melhoria de suas atividades profissionais.

Em relação às potencialidades e fragilidades, o relato aponta somente uma fragilidade: a própria política de qualificação e capacitação, devido ao nível da insatisfação diagnosticada nos questionários.

Na dimensão seis, organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, faz referência ao PDI e ao Planejamento Estratégico.

Segundo o Relatório de Autoavaliação (2010), a maioria (58%) dos acadêmicos não soube responder se a composição dos órgãos colegiados atende ao estatuto da UFT. Cerca de 39% da comunidade acadêmica (média dos três segmentos) responderam que não estavam aptos a responder se havia ou não democracia interna nestes órgãos, devido aos critérios de composição. E 38% disseram que sim. Segundo o Relatório de autoavaliação

(2010, p. 154), “não se pode afirmar que há uma avaliação positiva do funcionamento dos órgãos colegiados da UFT, quanto à participação, à democracia interna e aos critérios de composição.”

Em relação ao respeito da gestão superior às deliberações dos órgãos colegiados, a maioria dos consultados estão satisfeitos, pois cerca de 6% achavam ótimo, 29% achavam bom e 23% regular. Contudo, chama a atenção os 30% que se declaravam não aptos a responder que, somados aos 11% (insuficiente), perfizeram cerca de 41% dos insatisfeitos.

Quanto à fragilidade, é apontada a não disponibilização das atas dos órgãos deliberativos para livre consulta da comunidade²; e, como potencialidade, a existência do Plano Diretor no *campus*, que ainda compõe rara iniciativa.

Da dimensão sete, infraestrutura física, especialmente a de ensino e a pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação da UFT, constata-se que o resultado da autoavaliação de 2006 já identificava grandes problemas inerentes às instalações físicas da universidade: laboratórios, mobiliário, acessibilidade, bibliotecas, áreas de lazer, entre outros. E, nesta comparação, conclui o Relatório de autoavaliação (2010, p. 157), que, em 2009, observa-se uma significativa evolução. “Todavia, ainda persistem alguns problemas, (...)”

No que se refere à infraestrutura física dos *campi* da UFT, o relatório de autoavaliação (2010) focaliza e descreve, *campus a campus*, a situação frente à estrutura física, biblioteca e acessibilidade.

Ao final, aponta uma fragilidade em todos os *campi* da instituição, a ausência de áreas de convivência e de restaurantes universitários.

² Hoje só é possível a consulta através de solicitação formal, requerimento.

A dimensão oito, planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficiência da autoavaliação institucional, faz referência ao processo de construção do PPI articulado às diretrizes do ensino superior, do SINAES, PPC's, Planejamento estratégico, PDI e FEPEC. Em seguida, reflete sobre a concepção de educação superior presente em suas orientações para os PPC's dos 49 cursos da UFT, bem como do recente documento aprovado na plenária final do FEPEC como termo referencial para as licenciaturas.

Destacamos os processos e ações da CPA para se chegar à autoavaliação na UFT, as atividades que levaram à construção dos instrumentos de avaliação de disciplina, bem como as dificuldades encontradas. Em seguida, o processo que levou à criação da Pró-reitoria de avaliação e planejamento - PROAP, no ano de 2008. Segundo o Relatório de autoavaliação (2010, p. 182),

A Universidade Federal do Tocantins completou seis anos de sua implantação em maio de 2009, registrando um crescimento considerável nos cursos de graduação de 43 para 49 cursos atualmente e da Pós-graduação (07 cursos de mestrado e 01 de doutorado). Para o fortalecimento desses novos cursos e a consolidação dos diversos setores da Universidade, fez-se necessário um planejamento estruturado e orientado, assim como uma avaliação periódica de seu desempenho institucional. Por causa dessa demanda, em agosto de 2008, foi implantada a Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP) que tem como objetivo facilitar e articular as ações institucionais com a finalidade de contribuir para as melhorias necessárias nas áreas: administrativa, ensino, pesquisa e extensão.

E ainda, “(...) a PROAP tem incorporado o planejamento institucional à autoavaliação. De forma que a CPA está diretamente vinculada ao seu organograma (...)” (p. 183).

Quanto à adesão da comunidade acadêmica à autoavaliação, dos 657 docentes, 25% aderiram; dos 537 técnicos-administrativos, 32% participaram da autoavaliação; e dos 9785 estudantes, 13% aderiram. Portanto, cerca de 14% da comunidade universitária participaram da terceira edição da autoavaliação institucional da UFT. Segundo o Relatório de autoavaliação (2010), a disponibilização do instrumento na página eletrônica, no final do semestre; a campanha de sensibilização acanhada; e um instrumento com grande número de questões contribuíram para a pequena adesão (13% dos estudantes) ao processo.

Contudo, apresenta também outras possibilidades explicativas. Segundo o Relatório de Autoavaliação (2010, p. 184),

Os dados apresentados demonstram que o Processo de Avaliação Interna da UFT encontra-se em estado inicial, a instituição é jovem, ainda discute sua organização *multicampi*, seus processos de organização estrutural e tantas outras questões presentes no cotidiano de cada um dos 7 *campi* revelam que sua comunidade acadêmica ainda não assimilou (...).

Acrescenta, ainda, a alta rotatividade na composição da CPA e CSA durante o ano de 2009, revelando uma visão que coloca a avaliação institucional, ainda, como ação secundária nos processos acadêmicos.

Da fragilidade, destaca-se a forma da coleta de dados das Pró-Reitorias, isto é, o instrumento enviado pela CPA, baseado nas dez dimensões do relatório de autoavaliação foi pouco eficaz para o levantamento.

Das políticas de atendimento aos estudantes, na dimensão nove, destacam-se as ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis: a bolsa permanência, a isenção de taxa de vestibular, o auxílio viagem individual, o auxílio transporte terrestre, apoio ao JUFT (jogos da universidade).

Ao final, é analisada a situação em cada *campus* referente à casa do estudante. Os *campi* de Tocantinópolis e de Miracema, por exemplo, são os únicos que ainda não têm casa para abrigo de estudantes.

Das fragilidades encontradas, destacam-se, então, a ausência de casa de estudante em dois *campi* da UFT; a ausência de serviço de atendimento psicológico aos estudantes; a falta de manutenção das moradias estudantis, a falta de fiscalização; de segurança, limpeza, higiene, entre outros.

Na décima dimensão do SINAES, sob o subtítulo “aspectos financeiros orçamentários”, destaca-se a alocação de recursos por grupo de despesa de 2007, bem como a evolução do orçamento no período de 2006 a 2007. Apresenta os limites e restrições econômicas, bem como as metas empreendidas.

Quanto às fragilidades, destacam-se os dados do relatório de gestão 2008/2009 da PROAD, os quais não foram disponibilizados a tempo para serem incluídos no Relatório de autoavaliação 2010. Também, o pouco envolvimento da comunidade acadêmica com a própria instituição, o que explicaria a baixa adesão aos processos avaliativos institucionais (em torno de 14%).

A AVALIAÇÃO EXTERNA DA UFT: fragilidades e potencialidades apontadas no relatório final

A comissão de avaliadores “ad-hoc”³, em número de três, visitou e avaliou as dependências da Universidade Federal do Tocantins, no período de 03 a 07 de agosto de 2010. As fontes das informações foram os documentos

³ Externa.

PDI, PPC, PPI e Relatório de Autoavaliação (2010), bem como as reuniões com os segmentos acadêmicos, coordenadores, membros da CPA; e visitas *in loco* às dependências da instituição.

Na apresentação ou síntese da ação preliminar à avaliação, o Relatório de Avaliação Externa (2010) informa que a instituição “facilitou as condições para que a realidade da IES fosse conhecida durante a visita *in oco*”; também que apresentou, no sistema e-MEC, o PDI e demais informações cumprindo a exigência legal⁴. Que a UFT anexou outros três relatórios de autoavaliação realizadas pela CPA e que o último contemplava as dez dimensões propostas pela CONAES. Informa, ainda, que a comissão se concentrou no campus de Palmas e se informou da realidade dos *campi* através das reuniões, dos relatórios da CPA e dos catálogos dos cursos.

Segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p. 5),

Deve-se destacar a característica estrutural e funcional da UFT que tem sua sede em Palmas e seis campi em cidade no interior do estado, as quais são: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis em distâncias que variam de 66 a 531 Km e onde se concentra 60% da comunidade discente (dado aproximado) foi a causa de esta avaliação (código Inep 64260) ter ocorrido somente no campus de Palmas.

A síntese preliminar chama a atenção para que o INEP planeje, para uma próxima avaliação externa, a visitação de todos os *campi* da UFT.

A comissão de avaliação conclui que a missão e implementação do PDI são considerados adequados e configuram um quadro similar ao que expressa o

⁴ Decreto nº5733 de 09 de maio de 2006.

Referencial Mínimo de Qualidade - RMQ, atribuindo o conceito 3 (três).

A comissão de avaliação externa conclui seu parecer à dimensão 2 indicando a coerência das políticas e que os indicadores configuram um quadro similar ao que expressa o RMQ, atribuindo o conceito 3 (três).

As considerações da comissão sobre a dimensão 3 observam que a UFT priorizou a questão da inclusão social com, segundo o Relatório de Avaliação Externa, (2010, p.), “(...) Programa Brasil Alfabetizado, Conexões e Saberes, Multiplicadores em Ação: educando para a vida, Cursinho preparatório pré-vestibular, Programa de Monitoria Indígena (PIMI), Programa Bolsa Permanência e outros.” E não implantou adequadamente as questões voltadas para o desenvolvimento econômico, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.11),

Embora a UFT tenha uma Proex atuante e forte, os projetos direcionados à contribuição do desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural não estão adequadamente implantados e acompanhados o que, em geral, configura-se um quadro aquém do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

A comissão conclui seu parecer à dimensão 3 indicando quadro aquém do que expressa o RMQ, atribuindo o conceito 2 (dois).

As considerações da comissão para a dimensão quatro, comunicação com a sociedade, reconhecem os vários canais de comunicação existentes, o acesso, a interação com o ensino, a pesquisa, extensão e cultura. Contudo, reconhecem, também, a necessidade da ouvidoria

ser implantada e funcionar adequadamente, bem como a superação da má qualidade da transmissão ao vivo das reuniões dos conselhos superiores, entre outros, como se observa no Relatório de Avaliação Externa (2010), ao citar o relatório de avaliação interna (autoavaliação), “(...) de acordo com relatório da CPA na auto-avaliação de 2009/2010 (p.133), 44% dos participantes consideraram insuficiente ou regular a divulgação dos assuntos acadêmicos”. E ainda,

A Ouvidoria a ser implementada foi destacada pela Dicom no relatório da CPA 2009/2010 p. 133 como um fator de melhoria na comunicação interna e externa da universidade com a sociedade. Outros pontos no relatório da CPA foram a má qualidade da transmissão ao vivo das reuniões dos conselhos superiores e ao não uso da intra e internet para divulgação de documentos destas instâncias e a rádio universitária (a ser implantada em um futuro próximo). (Relatório de avaliação externa, 2010, p.13).

A conclusão da comissão de avaliação externa para a dimensão 4 é a de que as ações mostram coerência parcial com aquelas dos documentos oficiais, configurando um quadro aquém do que expressa um RMQ, atribuindo o conceito 2.

As políticas de pessoal, de carreira, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho para docentes e técnicos-administrativos, da dimensão cinco, destacam: a composição e formação do corpo docente, com mais de 40% com título de doutor; a política de capacitação docente com fluxo regular de afastamentos; o regime de trabalho indicando que as condições de trabalho docente são compatíveis com o PDI.

Segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.15), são “relatadas duas formas de capacitação 1–

afastamentos para os docentes cursarem programas de pós-graduação em outras regiões(...) 2-pós-graduação em convênios com outras instituições dos tipos Minter e Dinter”. Em relação aos técnicos-administrativos: possuem plano de carreira e plano de capacitação, embora se destaque que ainda encontram alguns problemas para liberação devido ao acúmulo de trabalho.

Segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.15),

Assim, as políticas de pessoal, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, formação do corpo docente e condições institucionais para os docentes praticadas pela IES estão coerentes com o PDI e configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

A comissão de avaliação externa conclui as considerações da dimensão 5 indicando similaridade com o RMQ, atribuindo o conceito 3.

As considerações da comissão de avaliação externa referentes à dimensão seis, organização e gestão da instituição, representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios demonstram que as decisões ocorrem nos conselhos superiores e cumprem os dispositivos regimentais e estatutários; e, ainda, segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.),

A gestão institucional desenvolve ações pautadas em princípios de qualidade que resultam em diretrizes para a consolidação acadêmica, modernização e desenvolvimento administrativo, propiciando condições de funcionamento compatíveis com o crescimento e eficiência da vida

acadêmico – administrativa, através da criação de sinergias entre os diversos *campi* e setores da IES, obedecendo a um planejamento estratégico. (...). No momento está em discussão a atualização do Estatuto da IES (Grifo Nosso) com a participação de todos os seus segmentos.

A comissão de avaliação externa considera que a organização e gestão da instituição, nos aspectos relatados, está coerente com o PDI e configura um quadro similar ao que expressa o RMQ, atribuindo o conceito 3.

Em relação à infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação da dimensão sete; destacam insuficiências e inadequações na maioria das questões descritas. Inicialmente, destaca-se que o PDI não contempla uma relação da infraestrutura física da UFT, indicando a não existência de coerência entre a infraestrutura existente e a especificada no PDI. Em relação à quantidade e qualidade das instalações gerais para o ensino, pesquisa, laboratórios de ensino e de pesquisa, bibliotecas, destaca que ainda são insuficientes. E, para a prática de esportes, atividades culturais, de lazer e convivência, destaca que são incipientes para atender à demanda. Segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.19), “As políticas de atualização, de ampliação do acervo, (...) e serviços das bibliotecas não são adequadas para o atendimento de uma comunidade como a da UFT”. E ainda,

Considerando o exposto e a não implantação da proposta de 'Elaborar o plano diretor de obras da UFT' (PDI – 2007/2011 p. 29) fato observado também pela CPA (p. 157 do relatório CPA 2009/10) a comissão entende que os indicadores desta dimensão configuram um quadro aquém do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Relatório de avaliação externa, (2010, p.19)

A comissão de avaliação externa, ao considerar a situação relatada na dimensão sete aquém do que expressa o RMQ, atribuiu o conceito 2.

As considerações da comissão de avaliação externa sobre a dimensão oito, planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional se referem, em linhas gerais, à atuação e estrutura da CPA. Inicialmente, pontua que esta é a primeira avaliação externa da instituição e que a autoavaliação, em seu terceiro ciclo/edição, foi muito bem sucedida pela CPA, que, segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.20), “O resultado foi um relatório completo (2009/2010) com 231 páginas, sem cerceamento da liberdade de expressão, contendo as 10 dimensões que constituem a base desta avaliação externa”. E ainda,

Como resultado da eficácia da atuação da CPA foi citado ações de melhoria no cotidiano da instituição, particularmente na área de informática. Espera-se que, baseada nos resultados da autoavaliação e das avaliações externas, os gestores da IES possam implementar ações acadêmico-administrativas além dos níveis mínimos de qualidade. (Relatório de avaliação externa, 2010, p.20)

Todavia, a comissão chama a atenção para os problemas que ainda devem ser sanados no que se refere à infraestrutura da CPA, sua estrutura física, por exemplo, conforme fixado pelo PDI; também viabilizar a participação de representantes da comunidade externa; resolver o problema da rotatividade na composição e a falta de estímulos, entre outros relatados pela comissão de avaliação externa.

A comissão de avaliação externa conclui para a dimensão sete, que o planejamento e a autoavaliação estão

parcialmente coerentes com o PDI, configurando-se um quadro aquém do que expressa no RMQ, atribuindo o conceito 2.

As considerações da comissão de avaliação externa sobre a dimensão nove, políticas de atendimento aos discentes; reconhecem a política de bolsas para alunos de baixa renda, o transporte gratuito (no caso do campus de Palmas), e do portal do ex-aluno para egressos. Contudo, segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.22), “No todo, são ações ainda insipientes em relação àquelas preconizadas no PDI e àquelas da Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007, que institui o programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES”. E ainda, “(...)a ausência de restaurante universitário, de espaço de convivência, de lazer, de quadras esportivas, acompanhamento psicopedagógico em todos os *campi* da IES são exemplos de etapas a serem superadas”.

A comissão de avaliação externa conclui para a dimensão nove que as políticas de atendimento aos discentes da IES não estão coerentes com as especificadas no PDI, caracterizando esta dimensão como aquém do RMQ, atribuindo o conceito 2.

As considerações da comissão de avaliação externa sobre a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, da dimensão dez, destacam que os recursos federais são as principais fontes de receita da universidade. Que o PDI propõe aumentar a participação dos recursos próprios da instituição. Todavia, a análise da evolução orçamentária demonstra que não houve incremento significativo neste aspecto, embora tenha ocorrido ampliação orçamentária geral, devido ao REUNI e PARFOR, Programas Federais que preveem suplementação de orçamento para efetivação das políticas, entre outras.

Segundo o Relatório de Avaliação Externa (2010, p.24),

Recentemente foram criados 14 cursos de graduação não previstos no PDI, dentro do contexto do REUNI. Esse programa prevê o repasse de recursos e cotas de contratação de docentes para fazer frente às despesas desses novos serviços. O atual processo está em curso. Progressivamente as despesas contratadas para esses novos serviços vão sendo incorporadas na matriz orçamentária da IES. Isso irá pressionar o teto orçamentário para o conjunto do sistema federal de ensino superior. Entretanto a não ocorrência de um déficit orçamentário permite um atual equilíbrio econômico financeiro da IES.

A comissão de avaliação externa considera que a sustentabilidade financeira está coerente com o PDI, ao considerar a inclusão dos programas federais citados (REUNI e PARFOR), segundo o Relatório de avaliação externa, (2010, p.24), “como acréscimos temporários à rotina universitária e, portanto, não previsto no PDI da IES”. Considera também que “(...) existe adequação da alocação de recursos, incluindo o acato às rubricas orçamentárias e às políticas de aquisição de equipamentos destinados aos programas de ensino, pesquisa e extensão”.

A comissão conclui para a dimensão 10 que, em conjunto, caracteriza um quadro similar ao que expressa o RMQ, atribuindo o conceito 3.

Quanto às disposições legais, a UFT atende aos requisitos legais para titulação e regime de trabalho docente, contratação e plano de cargo e carreira registrado e homologado no Ministério do Trabalho. Contudo, não atende plenamente às condições de acesso para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nas considerações finais do relatório, a comissão de avaliadores reapresenta os conceitos atribuídos por dimensão⁵ sendo, D.1=3; D.2=3; D.3=2; D.4=2; D.5=3; D.6=3; D.7=2; D.8=2; D.9=2 e D.10=3; atribuindo, na sequência, o conceito final da instituição: 3; concluindo por “um perfil SATISFATÓRIO de qualidade na Universidade Federal do Tocantins - UFT”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de três autoavaliações, no primeiro ciclo avaliativo do SINAES, com todas as dificuldades relatadas, faz com que os integrantes do núcleo gestor da UFT constituam uma experiência maior no processo.

A consciência das potencialidades da instituição, bem relatadas nos planos, como PDI, PPI e Planejamento Estratégico, completa-se com a mesma consciência das fragilidades da universidade, não somente nos planos, mas concretamente nas estruturas e nas ações pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 3. Brasília, DF: 15 de abril de 2004.

FERNANDES, Alcione Marques [et. al.]. Relatório de avaliação institucional – UFT 2009 – 2010. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-Reitoria de Avaliação, CPA/UFT, 2010.

INEP. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção a regulamentação. Instituto

⁵ Denominado neste item com a sigla D.

Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP.
4ª Ed. ampl. Brasília, INEP, 2007.

BRASIL, MEC. Relatório de avaliação da comissão externa para
recredenciamento da UFT. Brasília, Agosto de 2010.

CAPÍTULO 5

AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Alcione Marques Fernandes

INTRODUÇÃO:

Este trabalho apresenta e discute os resultados da autoavaliação docente que compôs o instrumento de Avaliação Institucional 2009, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Durante o decorrer do ano de 2009, a CPA participou de um intenso debate com a comunidade acadêmica a respeito da implantação da avaliação de disciplina a cada semestre, com o objetivo dos alunos avaliarem alguns aspectos considerados mais relevantes da prática docente. Tal debate se deu em função da rejeição por parte dos docentes em serem avaliados por seus alunos, segundo Sordi (2009, p.316):

Esta cultura da avaliação ajuda a entender (não a justificar) as recusas freqüentes de alguns professores de discutir suas práticas pedagógicas o que se confronta com o discurso de trabalho coletivo presente na escola. A autonomia do docente não pode ser confundida com autonomização.

A autoavaliação representou uma possibilidade de reflexão do professor sobre sua prática docente, abrindo espaço para uma discussão mais ampla a respeito do tema,

como também desfazendo o mal-estar inicialmente criado pela recusa em se estabelecer a avaliação de disciplina como prática constante na instituição.

No período de novembro a dezembro de 2009, foi aplicado um instrumento de Avaliação Institucional aos três segmentos da universidade: docentes, técnicos e discentes. Este instrumento continha perguntas específicas para o docente se autoavaliar em sua prática pedagógica. O objetivo principal das questões elaboradas pela CPA foi diagnosticar a relação docente/discente no cotidiano da Instituição, tendo como perspectiva a reflexão docente a respeito de sua prática e posterior confronto com o olhar discente sobre esta mesma prática, por meio da avaliação de disciplina/professor.

Este processo de autoavaliação docente representa desenvolvimento significativo no processo desencadeado pela CPA rumo à globalidade dos instrumentos e à integração do sujeito e do objeto, como prevê o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES. Tendo em vista que a Avaliação é um processo multidimensional e necessita se considerar vários aspectos para não transformá-la em um processo simples de medição e comparação, a autoavaliação docente significa apenas um passo neste processo de autoconhecimento da IES, segundo Castanheira (2007).

O instrumento aplicado à comunidade acadêmica apresentou questões referentes a 7 dimensões do SINAES e estes resultados foram utilizados na elaboração do Relatório de Avaliação Institucional 2009. Os docentes responderam, ainda, a questões referentes aos seguintes itens: organização da disciplina, metodologias de ensino e recursos utilizados, metodologia de avaliação e relacionamento docente/discente. Este instrumento foi disponibilizado para preenchimento eletrônico e esteve na página virtual da universidade no período de 16 de novembro a 21 de dezembro de 2009, responderam à

autoavaliação docente 171 professores de um total de 571 , representando 30% da comunidade docente envolvida. Como descrito por Castanheira (2007, p 725):

Para que se possa implantar um processo de avaliação docente com sucesso é preciso realizar uma sensibilização de todos os envolvidos. Deve estar claro para o corpo docente que o objetivo da avaliação é a melhoria e não a punição, e, para os alunos a importância de sua opinião (que deve ser a mais justa possível e não um ajuste de contas), para que possam contribuir para a melhoria de sua formação.

Deste total de professores envolvidos na pesquisa, é importante salientar que nem todos responderam a todas as questões, por isso o total varia de gráfico para gráfico.

A autoavaliação docente caracterizou a sensibilização dos envolvidos num processo de reflexão, tornando a relação aluno/professor, sempre tão cercada de cuidados, num ambiente possível de diálogo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O instrumento aplicado aos docentes, elaborado pela CPA, utilizou como referência instrumentos de avaliação institucional aplicados em outras Universidades Federais, alguns quesitos foram observados nesta autoavaliação como: planejamento, metodologia, métodos de avaliação aplicados ao conjunto de disciplinas ministradas pelo docente.

Segundo Nunes (2008, p. 171): “O processo avaliativo tem a função de (a)firmar valores, daí não existir neutralidade em um instrumento de avaliação, seja ele científico-técnico, didático-pedagógico, atitudinal”, deste modo, o instrumento possibilitou o desencadear do processo de reflexão docente a respeito das disciplinas

ministradas, como, também, abriu o caminho para a aplicação do instrumento de avaliação de disciplina/professor no ano seguinte.

A primeira questão perguntada foi sobre a organização da disciplina e as respostas indicam que a grande maioria dos docentes participantes da pesquisa afirma apresentar e discutir o plano de disciplina com os discentes no início do período letivo, como demonstra o gráfico 1.

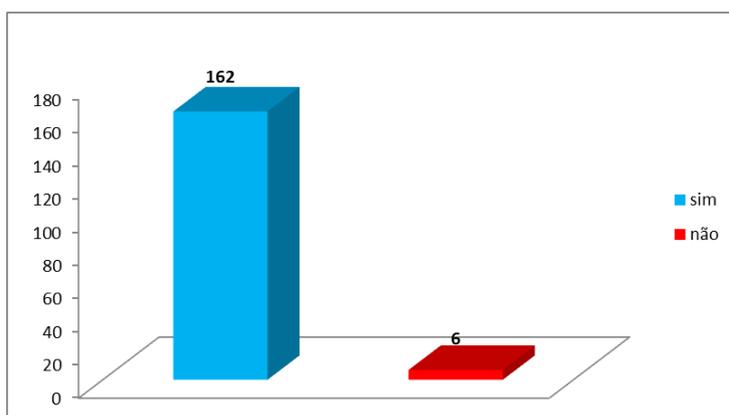


Gráfico 1: No início do período letivo, discuti o plano de curso/ensino/disciplina com os discentes?

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas dos docentes sobre a indicação da bibliografia ser condizente ou não com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC demonstram que a maioria tem mantido coerência com o projeto de curso. No instrumento, havia a possibilidade de se escolher uma opção que definisse o motivo de não se indicar a bibliografia condizente com o PPC. Neste caso, dentre os 13 docentes que não indicavam bibliografia constante no PPC, apenas 6 docentes definiram os motivos que os levaram a adotar esta prática (gráficos 2 e 3).

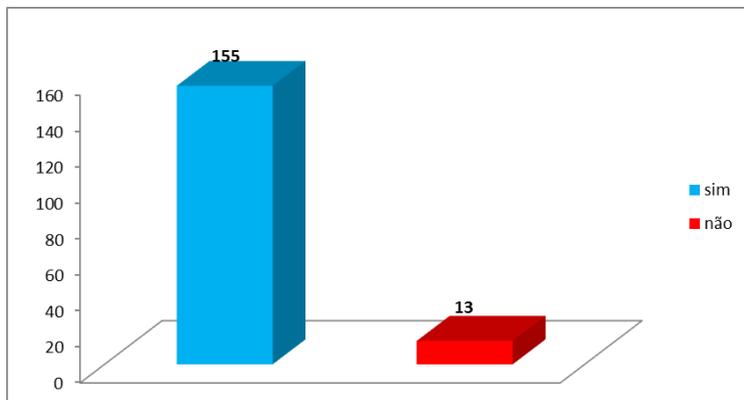


Gráfico 2: A bibliografia indicada é condizente ou não com o PPC do curso?

Fonte: Dados da pesquisa

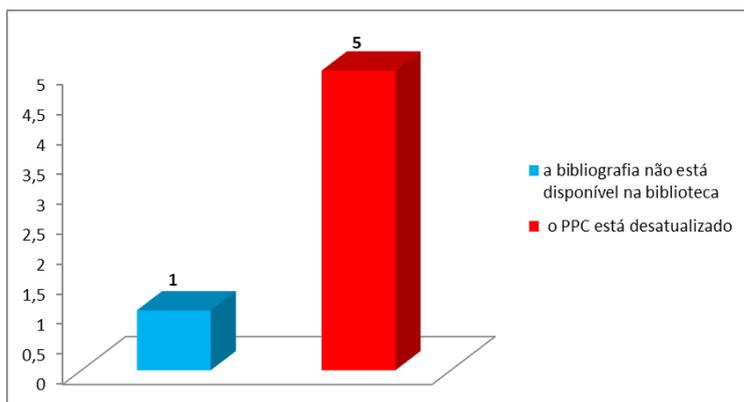


Gráfico 3: Motivos elencados para a bibliografia indicada não ser condizente com o PPC do curso

Fonte: Dados da pesquisa

Este resultado aponta a situação *sui generis* da Universidade Federal do Tocantins –UFT, que, em seu processo de implantação, herdou discentes de cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade do Tocantins - UNITINS, a instituição estadual que, em parte federalizou-se, tornando-se UFT com PPCs implantados.

Em relação à disponibilidade dos docentes no atendimento acadêmico para esclarecimentos de dúvidas/orientações, a pesquisa indica uma tendência extremamente positiva, como apontado no gráfico 4.

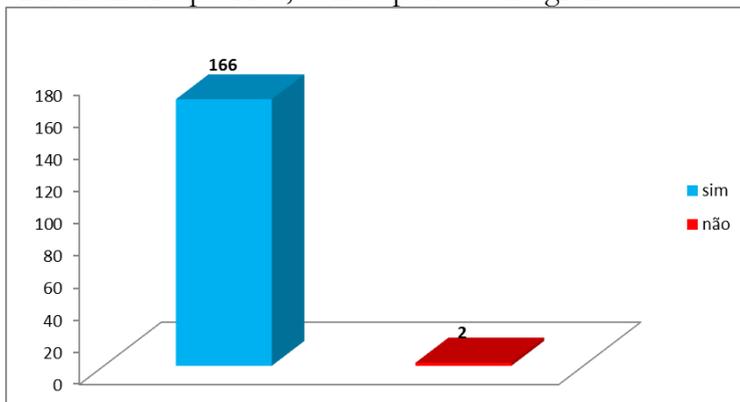


Gráfico 4: Coloquei-me à disposição dos discentes para esclarecimentos de dúvidas/orientações?

Fonte: Dados da pesquisa

Perguntou-se também a respeito das metodologias utilizadas pelos docentes em suas aulas, os resultados demonstram a tendência significativa de aulas expositivas tradicionais, como também das expositivas participativas, seminários e aulas práticas. As palestras e similares não são adotadas regularmente como recurso didático (gráfico 5).

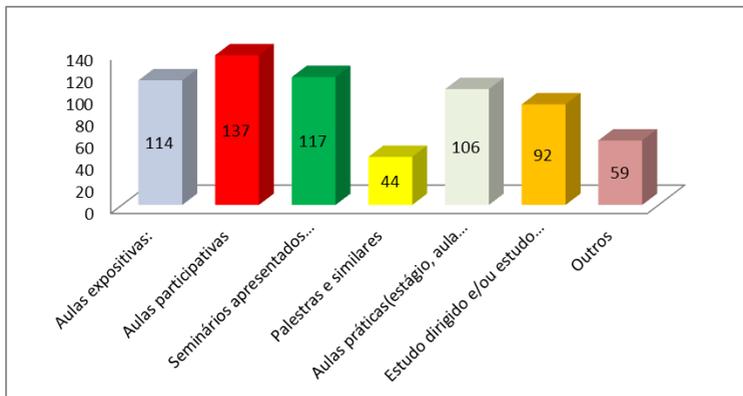


Gráfico 5: Metodologias de ensino mais utilizadas pelos docentes
Fonte: Dados da pesquisa

Sobre os recursos utilizados, observou-se que o quadro e o datashow são os mais usados no desenvolvimento das aulas pelos docentes participantes da pesquisa e um dado interessante é que o portal Moodle, ferramenta de educação virtual da universidade, possui uso pouco significativo como recurso didático (gráfico 6).

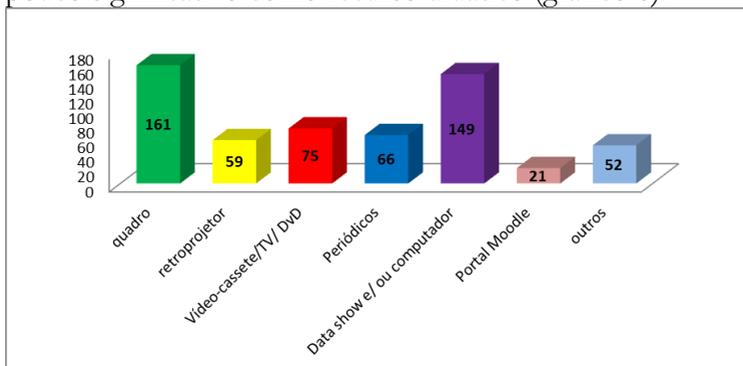


Gráfico 6: Recursos didáticos
Fonte: Dados da pesquisa

A respeito da metodologia de avaliação, o gráfico 7 aponta as respostas sobre o questionamento da avaliação aplicada ser condizente ou não com o conteúdo

apresentado na disciplina. Os docentes entrevistados demonstraram uma tendência positiva neste sentido.

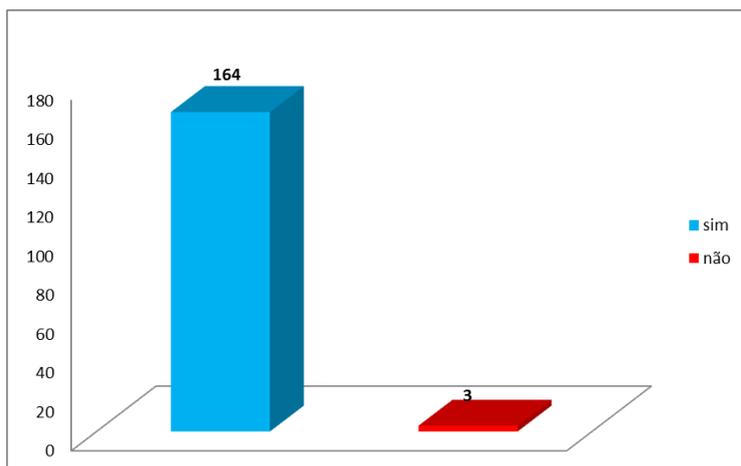


Gráfico 7: A avaliação da aprendizagem foi condizente com o conteúdo ministrado?

Fonte: Dados da pesquisa

A segunda questão sobre metodologia de avaliação esbarra numa problemática interessante, se os docentes agem de acordo com o regimento acadêmico em suas atividades. Os resultados demonstram que 24,7% dos docentes não adotam a prática prevista no regimento acadêmico da instituição (gráfico 8).

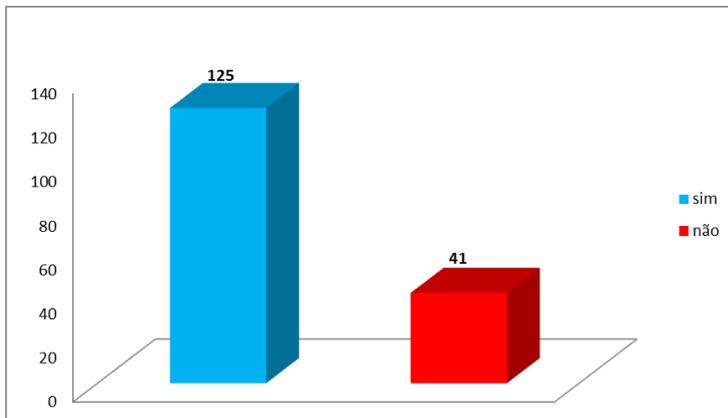


Gráfico 8: Devolvi todas as avaliações aos discentes, conforme prevê o Regimento Acadêmico?

Fonte: Dados da pesquisa

Dentro da perspectiva da avaliação da aprendizagem pelo professor, foi questionado se as avaliações, após a correção, foram discutidas com os alunos e os resultados demonstram que 12,65% dos docentes envolvidos na pesquisa não utilizam esta prática pedagógica. Numa rápida comparação entre os gráficos 8 e 9, percebe-se, em termos percentuais, que em torno de metade dos docentes que não devolvem as avaliações aos seus alunos também não as discute.

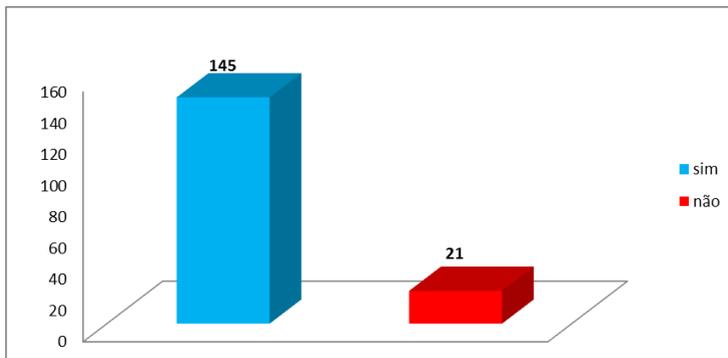


Gráfico 9: Após as atividades avaliativas, discuti os resultados com os discentes?

Fonte: Dados da pesquisa

Ao se indagar sobre os métodos de avaliação predominantes, nota-se que 25,75% dos professores pesquisados utilizam apenas um método de avaliação (gráfico 10).

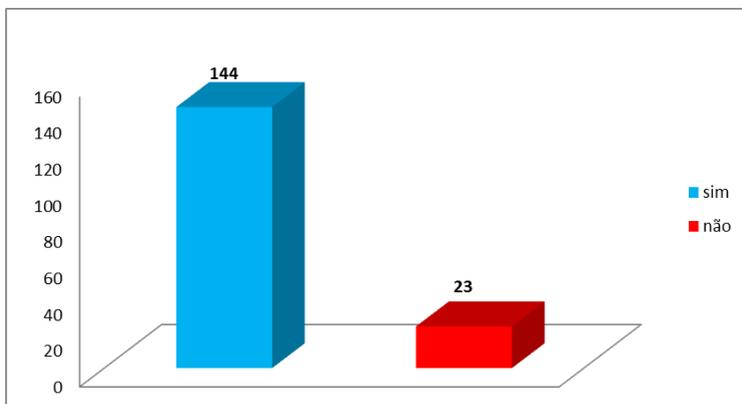


Gráfico 10: Você utiliza mais de um método de avaliação por disciplina?

Fonte: Dados da pesquisa

O próximo grupo de questões indaga sobre o relacionamento docente/discente em sala de aula. No gráfico 11, indicam-se os resultados sobre o respeito do docente em relação às opiniões e pontos de vista dos discentes e percebe-se, pelo índice de respostas, que os docentes consideram que suas aulas se desenrolam em clima de respeito mútuo.

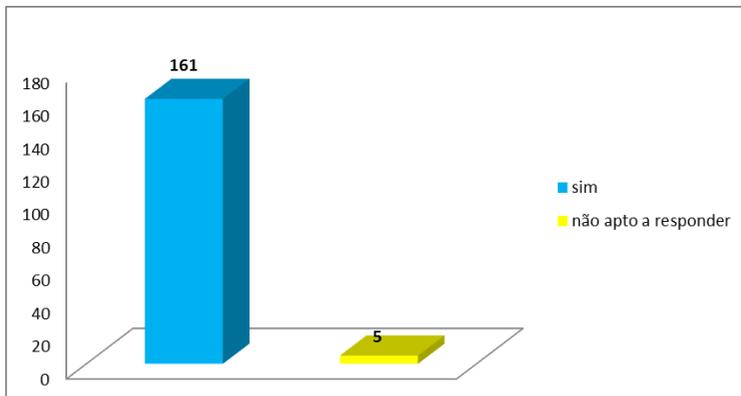


Gráfico 11: Respeitei as opiniões e pontos de vista dos discentes?
Fonte: Dados da pesquisa

Quando se pergunta se o relacionamento respeitoso propiciou a aprendizagem, as respostas demonstram uma avaliação positiva por parte dos docentes entrevistados, porém observa-se uma porcentagem de 7,1 % de respostas negativas ou não aptas a responder (gráfico 12).

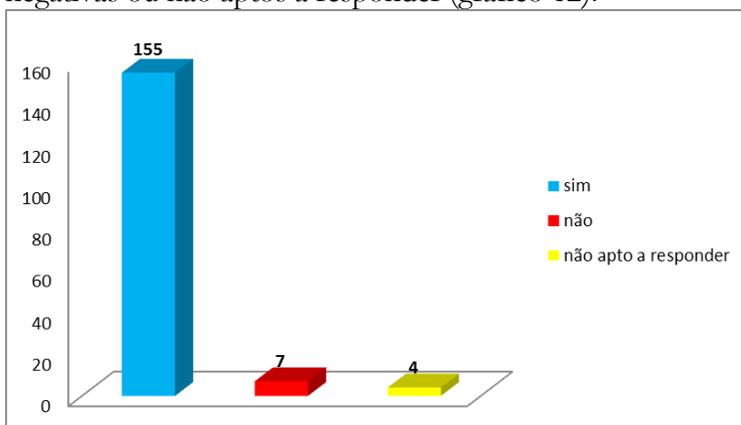


Gráfico 12: O relacionamento entre docente e discente favoreceu o processo ensino-aprendizagem?
Fonte: Dados da pesquisa

Ainda questionando o relacionamento docente/discente, indagou-se sobre o incentivo por parte

dos docentes para os estudantes participarem ativamente das aulas, expressando suas idéias e o resultado também demonstra uma tendência positiva.

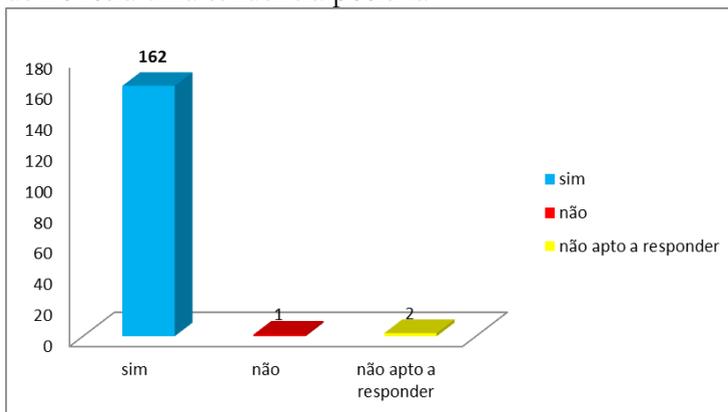


Gráfico 13: Incentivei os estudantes a participarem, discutirem e expressarem suas idéias?

Fonte: Dados da pesquisa

Todas as questões envolvendo o planejamento das aulas, desde as metodologias aplicadas, até as formas de avaliação, demonstram que a grande maioria dos professores considera o planejamento e desenvolvimento de suas aulas de forma positiva, com tendência para os índices bom e ótimo (gráficos 14, 15, 16, 17 e 18).

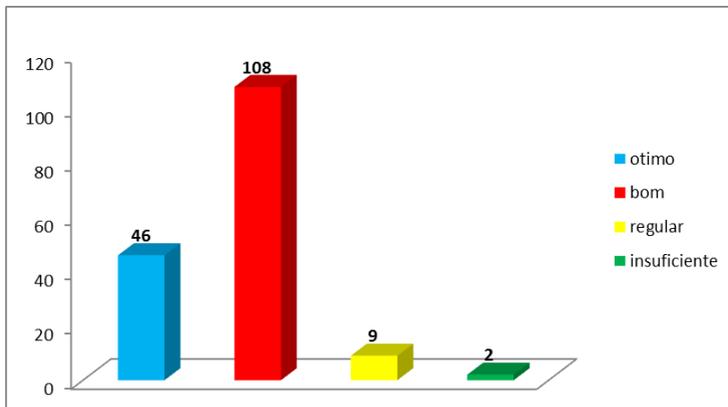


Gráfico 14: Considerarei a preparação das minhas aulas:

Fonte: Dados da pesquisa

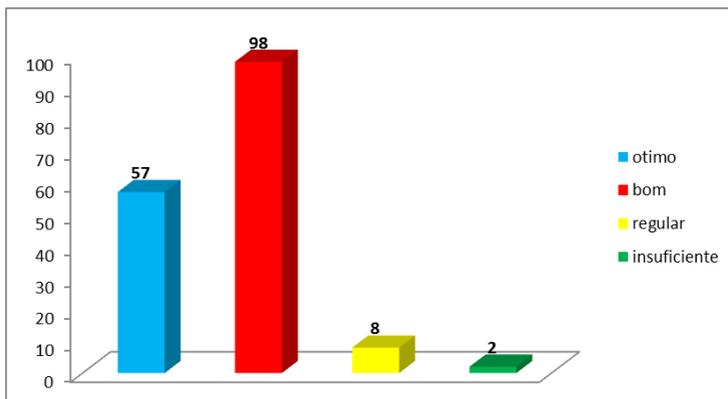


Gráfico 15: A clareza e objetividade do conteúdo ocorreram de forma:

Fonte: Dados da pesquisa

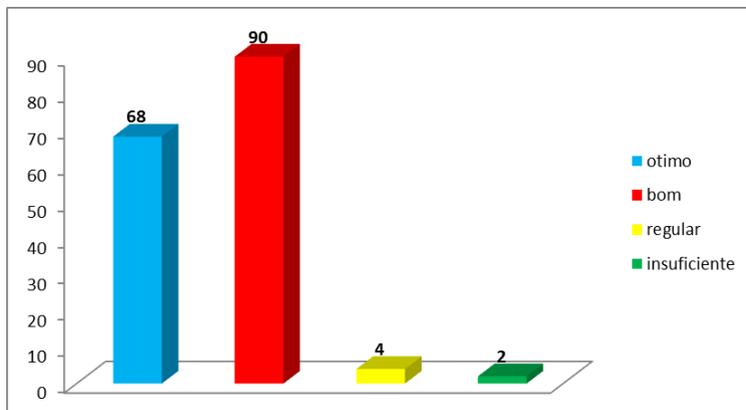


Gráfico 16: Desenvolvi o conteúdo da disciplina (componente curricular) de maneira:

Fonte: Dados da pesquisa

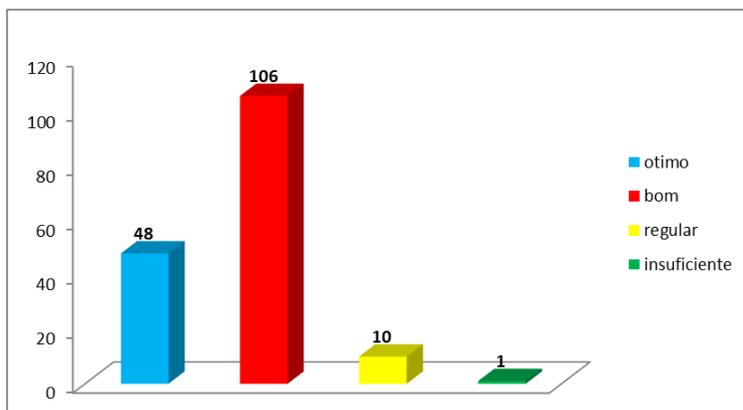


Gráfico 17: As Metodologias de ensino que utilizei favoreceram a aprendizagem de maneira:

Fonte: Dados da pesquisa

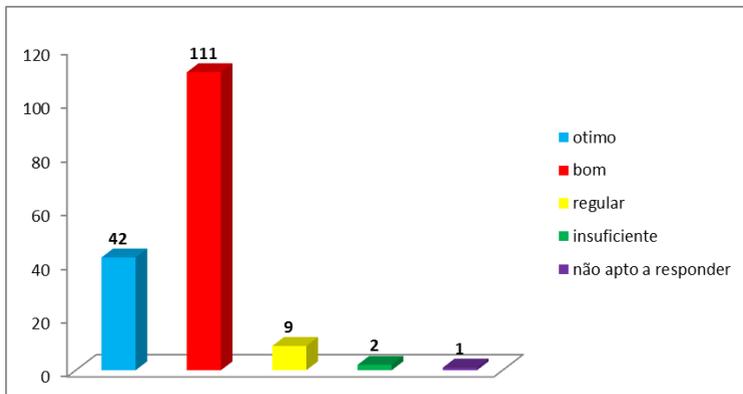


Gráfico 18: As metodologias de avaliação que utilizei foram:

Fonte: Dados da pesquisa

Quando se questiona sobre os objetivos da disciplina terem sido alcançados ou não, percebe-se nas respostas uma porcentagem significativa de índices regular e insuficiente, 13,41% das respostas (gráfico 18). Denota-se, numa análise rápida, que, apesar de o planejamento das aulas ter ocorrido de forma satisfatória, nem sempre os objetivos propostos são contemplados da mesma maneira.

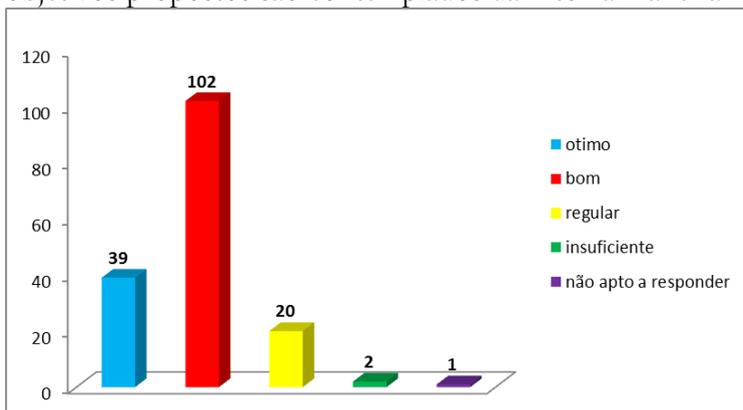


Gráfico 19: Os objetivos da disciplina foram alcançados de maneira:

Fonte: Dados da pesquisa

A última questão trata de um tema que tem sido abordado nos projetos pedagógicos dos cursos da UFT e também tem sido discutido em vários eventos promovidos pela academia: a interdisciplinaridade. Pelas respostas dos docentes, nota-se que a discussão está apenas no começo, pois se 24,24% dos entrevistados afirmam que a interdisciplinaridade está presente em suas disciplinas de forma regular ou insuficiente, então, ainda, tem-se um caminho a percorrer (gráfico 20).

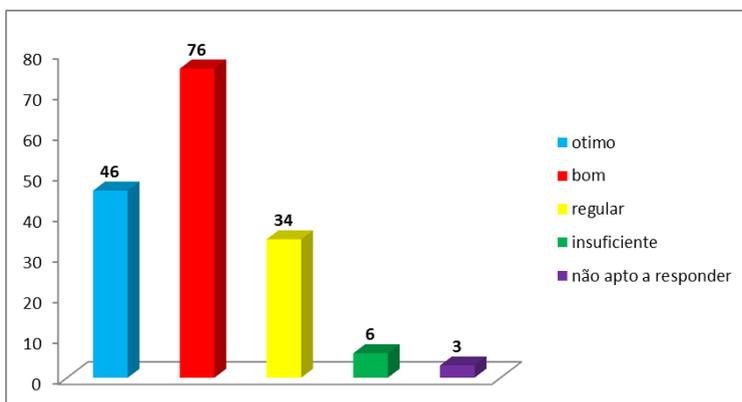


Gráfico 20: A interdisciplinaridade está presente na minha disciplina de maneira:

Fonte: Dados da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O que percebemos nesta análise dos resultados da autoavaliação aplicada aos docentes da UFT, no ano de 2009, é que a avaliação do trabalho docente exige uma discussão no âmbito da universidade, pois a avaliação não deve ser usada apenas para medir, comparar, inferir, mas deve ser propulsora de ações no sentido de promover a reflexão. Ainda, conforme Castanheira e Ceroni (2007, p. 734-5), “Avaliar não é um processo isolado. A avaliação deve ser a grande motivadora de questionamentos sobre

juízo de valores, tendo em vista a formação integral dos estudantes.”

Neste sentido, Nunes e Helfer (2008, p. 172) afirmam: “Dentro desta perspectiva, a avaliação institucional deve despertar os professores para a revisão de suas práticas e condutas, assim como nortear as políticas dos programas de formação continuada.” O instrumento aplicado pela CPA promoveu o início dessa revisão da prática que acabou sendo reforçada e aprimorada a partir da implantação da Avaliação de disciplina/professor, em agosto de 2010, instrumento destinado aos discentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CASTANHEIRA, Ana Maria; CERONI, Mary Rosane,
Diagnóstico do Desempenho na docência da graduação
da UNISC, Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.12,n.2,
p.719-737, dez.2007.
- NUNES, Ana Karin; HELFER, Carmem Lúcia de Lima,
Diagnóstico do Desempenho na docência da graduação
da UNISC, Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.14,n.1,
p.169-183, mar.2009.
- SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga, Da Avaliação
da aprendizagem à Avaliação Institucional: aprendizagens
necessárias, Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.14,n.2,
p.313-336, jul.2009.

CAPÍTULO 6

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: Reflexão sobre o olhar discente

Ellen Dayana Gobi Lira
Alcione Marques Fernandes

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta meu trabalho de conclusão de curso resultante de uma pesquisa em Avaliação Institucional sob a ótica de minha vivência no estágio não obrigatório, como secretária/estagiária da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A motivação para a realização dessa pesquisa surgiu a partir das indagações dos alunos sobre o que é avaliação institucional, qual é o papel da comissão de avaliação, o que ela pretende avaliar e o que é feito a partir dos resultados. Percebi que estes questionamentos eram os mesmos que eu tinha anteriormente ao meu estágio, dúvidas sobre as práticas escolhidas como avaliação por parte dos professores e o que de fato é avaliação institucional. Compreendi que nada disso faz parte do cotidiano dos alunos, muitos entram e saem da universidade sem ao menos ouvir falar que existe uma avaliação que mede o desempenho dos professores e da instituição apontando a qualidade de ensino.

O objetivo deste estudo foi definir avaliação institucional, através de sua contextualização, sua história e também sua influência sobre o processo educacional e avaliativo da universidade. Na pesquisa, foi elaborado um instrumento de coleta de dados semiestruturado, que foi aplicado no campus de Palmas, objetivando coletar opiniões dos discentes da UFT sobre a avaliação institucional.

REVISÃO DA LITERATURA

A palavra avaliação tem sua origem no latim, provindo da composição *avalere*, que quer dizer: “dar a valor à”, o conceito de avaliação é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou ação...”, que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao que se está avaliando.

A avaliação pode ser definida a partir de diferentes focos e entre estes destaca-se a definição “É um processo contínuo, sistemático, compreensivo, comparativo, cumulativo, informativo e global, que permite avaliar o conhecimento.” (MARQUES, 1976, apud SANT’ANNA, 2004, p. 29)

Segundo Garcia (1998), o termo avaliação é recente, assumindo o papel do conhecido “exame”. Há indícios de que o exame foi um instrumento criado pela burocracia chinesa e que na época servia como instrumento de segregação dos membros da casta inferior, é conhecido que o exame é uma prática que ressurgiu no século XIX, como atribuição de notas ao trabalho escolar, herança que produziu inúmeros problemas. O exame era um espaço público para apresentar as competências adquiridas; ele está indissolavelmente unido ao método e sua imputação consiste em ser a última parte de um processo educativo,

não permitindo que ele decida a promoção do aluno e nem sua nota.

Esta forma de avaliação, como aspecto classificatório, a define como um ato de comunicação com imparcialidade, no qual alguém assume o privilégio de dizer o quanto vale o trabalho do outro, sem que a este outro seja dada a oportunidade de se manifestar sobre o processo vivido.

De acordo com Sant'anna (2009), a avaliação é dividida em várias modalidades, *Diagnóstica* que se constitui por uma sondagem da projeção e retrospecto do desenvolvimento. No processo educacional, ela é uma etapa que tem como objetivo medir os conhecimentos anteriores que ocorreram, para se planejar e selecionar as dificuldades encontradas. Sua função é determinar a presença ou ausência de habilidades ou pré-requisitos e identificar as causas de repetidas dificuldades. A modalidade *Formativa* é realizada com o propósito de informar os interessados sobre o resultado de um processo. Ela é chamada de formativa no sentido de indicar como o que está sendo avaliado está se modificando conforme o objetivo, localizando as deficiências na organização do processo de modo que possibilite a reformulação. Por fim, a *Somativa ou Classificatória* tem como propósito classificar o avaliado no final da unidade.

Segundo Vasconcellos (2006), a avaliação é um dos atos fundamentais para ajudar o professor a refletir sobre seu trabalho, possibilitando-o perceber os avanços/dificuldades da aprendizagem de seus alunos, para, assim, buscar mudanças significativas para a continuidade de seu exercício. Ela é a atividade mais significativa no processo de ensino-aprendizagem, traçando o diagnóstico sobre o desenvolvimento do procedimento educacional.

A avaliação vem sendo criticamente questionada, reformulada, mas se sabe de fato que ela é uma atividade necessária e primordial para qualquer processo em que se

pretende observar os resultados. Apesar de sua complexibilidade, muitos discentes possuem um conceito simplificado do que é avaliação e esse mesmo conceito pode ser equivocado ou incompleto. O não esclarecimento sobre a atividade de avaliação no decorrer do processo de ensino, desde o ensino fundamental, reflete fortemente esse não entendimento completo da prática avaliativa. Alguns discentes sabem o que é a avaliação, mas não sabem claramente como se dá a prática e nem o que representa os resultados.

Para se compreender as influências da avaliação escolar no processo de avaliação institucional, é preciso entender como se dá o processo avaliativo escolar e é imprescindível observar os princípios essenciais da avaliação, elaborados pelo Conselho Nacional de Educação (PARECER CNE/CEB N.º 4/2008) o qual afirma que a avaliação deve ser processual, participativa, formativa, cumulativa e diagnóstica e, portanto, redimensionadora da ação pedagógica; não pode repetir a prática tradicional e limitada de avaliar apenas os resultados finais traduzidos em notas ou conceitos, não pode ser adotada como mera verificação de conhecimentos visando à atitude classificatória, é indispensável à elaboração de instrumentos e procedimentos de avaliação.

A avaliação na perspectiva construtivista é estabelecida como uma comparação do que foi alcançado com o que se pretende atingir. Sua proposta é que se observe o desenvolvimento do aluno no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, rompendo com os paradigmas da forma de ensinar da teoria de behaviorismo, acreditando que os alunos eram tábuas rasas, onde o conhecimento era depositado.

Jean Piaget foi um dos primeiros estudiosos a pesquisar cientificamente como o conhecimento era formado na mente. Inicialmente, as pesquisas começaram com a análise de bebês, BELLO (1995). Piaget observou

como um recém-nascido passava do estado de não reconhecimento de sua individualidade diante do mundo que o cerca indo até a idade de adolescentes, onde se tem o início de operações de raciocínio mais complexas. Do fruto de suas observações, posteriormente sistematizadas com uma metodologia de análise, denominada o *Método Clínico*, Piaget estabeleceu as bases de sua teoria, a qual chamou de *Epistemologia Genética*.

Piaget descreve também as relações entre o sujeito e o seu meio que consistem numa interação radical, de modo tal que a consciência não começa pelo conhecimento dos objetos nem da atividade do sujeito, mas por um estado diferenciado e é desse estado que derivam dois movimentos complementares, um de incorporação das coisas ao sujeito, o outro de acomodação às próprias coisas. Piaget define estes três conceitos fundamentais para sua teoria: *interação, assimilação e acomodação*.

No que se refere à avaliação nesta perspectiva de interação proposta por Piaget, pode-se verificar que ela oportuniza ao professor analisar também se os métodos, atividades, procedimentos utilizados na sua prática alcançam o objetivo proposto para a aprendizagem, sendo assim, o professor avalia a si, ao aluno e ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, o aluno se sentirá mais motivado para avançar em novos aprendizados, observando o alcance gradativo do seu desempenho.

O aluno, ao ingressar no ensino superior, tem como referência de avaliação os processos vividos em sua vida escolar, quase sempre marcado pela ideia de ranqueamento da avaliação. Não reconhece que a avaliação necessita de evidências que permitam monitorar e interferir precocemente nas condições que prejudicam ou potencializam a obtenção dos objetivos educacionais pretendidos.

Avaliação Institucional é o procedimento de avaliação inserido em faculdades/universidades públicas e

privadas com o objetivo de avaliá-las com vistas à melhoria da qualidade de ensino. Sua finalidade é perseguir um ensino cada vez melhor que traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade.

A Avaliação das Instituições de Educação Superior faz parte do processo avaliativo instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, composto por três processos diferenciados, em que além da Avaliação Institucional, existe a avaliação dos cursos de graduação e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). A Avaliação é um processo de autoconhecimento acerca das ações que são desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, apontando as potencialidades e fragilidades da universidade.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída como um órgão de representação acadêmica e social, coordena as atividades de avaliação no âmbito de autoavaliação e toda a comunidade acadêmica - alunos, professores e técnicos - devem participar ativamente deste processo.

A Portaria n.º 2.051, de 9 de Julho de 2004, regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES, que foi instituído pela Lei n.º 10.861, de 14 de Abril de 2004. A Comissão Própria de Avaliação prevista no Artigo 11º, da Lei 10.861, é constituída no âmbito de cada instituição de ensino superior e terá por responsabilidade coordenar os processos de avaliação interna e subsidiar e sistematizar informações ao INEP.

O SINAES tem como princípio fundamental a responsabilidade social com a qualidade da educação superior, o reconhecimento da diversidade do sistema, o respeito à identidade, à missão e à história das instituições, isto é, a compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de

qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.

A Avaliação Interna ou Autoavaliação tem como principais objetivos gerar informações, dispor dados e apontar o conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, bem como identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentando a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecendo as relações de cooperação entre os diversos atores da comunidade acadêmica, tornando mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade. Outro objetivo da avaliação interna é julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade. A autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo apreciações, análises e proposta e/ou sugestões. Nele, devem se identificar as fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei.

METODOLOGIA E RESULTADOS:

Para a coleta de informações, foi utilizado um instrumento de pesquisa semiestruturada com cinco questões e foram escolhidos, de modo aleatório, alunos de alguns cursos que o campus oferece, sendo eles: Pedagogia, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, totalizando cento e doze participantes.

A aplicação do instrumento ocorreu do seguinte modo: com o auxílio de uma aluna do curso de Engenharia de Alimentos, foi apresentada ao docente responsável pela turma a temática da pesquisa, reforçando a sua importância, e então foi apresentado o instrumento de coleta de dados. Posterior a isto, ele autorizava ou não a aplicação durante a

sua aula. Não houve resistência por parte de nenhum professor na aplicação da pesquisa. Todos os alunos abordados contribuíram para a coleta de informações e muitos deles fizeram observações no instrumento, quando sentiram necessidade de expor suas ideias e sua visão a respeito da instituição.

A primeira pergunta do instrumento de coleta de dados tem como objetivo verificar o grau de conhecimento dos alunos referente à CPA. A CPA tem por responsabilidade realizar e tornar pública a Avaliação Institucional. Com a pergunta: Você conhece a Comissão Própria de Avaliação - CPA? Se a resposta é sim, como a conheceu? Pretendeu esclarecer a dúvida, se a CPA está sendo realmente reconhecida pelos discentes.

O resultado da pesquisa apresentou que 93% dos alunos entrevistados declararam não conhecer, de forma alguma, a CPA e apenas 7% declaram conhecer. A pesquisa demonstra uma possível fragilidade no campus de Palmas em relação à CPA, porque os números expressam uma realidade preocupante no universo de alunos que foram entrevistados.

O desconhecimento do que é a CPA implica a não participação dos alunos no processo de avaliação, deixando o segmento dos discentes prejudicado no que se refere ao olhar deles sobre a Instituição. Compete então à Comissão Setorial de Avaliação (CSA) do campus de Palmas uma atividade emergencial para mudar esse panorama, sendo necessária a realização de seminários, *workshops* e palestras que apresentem aos discentes qual é a função e a importância das atividades das comissões no processo de avaliação, envolvendo-os na prática, fazendo-os repensar suas concepções sobre avaliação, sua participação no universo acadêmico na condição de discente.

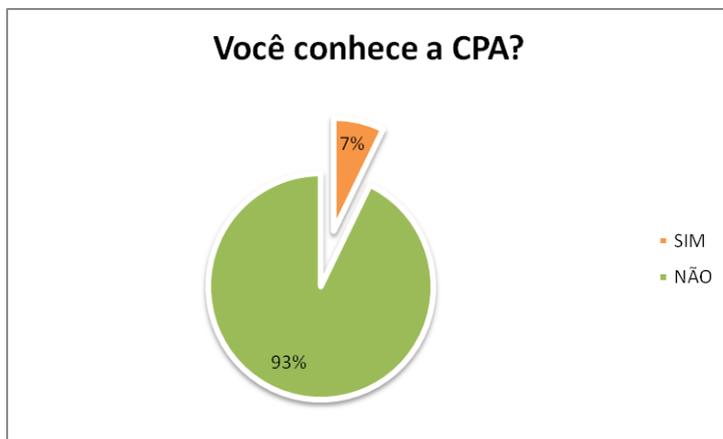


Gráfico 01: Você conhece a Comissão Própria de Avaliação?

Fonte: Dados de pesquisa

A segunda pergunta: Você já participou de alguma avaliação institucional e/ou de Disciplina/Professor? Apresenta como resultado uma quantidade significativa de alunos que já participou de uma Avaliação Institucional ou da Avaliação de Disciplina/Professor, sendo que 38% de alunos declaram já terem participado de alguma forma de avaliação e 62% declaram não terem participado.

É possível, por meio de uma rápida comparação com o resultado da pergunta anterior, inferir que praticamente os mesmos discentes que desconhecem a CPA tiveram oportunidade de participar de alguma atividade promovida pela CPA. A relação da CSA com os discentes precisa ser revista, para que estes possam participar da avaliação, conhecendo e compreendendo para qual finalidade serão utilizados os resultados.

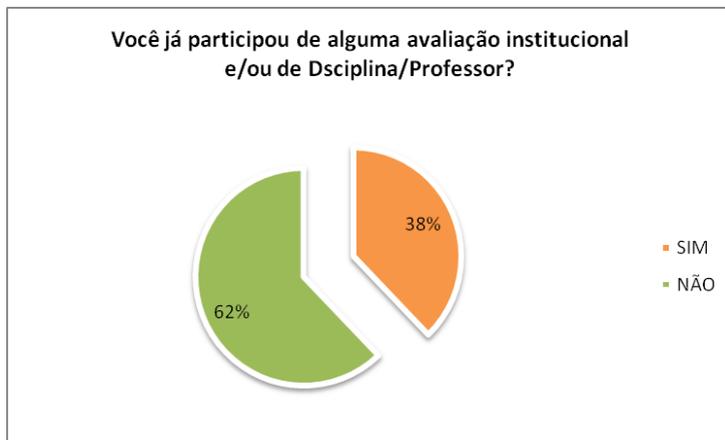


Gráfico 02: Você já participou de alguma avaliação institucional e/ou Disciplina/Professor?

Fonte: Dados da pesquisa

Outra questão que compõe o instrumento de coleta de dados é: Você acredita que o resultado de uma avaliação Institucional pode amparar o planejamento da Instituição? 86% dos entrevistados acreditam que sim, ou seja, que o resultado da avaliação possa subsidiar informações para a construção do planejamento estratégico da Universidade, enquanto 14% discordam dos demais.

Embora o resultado aponte um número positivo, percebe-se, pela expressão dos que se mantêm opostos à maioria, uma porcentagem significativa que aponta um descrédito com a avaliação. Esta porcentagem expressiva - 86% do universo entrevistado - mostra que, apesar de não ter conhecimento do trabalho da CPA e de suas competências, os entrevistados acreditam em algo positivo a respeito dos resultados da avaliação.

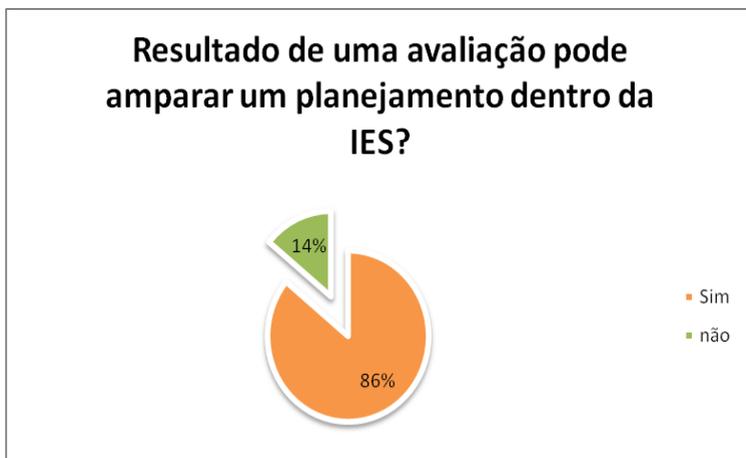


Gráfico 03: Resultado de uma avaliação pode amparar um planejamento dentro da IES?

Fonte: Dados da pesquisa

Quando se pergunta: O que você gostaria de avaliar na Universidade? A maior parte dos alunos, correspondendo a 33% dos entrevistados, tem interesse em avaliar a estrutura física da universidade. Muitos acreditam que realmente o campus vem se estruturando adequadamente, mas ainda existem falhas no que se refere à necessidade de laboratórios adequados para os cursos. Alguns cursos do campus de Palmas não possuem laboratório específico refletindo assim em uma severa crítica por parte dos discentes.

A expressão de 23% dos alunos entrevistados sinaliza que o interesse em avaliar na instituição é o processo de seleção dos programas institucionais. É sabido que a seleção de alunos para serem beneficiados pelos programas de bolsas institucionais é totalmente regulamentada, prevista nos editais, porém alguns discentes acreditam que exista alguma irregularidade no processo de

seleção e, por isto, sentem-se motivados a avaliar esses programas. Enquanto isso, 28% dos alunos gostariam de avaliar os professores, porém o que falta aos alunos é o conhecimento de que existe esta possibilidade através da avaliação disciplina/professor e das avaliações do estágio probatório. Ainda, 13% dos alunos entrevistados têm interesse de avaliar a gestão (Pró-reitorias).

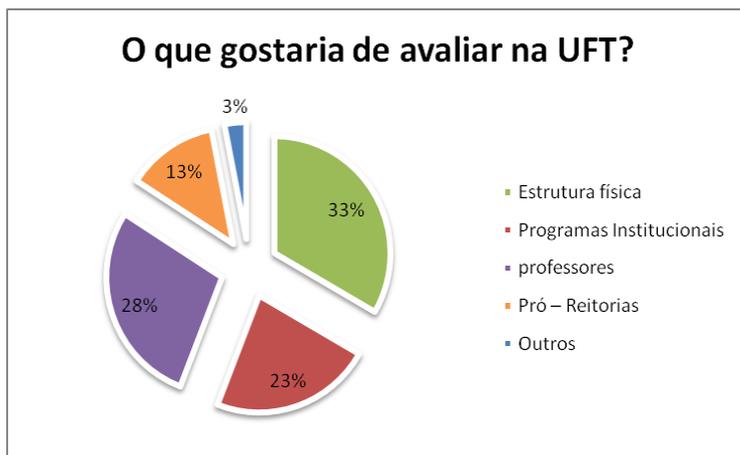


Gráfico 04: O que você gostaria de avaliar na UFT?

Fonte: Dados da pesquisa

Quando se investigou o grau de satisfação com o ensino oferecido pela UFT, 74% dos discentes entrevistados declaram que o ensino é bom, 10% consideram que o ensino oferecido é ruim, 10% disseram que a qualidade é insuficiente e 6% acreditam que a qualidade do ensino oferecido pela UFT é ótima.

Com essa expressão de resultados, é válido observar que os alunos entrevistados que avaliaram o ensino como ruim e insuficiente são os alunos dos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Civil e alguns alunos de Ciência da Computação, enquanto os alunos de Pedagogia avaliaram,

em sua maioria, que o ensino oferecido pela UFT é ótimo. Esse é o reflexo da discrepância entre cursos que necessitam de laboratórios específicos e outro que não necessita, ressaltando que o curso de Pedagogia recebeu conceito 5 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), demonstrando a qualidade de ensino oferecido pelo curso de Pedagogia.

Apesar de a pergunta ter sido fechada, alguns alunos entrevistados expuseram suas opiniões nas questões semiabertas, comentando que a falta de laboratórios para alguns cursos reflete muito no grau de satisfação do aluno com a qualidade de ensino. Mesmo com todas as construções no campus, os alunos acreditam que outras prioridades deveriam ser vistas de modo mais emergencial.

Outro aspecto levantado pelos próprios discentes é a qualificação e capacitação dos docentes do curso. Os discentes que avaliaram, como insatisfatórios e ruins seus cursos, possuem poucos professores com titulações expressivas, enquanto os cursos que demonstraram satisfação com o ensino possuem o colegiado com quase sua totalidade de doutores.

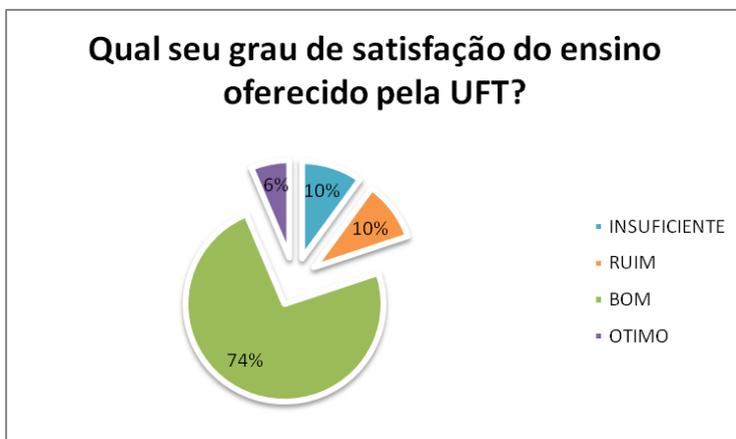


Gráfico 05: Qual o seu grau de satisfação com o ensino oferecido pela UFT?

Fonte: Dados da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o instrumento usado para coleta de dados neste trabalho atingiu apenas uma amostra do segmento discente, pois naquele momento não houve condições de se abranger um número maior de alunos, o objetivo da pesquisa foi contemplado, permitindo conhecer o olhar discente sobre a avaliação institucional, como também a insatisfação dos alunos com a instituição, no que se refere à infraestrutura física e sua relação com os demais segmentos da comunidade acadêmica. Porém, também é possível perceber que a insatisfação gerada se dá pela falta de comunicação entre a instituição e o discente, aspecto este considerado mais frágil dentro da instituição, apontado pelos avaliadores externos do MEC quando a universidade passou pelo processo de recredenciamento, em que foi atribuída a média dois, na dimensão quatro do SINAES, que trata da comunicação interna e com a sociedade.

Este estudo e a nossa vivência na Universidade demonstram que caminhamos a passos lentos no que se refere ao conhecimento do ato de avaliar e, para tanto, é necessária uma mudança de cultura e de comportamento.

A contribuição maior deste trabalho é a demonstração da necessidade de uma ampla divulgação sobre o que é Comissão Própria de Avaliação – CPA, quais as suas competências, qual o papel de cada segmento no processo de avaliação, utilizando-se de meios que possam facilitar a compreensão do discente em relação a este novo universo - que é avaliar.

Que possamos ajudar o discente a mudar o estigma deixado pela educação básica: que a avaliação era uma punição; que ele possa compreender que sua reflexão, participação, e contribuição endossam, de modo positivo, todo esse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, Itacy Salgado. As concepções de história como mediadoras da prática pedagógica do professor de história. In: DAVIES, Nicholas (org), Para além dos conteúdos do ensino de História. Niterói: Ed UFF, 2000

BELLO, José Luiz de Paiva, A Teoria Básica de Jean Piaget 1995
Disponível em: <
<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per09.htm>> Acesso em 20. jun.2011

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história?. 14. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer **CNE/CEB N°4**, Aprovado em 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Relatório de Avaliação da Comissão Externa do INEP para credenciamento da Universidade Federal do Tocantins. Brasília-DF 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: da concepção à regulamentação. 4.ed. Brasília (DF) .MEC/CONAES, 2007

BRASIL, Norma Brasileira ABNT NBR 14724 ***Informação e documentação — Trabalhos Acadêmicos***. Disponível em:

<http://www.ufpe.br/decon/sitedecon/visao/admin/monitoria/acervo/monografia/ABNT_NBR_14724_Trabalhos_Academicos.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2011

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BRASIL. Ministro de Estado da Educação. Portaria n.º 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. DOU nº 132, de 12.07.2004, Seção 1, página 12.

GARCIA, Regina Leite, Avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 4 ed. Curitiba: Jurua, 2010.

INEP

<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2002/02/08/552760/rograma-avaliacao-institucional-%28paiub%29.html> Acesso 22/07/2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS OLIVEIRA, Edson de Souza, BRASIL Heloisa dos Santos Manual de Normalização de Trabalhos acadêmicos Miracema 2009.

SANT` ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? : como avaliar? : critérios e instrumentos. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUZA, Saulo Aparecido, REINERT, José Nilson. Avaliação de um curso de ensino superior através da satisfação e insatisfação discente. Aprovado em 17 de setembro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) 2007-2011. Palmas TO 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Projeto Pedagógico-Institucional (PPI) da Universidade Federal do Tocantins. Palmas-TO 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação –CPA Universidade Federal do Tocantins. Palmas-TO, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Avaliação Institucional 2009-2010. Palmas-TO.2010

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança – por uma práxis transformadora. 8 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

CAPÍTULO 7

A AVALIAÇÃO COMO OBJETO DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFT

Ada Lúcia S.P. Barbosa Costa
Cleomar Locatelli

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a participação dos estudantes na Avaliação Institucional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Particularmente, busca verificar se o processo de avaliação institucional desenvolvido pela UFT, no ano de 2009, conseguiu alcançar o envolvimento e a participação da comunidade acadêmica, em especial dos alunos do curso de Pedagogia.

Avaliar é algo que praticamos com frequência, diariamente, podendo ser uma ação espontânea realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana. Como afirma Belloni (2007), a avaliação é um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vista ao futuro. Como ação espontânea, ou *avaliação informal*, como denomina a autora, é natural, instintiva e assistemática.

No entanto, este tipo de avaliação torna-se inadequada e insuficiente quando se trata de avaliar instituições ou programas e políticas públicas. Neste caso, a avaliação deve ser algo planejado, sistemático e contextualizado. A avaliação *formal* ou *sistemática* é, com afirma Belloni (2007), a mais apropriada para examinar objetivos, metas e estratégias de uma determinada instituição educativa. Sendo, portanto, parte de um único processo que inclui: elaboração, desenvolvimento e verificação de resultados.

Para além de um processo de aferição de resultados e redirecionamento das ações, a Avaliação Institucional deve ser tomada, antes de tudo, como um processo educativo. Sendo uma postura de vigilância e reflexão sobre ações e comportamentos humanos, quando aplicada a uma instituição de ensino, antes de ser um instrumento de controle, deve ser compreendida como um importante processo de aprendizagem. Se assim for, o processo de avaliação não deve ser um elemento apartado do conjunto de ações educativas que se realizam numa escola ou numa Universidade. Como processo de aprendizagem, a avaliação sistematizada, será uma ferramenta adequada para se aprender com acertos e erros da prática. Vai ajudar na compreensão dos limites e possibilidades das instituições e das ações humanas, bem como deve auxiliar na reflexão sobre aspectos éticos, compromissos sociais e interesses dos sujeitos envolvidos.

Assim, consideramos que o levantamento de dados sobre os estudantes de Pedagogia (na Avaliação Institucional da UFT), procurando averiguar a participação estudantil e a qualidade desta participação na avaliação formal da Instituição, deve apresentar elementos que podem ser utilizados para que se desenvolva uma análise do próprio curso de Pedagogia.

A seguir, resgatamos alguns aspectos históricos do processo de avaliação do ensino superior no Brasil e na

UFT e levantamos informações sobre as diretrizes do curso de Pedagogia, especialmente no que se refere às indicações que remetem à avaliação. Esses dois aspectos introduzem nossas reflexões que terão como base os dados referentes aos estudantes de Pedagogia dos quatro cursos existentes hoje na UFT, que participaram da Avaliação Institucional em 2009.

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Para compreendermos os acontecimentos históricos referentes à regulamentação e implementação da avaliação no Sistema Educacional Superior, devemos verificar seu percurso legal que teve início na década de 50. Este processo vai passar pela Constituição de 1988, pelas sucessivas medidas provisórias, pela Lei de Diretrizes e bases (LDB 9394/96), pelo Plano Nacional de Educação (PNE/2011) e por vários decretos, consolidando um grande progresso no reconhecimento legal da Avaliação, associada a uma ideia de melhoria de qualidade do ensino.

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES, 2007), na década de 80, as produções acadêmicas relacionadas à Avaliação Institucional e à Avaliação da Educação Superior tinham pouco destaque. Porém, na década de 90, houve um crescimento acelerado de publicações nesta área. As publicações efetuadas pela Revista Avaliação, apesar de terem surgido em 1996, concentraram o maior número de produção sobre Avaliação Institucional e Avaliação da Educação Superior no período entre 1968 e 2000. (SINAES, 2007).

A partir da Lei n.º 9.131/1995 e da LDB (9.394/96) foram implementados progressivamente novos mecanismos de avaliação, tais como: o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado por concluintes de cursos de

graduação; o Questionário sobre condições socioeconômicas do aluno, suas opiniões sobre as condições de ensino do curso frequentado; a Análise das Condições de Ensino (ACE); a Avaliação das Condições de Oferta (ACO); e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários. Para dar sustentabilidade a estes programas, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou um amplo aparato normativo e, para operá-lo, recorreu a comissões constituídas de especialistas das diversas áreas da comunidade acadêmica.

Com base nestes e noutros acontecimentos é reconhecível que a avaliação passou a ser concebida como algo fundamental para o sistema nacional de Ensino. Embora, em grande medida, ela tenha sido colocada como instrumento de controle, os diversos instrumentos, que fazem parte do seu aparato legal, buscam apresentá-la como essencialmente educativa. É notório que estas iniciativas não expressem somente o estado em que se encontra a avaliação em cada momento, mas também concepções e perspectivas distintas do ensino superior e de seu papel na sociedade.

É fato que, além dos objetivos e contextos diferenciados, cada uma das Instituições que implementam os seus processos de avaliação, recorrem a instrumentos considerados adequados aos seus propósitos e interpretam os resultados obtidos como forma de ampliar o conhecimento das instituições, de sedimentar compromissos, de elevar os patamares de qualidade, como também para ganhar visibilidade midiática e suscitar a competição interinstitucional, além de constituir critério para apoio financeiro ou de outra natureza.

AValiação INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

O processo de Avaliação Institucional da UFT teve

início em 2003, com a nomeação da primeira Comissão Central de Avaliação (CCA). As primeiras tarefas passaram por discutir acerca da implantação, identidade, autonomia e elaboração do plano de ação. Precisava constituir a comissão de acordo com o SINAES, buscando uma representação que contemplasse a participação de todos os segmentos.

É importante ressaltar que a UFT é composta por sete *campi*, localizados nos municípios de Arrais, Araguaína, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Outro grande desafio era formar uma estrutura que desenvolvesse a avaliação em cada Campus, estando, ao mesmo tempo, presentes na comissão que representa o conjunto da Instituição.

Em 4 de junho de 2008, foi aprovado, pelo Conselho Universitário (CONSUNI), o primeiro Regimento da Comissão interna de avaliação da UFT, que passou a ser denominada de Comissão Própria de Avaliação (CPA). Sua composição foi definida com os seguintes membros: um representante docente de cada um dos 7 *campi*, dois representantes discentes, dois representantes técnico-administrativos, dois representantes da sociedade civil (um ex-aluno), dois representantes da Administração Central.

O regimento estabelece que a CPA se constitua em um órgão de representação acadêmica e social permanente de coordenação do processo de Avaliação Institucional. Sua finalidade é implementar o processo de autoavaliação (avaliação interna), coordená-lo de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo SINAES e em consonância com as diretrizes internas da Universidade.

O regimento determina, ainda, a criação de uma Comissão Setorial de Avaliação (CSA) em cada Campus, composta por representante docente, representante discente e representante técnico-administrativo, sendo que o representante docente, eleito presidente da comissão

entre os membros da CSA, é automaticamente membro da CPA. Em síntese, a CSA tem como objetivo auxiliar a CPA no desenvolvimento de suas atividades dentro do Campus.

O desafio em construir, no âmbito da UFT, um processo positivo em relação à avaliação institucional é algo bastante singular. Há uma grande dificuldade de manter a comissão em funcionamento, pois devido a outras atribuições por parte dos docentes e técnicos, falta interesse em participar dessa comissão, isso tem levado a um alto processo de rotatividade, inviabilizando a constituição de um grupo com experiência em processos de avaliação.

O CURSO DE PEDAGOGICA E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

De acordo com as Diretrizes norteadoras do curso de Pedagogia, o egresso do curso de Pedagogia deverá relacionar-se aos conhecimentos pedagógicos gerais, aos conhecimentos pedagógicos didáticos e aos conhecimentos de áreas específicas propostas no curso. Neste sentido, a formação em Pedagogia deve propiciar, ao longo do processo educativo, por meio de investigações, reflexões, críticas e experiências no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a articulação de contribuições de diversos campos do saber como a filosofia, a história, a antropologia, as ciências naturais, a psicologia, a sociologia, as letras e as artes, também dos campos da política e da economia.

Parece claro que esta concepção de aprendizagem e de conhecimento gera uma proposta avaliativa muito distinta, o que requer um profissional capaz de pensar, de transitar nas ideias, de interpretar as informações disponíveis, de construir alternativas, de dominar processos e de desenvolver uma visão crítica.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia do *Campus* de Tocantinópolis:

É preciso que um dos objetivos principais seja (?) a formação de profissionais capazes de exercer a docência nos níveis propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a formação de professores capazes de atuar no planejamento, na gestão e na avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares e de programas não escolares. (2007, p. 23).

O mesmo documento referindo-se à formação do pedagogo estabelece que “Esse profissional deverá se aprofundar nas questões de planejamento e avaliação dos sistemas escolares em consultorias de avaliação nas escolas, em direcionamento em perfis escolares, assim como, nas funções de gestão e planejamento da realidade escolar.”(2007,p.24)

Consideramos que essas questões têm profundas repercussões sobre a avaliação e só seremos capazes de compreender os desafios que enfrentamos no cotidiano da prática pedagógica universitária se formos capazes de ampliar nossa reflexão, abrangendo os fundamentos de nossa ação. Desse ponto de vista, o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso.

A partir desta compreensão, o futuro pedagogo não pode conduzir seus estudos a uma concepção restrita de docência em que a formação profissional focalize apenas as questões referentes aos processos de construção do conhecimento, é necessário que este considere o estudo de outras dimensões que definem a organização do trabalho escolar, especialmente a gestão educacional e, do mesmo modo, aprofundando seus estudos num contexto mais amplo em que esses processos se desenvolvem.

Para Libâneo (2005), são esses processos que constituem o objeto de estudo da Pedagogia, demarcando-lhe um campo próprio de investigação. Ela estuda as

práticas educativas, tendo em vista explicitar finalidades, objetivos sociopolíticos e formas de intervenção pedagógica para a educação. Segundo o autor, a Pedagogia serve para investigar a natureza, as finalidades e os processos necessários às práticas educativas com o objetivo de propor a realização desses processos nos vários contextos em que essas práticas ocorrem.

Essa visão da pedagogia, segundo Libâneo (2005), fundamenta-se em um conceito ampliado de educação em que as práticas educativas não se restringem à escola ou à família. Elas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de modo institucionalizado ou não, sob variadas modalidades. As práticas educativas que acontecem na escola se diferenciam das outras por seu elevado grau de intencionalidade, por sua sistematização e institucionalização.

Nesta perspectiva, torna-se imprescindível que o discente se pergunte o que significa participar de um processo de construção individual e social e que responsabilidade esta representa. Segundo Goergen (2000), todo processo de construção e difusão de conhecimento deve ser entendido como parte da práxis humana. Portanto, o aluno precisa aprender que fazer parte de tal processo significa abrir caminho para o novo, implica participação e crescimento individual e social com responsabilidade.

Na mesma linha, Santos (1997:1998) afirma que é cada vez mais importante aos estudantes uma formação cultural sólida e ampla, uma visão global do mundo e de suas transformações, de modo a desenvolver o espírito crítico, a criatividade, a disponibilidade para a inovação. Isso tudo, no entanto, só será alcançado com uma importante capacidade avaliativa.

OS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA E A AUTOAVALIAÇÃO NA UFT

No ano de 2009, a Comissão de Avaliação Interna da

UFT elaborou uma proposta de autoavaliação com base nas dez dimensões dos SINAES. O objetivo era desenvolver um processo permanente de Avaliação Institucional, a fim de diagnosticar o perfil da Universidade e elaborar um relatório que subsidiasse os gestores em suas ações. Tal proposta de avaliação foi realizada tendo como base alguns dados recolhidos com a aplicação de um questionário. A aplicação deste instrumento de coleta de dados ocorreu entre os dias 16 de novembro e 21 de dezembro de 2009 e teve a participação de 14% da comunidade acadêmica.

Verificando a participação de cada segmento (alunos, professores e técnicos), constatamos que o percentual mais baixo de participação foi junto aos estudantes. Estes compareceram à convocação institucional para avaliação em 13%, enquanto a participação dos professores chegou a 25% e a dos técnicos a 32%, conforme podemos observar no gráfico 1.

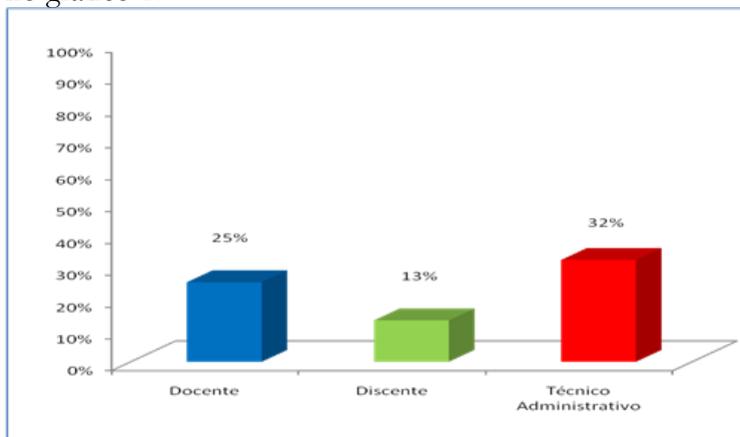


Gráfico – 1 Percentual de docentes, professores e técnicos-administrativos que participaram da avaliação institucional 2009.

Fonte: Relatório institucional, UFT, 2009

Embora possamos considerar baixa também a participação dos docentes e servidores técnico-

administrativos, já se esperava por parte destes um percentual maior em relação aos estudantes. Pois se, teoricamente, os estudantes tivessem um interesse maior na avaliação, por conta de sua condição de “usuário dos serviços prestados pela instituição”, os outros dois segmentos têm maior facilidade de opinar por terem uma relação mais duradora na Universidade.

Ao todo, 1.229 (Um mil duzentos e vinte nove) alunos participaram do referido processo avaliativo respondendo ao questionário elaborado pela CPA. Deste total, 154 (cento e cinquenta e quatro) eram estudantes do curso de pedagogia.

Sobre os estudantes de pedagogia, a avaliação também revela que são 29% do sexo masculino e 70% do sexo feminino, que 62% nasceram no estado do Tocantins; 9% no estado do Maranhão; 9% no estado de Goiás; 3,89% no estado do Pará e 3,24% no estado de São Paulo. Os discentes de Pedagogia que responderam ao questionário apresentam as seguintes faixas etárias: 14,28% com idade até 20 anos; 42,20% de 21 a 25 anos; 22,07% de 26 a 30 anos; 16,23% de 30 a 40 anos; e 4,54% com mais de 40 anos. 57% dos discentes disseram ser solteiros; 32% casados; 2,59% separados e 6,49% responderam outros.

Com estes dados, podemos dizer que a maioria dos discentes do curso de Pedagogia são jovens com idade entre 21 e 25 anos, que a maioria é natural do estado do Tocantins, solteira e do sexo feminino.

Sobre a renda dos estudantes do curso de Pedagogia, podemos verificar o que está demonstrado no gráfico de número 2.

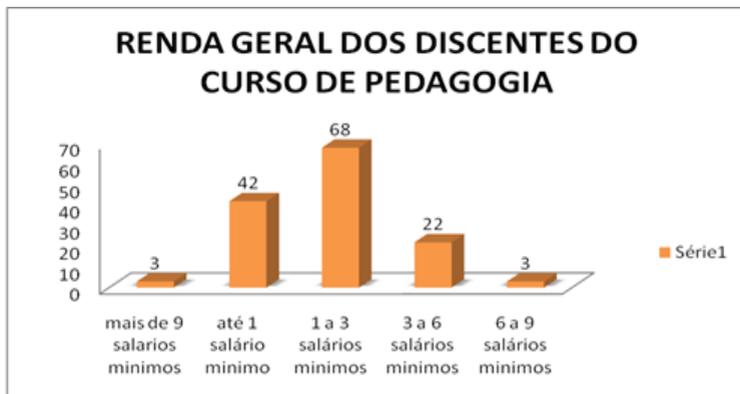


Gráfico 2 – Renda familiar dos estudantes do curso de pedagogia.
Fonte: Questionário de autoavaliação CPA, 2009

Como se pode perceber, entre os estudantes de Pedagogia que responderam à pesquisa 49% responderam que o salário da família varia entre 1 a 3 salários mínimos; 30% disseram que o salário da família fica em até um 1 salário mínimo; 16% de 3 a 6 salários mínimos; 2% dos discentes responderam ter entre 6 e 9 salários mínimos e 2% mais de 9 salários mínimos. Neste sentido, é correto afirmar que a maioria dos discentes tem uma renda familiar abaixo de três salários mínimos. Considerando aqueles que declararam até um salário mínimo e de um a três, o percentual chega a quase 80%.

Sobre a participação dos estudantes de pedagogia na avaliação institucional, primeiramente buscamos verificar o quantitativo de participação destes estudantes em cada *campus* comparado ao total da participação, como podemos observar no gráfico 3.

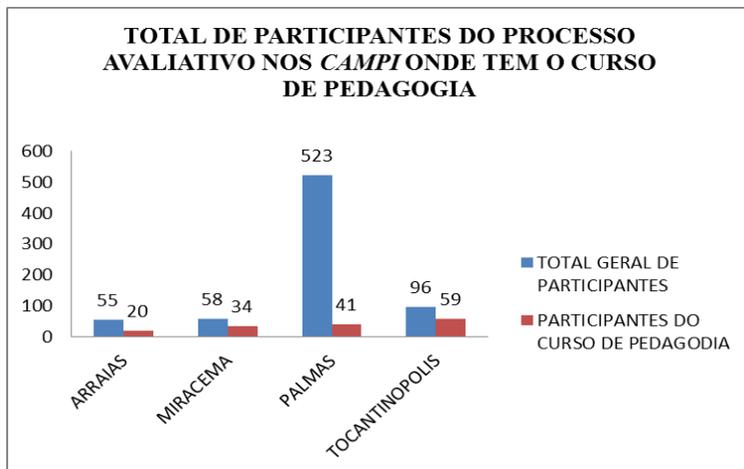


Gráfico 3: Total de alunos participantes e total de alunos do curso de pedagogia nos quatro campi onde há curso de pedagogia.

Fonte: Questionário de autoavaliação aplicado pela CPA, 2009

Considerando os números acima, vamos perceber que o percentual de participação dos alunos do curso de Pedagogia é de 36% de participantes do curso de Pedagogia do campus de Arraias, 59% do campus de Miracema, 8% do campus de Palmas, e 61% do campus de Tocantinópolis. Em média, houve uma participação de 38,5 alunos por curso.

Levando-se em conta que nos *campi* de Miracema, Tocantinópolis e Arraias existem apenas dois cursos, percebemos que em dois *campi* a participação dos estudantes de pedagogia supera os demais. No caso do Campus de Palmas, com um total de 14 cursos de graduação, a participação dos estudantes de pedagogia, sendo 8% dos participantes, fica pouco acima da média.

Para uma melhor verificação do interesse dos estudantes de Pedagogia em contribuir com a avaliação, faremos a seguir uma comparação com os cursos de Letras, Geografia e História dos *campi* de Araguaína e Porto Nacional. Estes cursos são também de licenciatura e

possuem tempo de implantação e número de alunos com certa semelhança aos cursos de pedagogia. Além disso, são oferecidos em mais de um *campus*.

No Gráfico 4, apresentamos um quantitativo dos participantes destes três cursos em comparação com o total dos participantes de cada *campus*.

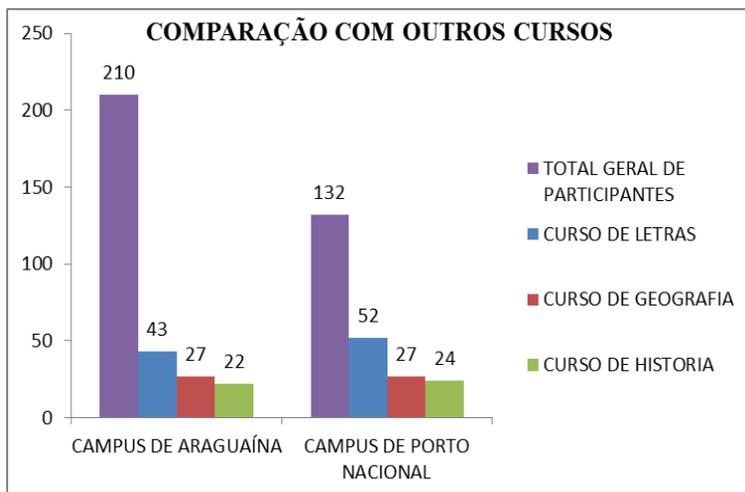


Gráfico 4: Número total de estudantes participantes na pesquisa, nos campi de Araguaína e Porto Nacional em comparação com os estudantes dos cursos de Letras, Geografia e História.

Fonte: Instrumento de coleta de dados aplicado pela CPA, 2009.

De modo geral, verificamos que houve uma participação semelhante dos cursos nos dois *campi* analisados. O curso de letras teve maior participação entre os três cursos em análise, tanto no *Campus* de Araguaína quanto no de Porto Nacional, da mesma forma a participação dos estudantes de história foi o menor também nos dois *campi*.

Fazendo um levantamento da média de participação dos estudantes na avaliação desses três cursos, podemos constatar o seguinte: curso de Letras (melhor participação) com uma média de 47,5 alunos participando da avaliação,

curso de Geografia com média de 27 alunos, e curso de História com média de 22 alunos.

Considerando que a média de participação dos estudantes de pedagogia na avaliação foi de 38,5 alunos, tendo como base os dados até aqui analisados, podemos presumir que não há um diferencial significativo na média de participação dos estudantes de Pedagogia, nem para mais nem para menos.

Passemos a verificar alguns dados sobre o posicionamento dos estudantes do curso de pedagogia em relação à Universidade. Neste quesito, faremos uma comparação entre as respostas dadas pelo conjunto de alunos que participaram da pesquisa e os estudantes do curso de Pedagogia. Em especial, verificaremos três questões respondidas pelos estudantes: Você já participou de debates/discussões sobre o PPC do seu curso? Você conhece o estatuto da UFT? Você conhece o regimento da UFT?

O Quadro 1 apresenta o quantitativo das respostas dos estudantes sobre cada uma das três perguntas.

Quadro 1. A manifestação dos estudantes sobre o curso, sobre o estatuto e sobre o regimento da UFT

QUESTÃO	VARIÁVEL	SIM	%	NÃO	%	NAR	%	TOTAL
Você já participou de debates/discussões sobre o PPC do seu curso?	Todos os estudantes	212	17,54	781	64,65	215	17,78	1208
	Estudantes do Curso de pedagogia	25	16,55	102	67,54	24	15,89	151
Você conhece o Estatuto da UFT?	Todos os estudantes	400	33,00	654	53,96	158	13,03	1212
	Estudantes do Curso de Pedagogia	52	34,21	76	50,00	24	15,78	152
Você conhece o regimento da UFT?	Todos os alunos	460	37,98	610	50,37	141	11,64	1211

	Estudantes do Curso de pedagogia	63	41,72	69	45,69	19	12,58	151
--	----------------------------------	----	-------	----	-------	----	-------	-----

Fonte: Instrumento de coleta de dados aplicado pela CPA, 2009.

Sobre a participação nas discussões dos Projetos Políticos Curriculares (PPC) dos cursos, verificamos que a grande maioria dos estudantes relata não ter participação em tais debates/discussões. Apenas 17,54% informam ter participado de alguma discussão sobre o documento principal dos seus próprios cursos de graduação. Considerando o conjunto dos alunos que responderam não ter participado das discussões sobre o PPC e aqueles que se declararam não aptos a responder, verificamos que são mais de 82%. Sobre esta mesma temática, observamos que os estudantes do curso de Pedagogia não apresentam grande diferencial.

Como se pode verificar no Quadro 1, o percentual de estudantes de pedagogia que afirmam não ter participado de debates ou discussões sobre o PPC chega ser um pouco menor que o geral. Enquanto que, no conjunto, 17,54% respondem ter participado das discussões sobre o PPC, no curso de pedagogia este número cai para 16,55%.

Cabe lembrar que este documento (o PPC do curso) tem o objetivo de favorecer o envolvimento gradativo do aluno em temáticas específicas do campo educacional, com vistas a contribuir para a articulação entre diferentes campos teóricos como fundamento para a compreensão das práticas que consubstanciam o universo dos diferentes espaços educacionais em estudo, os PPC's versarão sobre temas tratados pela disciplina ou pelo conjunto de disciplinas do semestre. (UNESP, 2006; p.11)

Sobre a segunda pergunta, os dados acima mostram que 50% dos discentes de pedagogia responderam que não conhecem o estatuto da UFT, 16% declararam-se não aptos

a responder e 34,66% disseram ter conhecimento do estatuto. Este número é também muito próximo do que responderam o conjunto dos estudantes da UFT, como se pode observar na tabela 1.

Em relação à terceira questão, referente ao conhecimento dos estudantes sobre o regimento da UFT, constata-se uma ligeira ampliação dos percentuais que indicam um maior conhecimento do assunto pelos estudantes. Em relação ao conjunto dos estudantes, são 37,89% aqueles que declararam conhecer o regimento da Universidade. No entanto, percebemos que, mesmo nesta questão, a grande maioria dos estudantes não conhece o regimento de sua universidade ou se declaram não aptos a responder.

Ainda sobre o conhecimento do regimento da UFT, percebemos um diferencial positivo na participação dos estudantes de pedagogia, pois 41,72 % responderam conhecer o regimento da UFT, enquanto que nas demais questões a participação foi inferior.

É evidente, portanto, que a participação não só dos discentes como também dos demais segmentos no instrumento de avaliação ainda é extremamente baixa. Mesmo considerando que os processos de avaliação institucional já fazem parte da história da educação superior, é importante reconhecer que esta prática é recente, principalmente no Brasil.

No caso da UFT, mesmo com a sua curta existência (menos de uma década), percebe-se que a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) vem trabalhando com o intuito de fazer com que toda a comunidade acadêmica participe da avaliação. Tarefa que, como percebemos, ainda não logrou o êxito necessário.

Quanto à participação dos estudantes de pedagogia no processo de avaliação, podemos dizer que ainda é pouco significativa tanto em quantidade como em qualidade. Ao analisarmos os dados, ficou evidente que há necessidade de

um maior envolvimento por parte dos estudantes no processo de avaliação. Consideramos que uma avaliação dos serviços prestados pela Universidade, para ser considerada válida, para representar os sentimentos da coletividade, deverá ser feita com a participação máxima dos estudantes, pois são esses, em última análise, os principais destinatários de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora possamos considerar baixa a participação dos discentes da UFT no processo de Avaliação Institucional, de forma alguma devemos negar a importância dos dados por ela levantada. Os indicativos sobre as políticas e ações da universidade, sobre a infraestrutura, sobre a compreensão dos sujeitos e sobre a instituição desenham um retrato da Universidade que merece atenção e análise por parte dos gestores e por toda a comunidade acadêmica.

Devemos lembrar que, em 2009, ao todo 1.229 (Um mil duzentos e vinte nove) alunos participaram do referido processo avaliativo respondendo ao questionário elaborado pela CPA. Destes, 154 (cento e cinquenta e quatro) eram estudantes do Curso de Pedagogia. Entendemos que se para o conjunto do segmento dos estudantes esta participação deve ser ampliada, o mesmo deve ser observado para o Curso de Pedagogia, pois a consolidação do processo avaliativo, não só como instrumento de gestão, mas, sobretudo como processo educativo, vai depender de ações que se estruturam de forma intencional na realização da avaliação Institucional.

Nosso objetivo em discutir a participação dos estudantes de Pedagogia na avaliação institucional da UFT, considerando seus aspectos quantitativos e qualitativos, vai além de fazer um recorte de um determinado curso para destacar suas manifestações na avaliação. Antes, buscamos

desenvolver uma análise que permita destacar a relação do Curso de Pedagogia com a avaliação, lembrando que a Avaliação Institucional pode se constituir em um espaço pedagógico privilegiado de aprendizado, principalmente para as áreas de conhecimento que têm as instituições de ensino como objeto de estudo.

É perceptível, também, que o Curso de Pedagogia tem muito a contribuir com o processo de avaliação. Como destacamos anteriormente, esse tem como objetivo a formação de profissionais com capacidade para avaliar tanto os processos de aprendizagem quanto as instituições de ensino. No entanto, a presente pesquisa ainda não consegue perceber algum envolvimento diferenciado do Curso no processo de avaliação desenvolvido pela UFT no ano de 2009.

Compreendemos que a avaliação institucional é um tema de interesse de todas as áreas do conhecimento e, sem distinção, deve ser assumida e realizada por todos, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino. Para o Curso de Pedagogia, no entanto, fica a observação de que o envolvimento na Avaliação Institucional pode ser um importante recurso pedagógico que permite relacionar teoria e prática na formação do futuro Pedagogo.

Diante dos dados levantados, foi possível verificar que caminhamos a passos lentos em relação ao conhecimento do ato de avaliar; que a (necessária) constituição de uma cultura de avaliação caminha junto com a compreensão dos sujeitos sobre a sua responsabilidade com a instituição; e que esta cultura de avaliação tem relação com o conhecimento das possibilidades da avaliação e com a repercussão de suas conclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA- Para uma Universidade Cidadã/ Jose Dias Sobrinho E Dilvo Ilvo Ristoff- organizadores. Florianópolis: insular, 2002.
- BARBOSA, A. L. (org.) Relatório de avaliação institucional - UFT 2009-2010.
- BELLONI ISAURA (org.). Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: Uma experiência em educação profissional- 4ª ed.-São Paulo, Cortez, 2007.
- DA CUNHA Mª ISABEL Revista Avaliação/ Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES. 4 dez.(1999). Avaliação da Aprendizagem no Ensino Superior.
- PASSOS, V. M. de A. e PINHO, M. J. de. (org.) Avaliação Institucional Interna da UFT- 2006. Relatório Final. Palmas, UFT, 2007.
- PEDAGOGIA E PEDAGOGOS, PARA QUÊ? /José Carlos Libâneo São Paulo: Cortez, 2005. 200p. (8. ed.) Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Curso De Graduação Em Pedagogia, Licenciatura.
- SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 4. Ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 224 p.
- SINAES- Sistema Nacional De Avaliação da Educação Superior. *Bases Para Uma Nova Proposta De Avaliação Da Educação Superior*. INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. Avaliação Institucional. http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional / . Acesso em 25 de Março de 2011.

SINAES-Sistema Nacional de Avaliação Da Educação Superior - Orientações Gerais Para O Roteiro da Auto Avaliação das Instituições. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep, 2004).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Avaliação Institucional Interna da UFT: 2007 a 2008, Palmas: UFT, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, PPP – Projeto Político Pedagógico de Pedagogia.

Parte III

A MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

CAPÍTULO 8

UMA AVALIAÇÃO EXPERIENCIAL: o caso da modernização da Biblioteca Professor José Torquato Carolino da Universidade Federal do Tocantins*

*Heloisa dos Santos Brasil
Lea Carvalho Rodrigues*

INTRODUÇÃO

As bibliotecas variam de acordo com as características da sociedade ou da instituição a que são vinculadas, por isto, os seus acervos e serviços são desenvolvidos com base nos interesses do seu público. Sendo assim, existem várias tipologias para denominá-las, entre elas: bibliotecas escolares, especializadas, comunitárias, hospitalares, universitárias, etc.

*Os dados e as reflexões presentes neste artigo são fruto da dissertação de mestrado da autora deste texto. Dissertação intitulada como Avaliação do Processo de Modernização da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas. Apresentada, em maio de 2011, ao Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

A biblioteca do tipo universitária é assim caracterizada por ser vinculada a uma instituição de Educação Superior - IES. Segundo Cunha (2010, p. 6), a função desse tipo de biblioteca é “proporcionar acesso ao conhecimento”. Desse modo, a biblioteca universitária dará suporte à universidade por meio da disseminação da informação que pode servir de apoio à docência, às pesquisas, aos projetos de extensão e, também, contribuirá com os interesses/ações da administração da IES.

A biblioteca universitária também tem a possibilidade de ser depositária e dinamizadora de toda a construção técnica, científica e cultural da comunidade acadêmica, por meio do tratamento e da disponibilização das monografias, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, anais de eventos e produções literárias dos diversos membros dessa comunidade.

De acordo com a análise da literatura, desde a segunda metade do século XX, as bibliotecas universitárias federais brasileiras se encontram em processo intenso de informatização e automação. Foi nesse contexto que se avaliou o processo de modernização da Biblioteca Professor José Torquato Carolino, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), vinculada ao *Campus* Universitário de Palmas dessa IFES – Instituição Federal de Educação Superior.

Conforme informação presente no Catálogo de Cursos da UFT (UFT, 2010), esta instituição desenvolve, desde o ano de 2006, esforços para modernizar seu Sistema de Bibliotecas Universitárias – SISBIB. Este é composto por oito bibliotecas, sendo duas no *Campus* de Araguaína e uma em cada um dos demais *Campi* da UFT. O objetivo desta pesquisa é avaliar os resultados preliminares do processo de modernização da Biblioteca do *Campus* de Palmas.

Segundo os autores Meneghel e Lamar (2001), a partir da década de 1990, o Estado brasileiro promove a

modernização da administração pública, na tentativa de aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços públicos. Segundo os autores, a partir desses pressupostos, o objetivo da modernização da educação superior seria a eficiência e não a qualidade dos serviços, então, ela estaria pautada na economia de recursos materiais e humanos, e não no atendimento às necessidades dos atores sociais.

Como a biblioteca da UFT do *Campus* de Palmas é um setor da administração pública federal, avaliou-se o seu processo de modernização partindo da seguinte questão central: Esse processo está articulado às necessidades da comunidade acadêmica da UFT do *Campus* de Palmas?

Uma vez que a referida biblioteca é parte de uma instituição pública, seus projetos e serviços são considerados como de cunho público e social, por isso, esta pesquisa se caracteriza como uma avaliação de políticas públicas que segundo Silva e Silva (2008, p. 172) é um “mecanismo de construção de conhecimento crítico sobre políticas e programas sociais, podendo realimentar decisores públicos e lutas sociais por cidadania, rumo à construção de uma sociedade justa e mais igualitária”.

A abordagem dessa avaliação está pautada nas concepções de avaliação de políticas públicas e programas sociais de Lejano (2006), o qual propõe um modelo experiencial de avaliação. Nesse modelo, a compreensão deve ter como principal instrumento a experiência local dos atores da política, da qual o pesquisador pode se aproximar por meio de entrevistas, artifícios de escrita, técnicas de observação participante, etc.

O tipo de pesquisa adotado nesta avaliação é o estudo de caso, uma vez que a UFT desenvolve o processo de modernização nas suas oito bibliotecas universitárias, mas, nesta avaliação, considerou-se apenas a biblioteca do *Campus* de Palmas. Para a pesquisa de campo, utilizou-se a triangulação de métodos, procedimento metodológico recomendado para a avaliação de políticas públicas por

Lejano (2006) e por Minayo (2005), porque possibilita a utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados em uma avaliação.

Assim, a coleta de dados foi feita a partir das seguintes ferramentas: pesquisa documental, bibliográfica, observação participante, aplicação de questionários a usuários da biblioteca do *Campus* de Palmas e entrevistas com usuários da biblioteca e servidores da UFT, entre eles: membros da gestão e técnicos envolvidos na implementação do processo de modernização.

Foram aplicados 127 questionários. Desse total, 17 eram professores, um de cada curso de graduação do *Campus* de Palmas; 102 eram discentes, sendo seis alunos matriculados em cada um dos 17 cursos de graduação desse Campus; quatro usuários da biblioteca provenientes da comunidade externa; e quatro membros da categoria dos técnicos-administrativos.

Após a aplicação desse questionário, dez dos respondentes foram convidados para uma entrevista, são eles: um representante da categoria de técnicos-administrativos do *Campus* de Palmas, um representante dos usuários da comunidade externa, quatro professores e quatro alunos, sendo um aluno e um professor de cada área do conhecimento. Também foram entrevistados nove servidores da UFT. Para garantir o sigilo quanto à identidade dos entrevistados e questionados, os seus nomes foram trocados.

Por meio da interpretação das entrevistas e da observação participante, foi possível perceber que os envolvidos na gestão do processo de modernização da biblioteca, caracterizam-no como uma solução para os problemas que a biblioteca apresentava quando foi transferida da Unitins, Universidade do Estado do Tocantins, para a UFT. Essa doação fez parte do processo de constituição da UFT.

Segundo os entrevistados, naquele momento, as bibliotecas universitárias funcionavam de forma inadequada, uma vez que os acervos estavam desatualizados, as estruturas físicas eram improvisadas, os recursos humanos não pertenciam ao quadro de pessoal da UFT, mas eram provenientes da Unitins, além disso, nenhuma biblioteca era informatizada. Diante desse cenário, a UFT incluiu o processo de modernização das bibliotecas como uma das metas do seu Planejamento Estratégico para os anos de 2006 a 2010.

Segundo o Catálogo de Cursos da UFT (UFT, 2010), o processo de modernização das bibliotecas dessa IFES é caracterizado por investimentos em melhoria da infraestrutura dos espaços físicos, aquisição de acervo da bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação, aquisição de equipamentos de informática, de mobiliários e na informatização desses setores.

1 CONSIDERAÇÕES DOS USUÁRIOS SOBRE OS INVESTIMENTOS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE PALMAS DA UFT

Tabela 1 – Distribuição de usuários por frequência de uso da Biblioteca do *Campus* de Palmas

Categorias	Discentes		Docentes		Técnicos-Administrativos		Usuário Externo	
	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%
Frequência de utilização da Biblioteca do <i>Campus</i> de Palmas								
Diariamente	25	25%	00	0%	00	0%	01	25%
Uma vez por semana	15	15%	04	27%	00	0%	00	0%
Mais de uma vez por semana	41	40%	03	20%	00	0%	02	50%
Mensalmente	07	7%	03	20%	01	25%	01	25%
Raramente	11	11%	03	20%	03	75%	00	0%
Nunca utiliza	02	2%	02	13%	00	0%	00	0%
Total	101	100 %	15	100 %	04	100 %	04	100 %

Inicialmente, procurou-se saber com que frequência os participantes dessa pesquisa utilizam a biblioteca. Conforme a tabela abaixo, constatou-se que a categoria que mais utiliza esse setor é a dos discentes, uma vez que 80% deles a frequentam mais de uma vez por semana. Os demais alunos (20%) informaram que a utilizam mensalmente, raramente ou nunca a utilizam.

Com relação aos docentes, uma parcela considerável daqueles que foram consultados nesta pesquisa não frequenta a biblioteca regularmente, são eles os 53% que a utilizam mensalmente, raramente ou nunca a utilizam. Nas entrevistas, alguns professores justificam que não precisam utilizar a biblioteca, já que possuem acervos próprios que são adquiridos com os seus recursos e/ou com doações de editoras.

Os técnicos-administrativos que participaram desta pesquisa não utilizam a biblioteca com frequência. Conforme os dados, apenas um afirmou a utilização mensal, enquanto que os demais (três) a usam raramente. O representante dessa categoria que foi entrevistado afirmou que tem o hábito de adquirir os livros de que necessita, além de considerar as regras de funcionamento da biblioteca rígidas, principalmente, a cobrança de multas no caso de atraso na devolução de livros emprestados.

Dos usuários externos que responderam ao questionário, três utilizam a biblioteca semanalmente e um mensalmente. O usuário dessa categoria que foi entrevistado afirmou que utiliza somente as salas de estudo da biblioteca para estudar para concurso. Segundo ele, “não faço o uso da biblioteca em si, só utilizo o espaço da biblioteca. Eu enquanto usuário, vamos chamar assim, sou um usuário passivo, porque eu não sou uma pessoa que posso utilizar dos serviços diretamente, né?” (Carlos, usuário da comunidade externa da UFT, grifo nosso).

Entre as categorias de usuários da biblioteca da UFT/*Campus* de Palmas, há várias diferenças quanto ao seu uso, por exemplo: professores podem emprestar mais livros e têm um prazo maior que os demais para devolução, porém, Carlos, usuário externo, foi o único a se declarar como alguém com direitos/benefícios limitados. Quando esse usuário afirma que não faz “uso da biblioteca em si”, pode-se entender que ele não tem acesso à essência da biblioteca. Além disso, o termo “passivo”, utilizado por

Carlos, pode ter uma conotação forte, porque pode mostrar como ele se sente com relação à atenção que recebe da biblioteca: sem participação.

A seguir se analisa a frequência com que os participantes dessa pesquisa necessitavam utilizar outra biblioteca na cidade de Palmas

Tabela 2 – Distribuição de usuários por frequência de uso de outras bibliotecas em Palmas.

Fonte: Dados da pesquisa

Categorias	Discentes		Docentes		Técnicos- Administrativos		Usuário Externo	
	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%	Total de Respondentes	%
Sim	58	57%	04	25%	00	0%	02	50%
Não	44	43%	12	75%	04	100%	02	50%
Total	102	100%	16	100%	04	100%	04	100%

Do total de usuários que responderam ao questionamento sobre a necessidade de utilizar outras bibliotecas, além desta da UFT, 51% afirmaram que fazem uso de outras bibliotecas na capital. Solicitou-se aos participantes desta pesquisa que informassem, de forma aberta, o motivo pelo qual procuram outra biblioteca. Dos 64 que afirmaram esse hábito, 48 responderam a essa solicitação.

As justificativas mais recorrentes, indicadas nos questionários e nas entrevistas, permitem o entendimento de que as motivações dos usuários pela procura de outras bibliotecas estavam relacionadas a três características da biblioteca da UFT do *Campus* de Palmas: 1) sua localização,

2) as condições do espaço físico e 3) ao seu acervo. Esses aspectos serão analisados a seguir.

1.1 LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÕES DO ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA DA UFT DO CAMPUS DE PALMAS

A localização da biblioteca da UFT do *Campus* de Palmas aparece como um dos fatores que influenciavam os seus usuários a procurar outras bibliotecas na cidade de Palmas. Sobre isto se observa que esse *Campus* fica situado na parte Norte da cidade, mas, conforme afirmam Kran e Ferreira (2006), a maioria da população de Palmas reside na área Sul dessa capital. Além disso, o *Campus* está localizado numa distância aproximada de quatro quilômetros do centro da cidade, o que significa que está relativamente distante para a maioria da população que reside na Capital, o que levava alguns dos envolvidos nesta pesquisa a procurar outras bibliotecas situadas mais próximas de suas residências.

As condições do espaço físico da biblioteca também apareceram como uma motivação para os usuários buscarem outra biblioteca em Palmas, os entrevistados informaram que havia muito barulho no ambiente da biblioteca. Disseram também que, no período de chuvas do estado do Tocantins, ocorria a formação de poças de água da chuva nos espaços de estudo e no acervo. Observou-se, ainda, que havia muitas lâmpadas queimadas no espaço da biblioteca. Dadas essas condições, esses entrevistados indicaram que procuram bibliotecas com espaços mais silenciosos, organizados e confortáveis.

À época da pesquisa de campo, primeiro semestre do ano de 2010, os investimentos referentes à infraestrutura da biblioteca do *Campus* de Palmas ainda não tinham sido experimentados pela comunidade acadêmica, haja vista que o novo prédio ainda estava em fase de construção. Mas, por meio da análise das entrevistas e dos questionários, foi

possível perceber que os usuários tinham fortes expectativas com relação à estrutura que estava em construção. Quando essa temática foi colocada nas entrevistas, de modo descritivo, revelaram suas expectativas, quase sempre com comparações, por várias vezes os déficits do atual espaço físico foram os parâmetros para expor o que eles esperavam do novo prédio.

Por meio do questionário, perguntou-se aos usuários, de forma aberta, sobre as suas expectativas quanto ao novo prédio que estava sendo construído para a Biblioteca do *Campus* de Palmas. Das 120 pessoas que responderam a essa questão, parte citou mais de uma expectativa. São elas: espaço adequado e confortável para estudos e pesquisas (77); aumento do acervo de livros e assinatura de periódicos (47); acervo organizado (24); aprimoramento dos serviços informatizados (11); equipe maior para o atendimento aos usuários (10) e profissionais capacitados para o atendimento (06).

Essas últimas respostas mostraram que eles esperavam mais do que mudanças na estrutura física da biblioteca, porque a organização do acervo não depende somente do espaço disponível, mas, também, da equipe de profissionais que o organiza. O aprimoramento dos serviços informatizados também é um exemplo de que a expectativa deles não está ligada apenas a questões de infraestrutura, pois eles querem um atendimento melhor, haja vista as referências à equipe de pessoal da biblioteca.

Sendo assim, percebeu-se que era grande a expectativa da maioria dos usuários por essa “nova biblioteca”; é como se essa mudança de espaço físico fosse dar condições para “nascer outra biblioteca”. De certo modo, essa esperança parecia ser alimentada pelos discursos da gestão da UFT, pois havia uma divulgação muito forte desse novo prédio. Percebeu-se que os servidores que trabalham nessa biblioteca também tinham “esperança de dias melhores” com relação a essa mudança.

1.2 AVALIAÇÃO DO ACERVO

A terceira característica da biblioteca da UFT do *Campus* de Palmas que influenciava os membros da comunidade a procurar outra biblioteca é a formação e a quantidade de exemplares do acervo dessa biblioteca. Aspectos que serão analisados a seguir.

Tabela 3 – Distribuição dos usuários quanto à avaliação da disponibilidade de títulos do acervo da biblioteca do *Campus* Universitário de Palmas da UFT

Categorias	Disponibilidade de títulos frente às necessidades dos usuários							
	Sim	%	Às Vezes	%	Não	%	Respon dentes	%
Discentes	40	40%	54	55%	05	05%	99	100%
Docentes	06	43%	07	50%	01	07%	14	100%
Técnicos-Administrativos	02	50%	02	50%	00	00%	04	100%
Comunidade Externa	02	50%	02	50%	00	00%	04	100%
Total	50	41%	65	54%	06	05%	121	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A análise dos dados da tabela acima permite a identificação de que a maioria (54%) dos usuários consultados considerou que a biblioteca nem sempre possui os títulos de livros de que eles precisam. Contudo, foi possível perceber, por meio das observações e da interpretação das entrevistas, que alguns usuários consideraram que a aquisição de livros provocou melhorias significativas neste acervo. Eles informaram que o acervo foi expandido, fizeram comparações com o acervo que foi herdado da Unitins, porém, ressaltaram que este acervo de livros ainda precisa melhorar, sobretudo, em dois aspectos:

aumento na variedade de títulos de livros e na quantidade de exemplares dos livros do acervo da biblioteca. Esse último aspecto será analisado a partir dos dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição dos usuários segundo a avaliação da quantidade de exemplares dos livros da bibliografia básica dos cursos de graduação do *Campus* de Palmas da UFT.

Categorias	Quantidade de exemplares dos livros da bibliografia básica							
	Suficiente	%	Pouco suficiente	%	Insuficiente	%	Respondentes	%
Discentes	14	14%	59	60%	25	26%	98	100%
Docentes	02	15%	09	70%	02	15%	13	100%
Total	16	14%	68	61%	27	25%	111	100%

Fonte: dados da pesquisa

Para a análise dos dados da tabela 4, foram consideradas as repostas dos discentes e docentes, porque eles são os usuários potenciais desta bibliografia básica. Sobre a quantidade de exemplares dos livros da bibliografia básica, nota-se que, nas duas categorias, apenas 14% dos entrevistados consideraram a quantidade de exemplares suficiente, enquanto 86% a consideram como insuficiente ou pouco suficiente. O diálogo com alguns dos membros dessas categorias permitiu a percepção de que a insuficiência da quantidade de exemplares de livros era o fator que mais incomodava esses usuários, ainda que alguns professores tenham evidenciado que as reclamações dos alunos sobre essa questão diminuíram após o início dos investimentos em acervo.

Os alunos informaram que o período mais difícil é o de provas, uma vez que se esgotavam os exemplares. Para eles, os livros eram disputados entre os Cursos, já que alguns títulos de livros eram utilizados por vários cursos.

Observou-se que os professores percebiam a pouca quantidade de exemplares pelas reclamações dos seus alunos e pareciam entender as suas exigências sobre essa questão, mas mostraram-se conformados com a situação, pois, por vezes, justificaram que a biblioteca nunca terá um livro por aluno. Essa postura é compreensível, haja vista que os docentes possuem acervos particulares e não necessitavam entrar na disputa por livros da biblioteca, a qual foi evidenciada pelos alunos.

Com relação à atualização do acervo (Tabela 5), os usuários que participaram desta pesquisa estavam bastante divididos, haja vista que a maioria (53%) considerou que o acervo era atualizado, mas a quantidade daqueles (47%) que consideraram o contrário também é bastante grande.

Tabela 5 – Distribuição dos usuários segundo avaliação sobre a atualização das fontes de informação do acervo da biblioteca

Categorias	Atualização do Acervo					
	Sim	%	Não	%	Respondentes	%
Discentes	51	52%	47	48%	98	100%
Docentes	10	67%	05	33%	15	100%
Técnicos-Administrativos	02	50%	02	50%	04	100%
Comunidade Externa	01	25%	03	75%	04	100%
Total	64	53%	57	47%	121	100%

Fonte: dados da pesquisa

Dos membros da comunidade externa, três (75%) classificaram o acervo da biblioteca como desatualizado, fato compreensível tendo em vista que a aquisição de livros é exclusiva para atender às bibliografias dos Cursos de Graduação da UFT, sendo assim, as expectativas dos membros das categorias dos técnico-administrativos e da comunidade externa não estão incluídas ou previstas na formação desse acervo.

Por meio das entrevistas, foi possível identificar que alguns usuários sentiam falta de outros tipos de investimentos para o acervo. Segundo Patrícia:

Outra coisa que sinto também é..., livros para ler mesmo de leitura, clássicos brasileiros, romantismo, simbolismo, mais visível assim pra gente ter uma leitura assim..., inclusive livros contemporâneos ... os livros assim estão sempre assim saindo na mídia, os livros atuais de leitura, ficção científica, auto-ajuda, não só livros didáticos sabe, mas para, para uma leitura cotidiana mesmo, sinto falta disso. (Patrícia, aluna de um Curso da Área de Saúde).

Encontraram-se outros usuários que concordam com Patrícia. Além disso, alguns professores também expressaram anseio por encontrar na biblioteca coleções específicas, por exemplo, sobre o “Tocantins, tem que ter uma área específica com as obras do Tocantins, com as obras raras, nós já tivemos aí mapas..”. (Lidia, professora da Área de Humanas). “Se a gente pudesse ter jornais microfilmados..., pra gente fazer pesquisa seria muito bom”. (Julia, professora da Área de Ciências Sociais Aplicadas).

A partir das afirmações da Tabela 5, pode-se entender que, para esses usuários, acervo atualizado significa mais do que aquisição constante de livros da bibliografia básica. Para um melhor entendimento dessa questão, a partir dos dados da Tabela 6, procurou-se

entender se a biblioteca disponibilizava para os usuários outros tipos de fontes de informação.

Tabela 6 – Distribuição dos usuários segundo avaliação sobre a variedade dos tipos de fontes de informação do acervo da biblioteca

Categorias	Disponibilidade de CDS, periódicos e outras fontes desejadas							
	Sim	%	Às vezes	%	Não	%	Respondentes	%
Discentes	29	31%	28	30%	36	39%	93	100%
Docentes	04	27%	05	33%	06	40%	15	100%
Técnicos-Administrativos	01	33%	01	33%	01	33%	03	100%
Comunidade Externa	01	25%	01	25%	02	50%	04	100%
Total	35	30%	35	30%	45	40%	115	100%

Fonte: dados da pesquisa

Com relação aos dados da Tabela 6, verificou-se que em todas as categorias os usuários questionados indicaram que a biblioteca não tem o que eles precisam nos seus acervos de periódicos e de multimeios. Apenas 30% se sentiram atendidos quanto a este item, contra 70% que declararam não haver disponibilidade ou haver disponibilidade parcial desses tipos de material.

Solicitou-se que os respondentes indicassem no questionário, de forma aberta, quais os tipos de fontes de informação que eles precisam e não encontram na biblioteca, sendo que 42 participantes responderam a essa solicitação e alguns indicaram mais de uma fonte. De modo que os suportes menos encontrados foram: periódicos científicos (28), CDs (22), DVDs (18), Internet (03) e jornais (02).

Apesar de a UFT não adquirir, por meio de compra, suportes de informações digitais, a biblioteca tem um pequeno acervo que é formado por doações ou por CDs que acompanham livros (suplementos). Percebeu-se que parte dos usuários, ao identificar no livro que ele tem esse tipo de suplemento, procurava os servidores da biblioteca e solicitava esse material. Esse acesso depende da autorização do bibliotecário, já que esse material não recebe tratamento técnico e não está indexado no SIE¹, o que o torna um serviço restrito e sem garantias de ser realizado para o usuário.

A partir das entrevistas, verificou-se que ocorreram menções quanto à necessidade de melhoria do acesso às mídias digitais que a biblioteca possui atualmente. Patrícia, aluna de um dos Cursos da Área da Saúde, diz: “sei que tem CDs, mas não os vejo, é difícil encontrar e bagunçado, nunca consegui ter acesso”.

Quanto à assinatura de periódicos, no Relatório de Avaliação Institucional Interna de 2007 – 2008 da UFT há uma justificativa de que a falta de assinatura de periódicos é suprida pela disponibilidade dos usuários acessarem o Portal de Periódicos da CAPES. (UFT, 2009c)

A partir dos dados da Tabela 7, é possível entender a reclamação dos usuários quanto à assinatura de periódicos impressos, apesar de terem a possibilidade de acessar gratuitamente os periódicos disponíveis no Portal da Capes.

¹ Sistema de Informação para o Ensino, programa escolhido para informatizar os serviços da Biblioteca Professor José Torquato Carolino da Universidade Federal do Tocantins, *Campus* de Palmas.

Tabela 7 – Distribuição de usuários quanto à existência de orientação para a utilização do Portal de Periódicos da Capes

Categorias	Orientação sobre a utilização do Portal de Periódicos da Capes							
	Sim	%	Algumas vezes	%	Não	%	Respon- dentes	%
Discentes	04	05%	23	26%	60	69%	87	100%
Docentes	03	21%	05	36%	06	43%	14	100%
Técnicos- Administrativos	02	67%	01	33%	00	00%	03	100%
Comunidade Externa	00	00%	01	33%	02	67%	03	100%
Total	09	08%	30	28%	68	64%	107	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados indicam a falta de orientação sistemática/adequada aos usuários para a utilização do Portal de Periódicos da Capes, o que leva ao desconhecimento dessa ferramenta de pesquisa por parte dos alunos (note na tabela acima que 69% dos discentes declararam não ter orientação quanto ao uso desta ferramenta) que assim sentem a necessidade da assinatura de periódicos impressos. Além disso, existem periódicos importantes para uma biblioteca universitária que não estão disponíveis nesse Portal, por exemplo, o *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Por meio das entrevistas e da observação participante, verificou-se que aqueles professores que reivindicam essa assinatura, tanto conheciam como utilizam esse Portal, porém tomaram essa atitude baseados nas condições dos seus alunos da graduação, uma vez que esse público tem menos experiência com esse recurso, situação que é agravada pela falta de orientação.

Também ficou evidente nos depoimentos dos professores que eles tinham conhecimento de que o Governo Federal não disponibiliza recursos específicos para a aquisição de periódicos científicos na versão impressa, uma vez que ele disponibiliza o acesso gratuito ao Portal de Periódicos da CAPES, entretanto, alguns reivindicaram que o *Campus* adquirisse esse tipo de assinatura com os seus recursos próprios (sem rubrica).

1.3 AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELOS SERVIDORES DA BIBLIOTECA

Procurou-se compreender como os usuários se sentiam com relação ao atendimento prestado pelos servidores da biblioteca, para tanto, investigaram-se duas questões: a qualidade do atendimento e a quantidade de atendentes da biblioteca. A seguir se inicia a análise com os dados referentes à qualidade do atendimento dos servidores da biblioteca.

Tabela 8 – Distribuição dos usuários quanto ao atendimento prestado pelos servidores da biblioteca do *Campus* Universitário de Palmas da UFT

Categorias	Atendimento dos servidores da biblioteca									
	Ótimo	%	Bom	%	Regular	%	Ruim	%	Respondentes	%
Discentes	16	16%	45	46%	32	33%	04	05%	97	100%
Docentes	03	20%	06	40%	06	40%	00	00%	15	100%
Técnicos-Administrativos	03	75%	00	00%	01	25%	00	00%	04	100%
Comunidade	00	00%	03	100%	00	00%	00	00%	03	100%

Externa										
Total	22	18%	54	45%	39	33%	04	04%	119	100%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme os dados da Tabela 8, 63% dos envolvidos nesta pesquisa declararam que o atendimento prestado pelos servidores da biblioteca é bom ou ótimo, esses dados podem significar que essa maioria se sentia bem atendida por esses profissionais da biblioteca da UFT/*Campus* de Palmas, porém uma parcela considerável (33%) dos questionados indicou que esse atendimento é regular, sendo que afirmação foi mais presente entre os membros das categorias de discentes e docentes.

Os usuários que indicaram o atendimento regular ou ruim foram convidados a comentar, de forma aberta, as suas repostas, sendo que 46 deles atenderam a essa solicitação. Eles elencaram os seguintes fatores como condicionantes das suas respostas: a quantidade de servidores é insuficiente (22); que é necessário melhorar a qualidade do atendimento (16); que os atendentes não são capacitados (07) e alguns consideram que o atendimento é demorado (05).

As observações dos usuários têm fundamento, uma vez que a quantidade de servidores tem relação com a demora no atendimento e a necessidade de melhorar a qualidade do atendimento pode ser resolvida com a capacitação dos servidores da biblioteca. A opinião de um dos entrevistados sobre a capacitação dos servidores da biblioteca é singular, Téo acredita que no geral o servidor dessa biblioteca,

Não é um leitor, não é um ativista cultural, ele é no máximo é um burocrata do livro. Se você vai à biblioteca de Palmas o atendimento é péssimo, não to dizendo que as pessoas gritam com você, que tratam mal, mas são pessoas que não tem..., que

não tem a menor intimidade com a vida cultural, com o livro, com a literatura, com a poesia, com a ciência que tá lá colocada, não tem nenhuma relação, entra e sai e aquilo lá é um castigo. (Téo, servidor técnico- administrativo da UFT).

A observação sobre capacitação feita pela quase totalidade dos usuários entrevistados está relacionada a questões de técnicas de atendimento ao público, já Téo se refere à necessidade de formação dos servidores da biblioteca que os qualifique para a “ação cultural²” e científica, de modo que bibliotecários e assistentes fariam mais do que a administração da informação e a localização de livros no acervo e atuariam como mediadores de informação. Seriam criativos para contribuir tanto com a formação do acervo quanto com a formação dos usuários da biblioteca.

Nesta mesma linha de raciocínio é que Milanesi (2002, p. 98) afirma que os profissionais da informação devem ir além da “organização passiva de um acervo à espera de leitores, em contrapartida, é possível criar atividades e serviços que são, claramente, estímulos à ampliação do conhecimento pelos conflitos que suscitam, pelo prazer que oferecem – ou pelos dois”.

As considerações dos usuários sobre a quantidade de servidores da biblioteca ficam mais evidentes depois da análise dos dados da tabela abaixo, pois se verificou que 76% dos usuários consultados entendem que a quantidade de servidores da biblioteca não é suficiente.

Tabela 9 – Distribuição dos usuários quanto à quantidade de pessoas envolvidas no atendimento da biblioteca do *Campus* de Palmas da UFT.

² Luís Milanesi (2002) entende esse termo como “uma série de ações centradas em temas significativos para o grupo aos qual ela se destina”.

Categorias	Suficiência do número de servidores da biblioteca					
	Sim	%	Não	%	Respondentes	%
Discentes	25	26%	73	74%	98	100%
Docentes	03	21%	11	79%	14	100%
Técnicos- Administrativos	01	25%	03	75%	04	100%
Comunidade Externa	00	00%	04	100%	04	100%
Total	29	24%	91	76%	120	100%

Fonte: dados da pesquisa

Os entrevistados fizeram mais referência a pouca quantidade de pessoas para o atendimento informatizado (empréstimo, devolução, renovação de empréstimo e reserva de livros) do que para o auxílio à consulta do acervo e para a oferta de serviços especializados de disseminação de informação. Segundo os usuários, havia horários em que eram formadas grandes filas para o atendimento no balcão de empréstimo. Conforme o professor Cláudio:

Pra mim o atendimento é bom, a única... outra crítica que eu teria à biblioteca é a falta de funcionários às vezes faz uma fila bem grande, então é falta de funcionários, tem que ter mais funcionários. Então as únicas críticas que eu teria seriam a falta de funcionários, porque o acervo tá crescendo cada vez mais, mas não se contrata mais funcionários, então vai ficar cada vez pior na minha visão esse atendimento, mas não é culpa da biblioteca, é porque não tem funcionário. (Cláudio, professor da Área da Saúde).

A relação construída pelo professor Cláudio entre a quantidade de servidores da biblioteca e o crescimento do

acervo pode ser bem compreendida com os seguintes dados: no ano de 2004, a biblioteca possuía 40.812 exemplares de livros e 22 funcionários (UFT, 2004); enquanto no ano de 2010, o seu acervo era composto por 79.264 exemplares de livros e o seu quadro de pessoal era formado por 21 pessoas, entre eles servidores e bolsistas (UFT, 2010d, 2010h). A partir dessa relação, foi possível inferir que o acervo foi praticamente duplicado, enquanto os recursos humanos foram reduzidos.

Nota-se que a UFT tentava resolver os problemas da quantidade insuficiente de pessoal com a participação de bolsistas na equipe da biblioteca. Alguns dos entrevistados criticaram essa atitude da Instituição. Para a aluna Graça,

Na verdade eu sempre sou atendida por estagiários, eu creio que o aluno ele não tem conhecimento de tudo, do funcionamento da biblioteca..., é como o..., o próprio aluno ele tem período muito pequeno é, de seis meses, um ano de biblioteca, quando o aluno já começa ter o conhecimento se muda de estagiário, né? (Graça, aluna da área de Ciências Sociais Aplicadas).

A partir da observação participante, notou-se uma intensa rotatividade de sujeitos na composição desse quadro de pessoal da biblioteca, principalmente entre os bolsistas, cuja maioria estudava em cursos integrais e, por isto, encontrava dificuldades em cumprir um horário fixo nas atividades administrativas da biblioteca. Na avaliação da aluna citada acima, essa rotatividade não contribuía com a qualidade do atendimento aos usuários da biblioteca.

1.4 AVALIAÇÃO DA INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA

Com relação à implantação de serviços informatizados, procurou-se entender aspectos da

qualidade dos serviços de empréstimo de livros, a frequência com que os usuários utilizavam o catálogo *on-line* do SIE e se recebiam orientações para isso.

Os membros da categoria de usuários externos não têm acesso aos serviços informatizados de empréstimo, devolução e reserva de livros da biblioteca, por isso, na tabela abaixo, serão analisadas apenas as respostas dos membros das categorias de discentes, docentes e técnicos-administrativos.

Tabela 10 – Distribuição dos usuários quanto aos serviços informatizados de empréstimo de livros da Biblioteca do *Campus* de Palmas da UFT.

Categorias	Eficiência do serviço informatizado de empréstimo							
	Eficiente	%	Pouco Eficiente	%	Ineficiente	%	Respondentes	%
Discentes	76	78%	19	19%	03	03%	98	100%
Docentes	11	73%	03	20%	01	07%	15	100%
Técnicos-Administrativos	03	100%	00	00%	00	00%	03	100%
Total	90	78%	22	19%	04	03%	116	100%

Fonte: dados da pesquisa

Vê-se que 78% dos usuários consultados aprovaram o serviço informatizado de empréstimo e devolução de livros. No entanto, 19% do total de usuários questionados consideraram o serviço como pouco eficiente e 3% do total de usuários consideraram o serviço informatizado de empréstimo e devolução como ineficiente. Por meio dos comentários dos usuários nos questionários e dos depoimentos nas entrevistas, percebeu-se que as críticas a esse serviço estão relacionadas à ocorrência de algumas falhas nos serviços de empréstimo e devolução, entre elas a de que algumas vezes o sistema fica inoperante; também

citaram casos em que a devolução do livro não foi computada. Além disso, foram registradas reclamações quanto ao sistema não permitir a renovação do empréstimo de livros de modo *on-line* e sobre o fato de o acesso ao serviço ser limitado a determinados público.

A questão do acesso limitado ao serviço de empréstimo de livros para determinados públicos foi evidenciada por alguns professores e por um técnico-administrativo. Eles questionaram o fato de os alunos da especialização *lato sensu* não poderem realizar esse tipo de empréstimo. Além disso, o técnico-administrativo também questionou a restrição desse serviço aos demais profissionais que trabalham na UFT de forma terceirizada, que são os motoristas, os vigilantes, os que trabalham na limpeza e manutenção, etc.

Entretanto, observou-se que, quando a biblioteca não era informatizada, os funcionários terceirizados e os alunos das especializações da UFT eram cadastrados como usuários e podiam utilizar o serviço de empréstimo de livros como os demais servidores e alunos dessa IFES, situação que foi modificada após a informatização das bibliotecas. A esse respeito, vale reter as observações de Biagin e Carcino (2009, p. 38), de acordo com esses autores, nesse processo de construções de bibliotecas informatizadas, virtuais e até digitais existem “interesses por vezes divergentes que estão relacionados a uma lógica de fundo”, para eles essa lógica está pautada em princípios econômicos e comerciais que valorizam a perpetuação da hegemonia capitalista, sendo assim não interessa partilhar o acesso às fontes de informação com os membros das classes “subalternas”.

A frequência com que os participantes dessa pesquisa utilizavam o catálogo *on-line* do SIE será analisada a partir da tabela abaixo.

Tabela 11 – Distribuição dos usuários quanto à frequência com que pesquisa no catálogo *on-line* do SIE.

Categorias	Frequência de consulta ao catálogo on-line							
	Sem pre	%	Às vezes	%	Nunca	%	Respondentes	%
Discentes	02	02%	19	20%	76	78%	97	100%
Docentes	02	13%	04	27%	09	60%	15	100%
Técnicos-Administrativos	00	00%	01	25%	03	75%	04	100%
Comunidade Externa	00	00%	00	00%	04	100%	04	100%
Total	04	03%	24	20%	92	77%	120	100%

Fonte: dados da pesquisa

Na época da pesquisa de campo desta avaliação, a biblioteca do *Campus* de Palmas não dispunha de computadores disponíveis para os usuários consultarem diretamente o catálogo *on-line* do SIE. Sendo assim, quando os usuários precisavam saber se havia na biblioteca determinada fonte de informação, era necessário que eles solicitassem essa consulta aos atendentes nos terminais de empréstimo e devolução de livros da biblioteca, o que levava alguns usuários à fila de espera somente para identificar se a biblioteca possuía ou não determinado livro.

A partir desse cenário, não é difícil entender porque os dados da tabela acima indicam que somente 2% dos discentes e 13% dos docentes têm o hábito de consultar esse catálogo da biblioteca.

Para o acesso adequado dos usuários ao acervo, era necessário que houvesse na biblioteca terminais de computadores para a consulta ao catálogo, e servidores disponíveis para auxiliar os usuários em suas pesquisas. Segundo Mangue (2006, p.160), “no sistema brasileiro a

universidade concentra sua atenção sobre o *software* negligenciando, paradoxalmente, a aquisição dos equipamentos para uso do sistema, isto é, dificultando o acesso ao *software* e, por conseguinte, o atendimento ao usuário final, com consequentes efeitos negativos para o atendimento ao usuário”.

Há que se considerar que qualquer investimento na biblioteca deveria ser motivado pelas necessidades dos usuários, se eles não usufruírem dos recursos implantados não há razão para implantá-los. O auxílio aos usuários da biblioteca do *Campus* de Palmas será discutido a partir dos dados da Tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição dos usuários quanto à orientação para utilizar o catálogo *on-line* do SIE.

Categorias	Apoio à utilização do catálogo on-line									
	Servidor da Biblioteca	%	colega	%	docente	%	nunca recebeu apoio	%	Respondentes	%
Discentes	06	06%	03	03%	07	07%	82	84%	98	100%
Docentes	02	13%	00	00%	00	00%	13	87%	15	100%
Técnicos Administrativos	00	00%	00	00%	00	00%	04	100%	04	100%
Comunidade Externa	00	00%	00	00%	00	00%	04	100%	04	100%
Total	08	07%	03	02%	07	06%	103	85%	121	100%

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 12, 85% dos membros da comunidade acadêmica consultados nesta pesquisa dizem nunca terem sido ensinados a utilizar o catálogo *on-line* do SIE. Os dados apresentados na Tabela 12 indicam que, na biblioteca do *Campus* de Palmas, a orientação dos seus usuários quanto ao uso do catálogo *on-line* do SIE não era uma prática constante. Essa falta de orientação explica o

fato de a maioria dos usuários não utilizarem essa ferramenta do SIE (conforme os dados da Tabela 11).

Segundo Carvalho (2004), os serviços mais atingidos pela informatização são: a consulta ao catálogo e a bases de dados das bibliotecas, tanto no suporte *on-line* como em CD-ROM; a pesquisa bibliográfica; o tratamento da informação; a aquisição de acervo; a comutação e o acesso a internet. A partir desse pressuposto, a maioria dos serviços atingidos pela informatização são aqueles relacionados com a consulta/pesquisa/localização e o acesso dos usuários às fontes de informação. Porém, no caso da UFT, os serviços mais atingidos pela informatização estão relacionados com as atividades administrativas da sua biblioteca.

CONSIDERAÇÕES

A partir dos dados coletados no campo, verificou-se que a biblioteca do *Campus* de Palmas, desde o ano de 2006, passa por um processo de transformações que visa a proporcionar o básico para uma biblioteca universitária, qual seja: um acervo com a bibliografia básica, infraestrutura adequada, mobiliários e sistema de armazenamento e recuperação das informações do acervo.

Quando se constata que, nos últimos anos, a biblioteca da UFT do *Campus* de Palmas substituiu as fichas catalográficas por um sistema informatizado, que houve diminuição na quantidade de recursos humanos e que para ela se preparava um novo prédio estruturado segundo os conceitos e recursos contemporâneos, entende-se que ela passa por um processo de modernização. Embora, esse processo se encontrasse desarticulado dos reais interesses dos seus usuários. Já que os efeitos do processo de modernização/informatização da biblioteca da UFT do *Campus* de Palmas estivessem mais direcionados para a administração da biblioteca do que para atender às

necessidades dos seus usuários. Uma constatação disto está no fato de que os serviços executados pelos servidores e bolsistas sejam informatizados, porém os serviços que são mais relacionados com o acesso dos usuários à informação e aqueles que dependem da relação mais direta entre os servidores e os usuários da biblioteca não são viabilizados de forma adequada.

Apesar disso, para a maioria dos usuários consultados nesta pesquisa, a informatização da biblioteca parecia ser o ponto alto dessa modernização, mas somente no aspecto empréstimo, devolução, renovação e reserva de livros, já que faltava orientação e computadores para os usuários utilizarem os serviços do catálogo *on-line* do SIE.

Como mostram os dados, no processo de modernização dessa biblioteca, era necessário adquirir equipamentos de informática; aumentar a quantidade de servidores e investir na capacitação destes trabalhadores, para assim ofertar de forma efetiva os serviços que estão em fase de implementação.

Verificou-se também que os usuários queriam para o acervo mais que bibliografia básica, eles também queriam obras literárias, assinatura de periódicos, coleções especiais, outros tipo de fontes de informação etc. Para isso, é necessário que se considere os interesses dos docentes e discentes para além do ensino; os dos servidores técnico-administrativos e dos usuários externos tanto na formação do acervo, quanto para a oferta de serviços.

De modo geral, o grande desafio dessa biblioteca é ampliar e estreitar a relação com o seu público, para isso, é necessário uma aproximação com os usuários para assim identificar os seus interesses e, a partir disso, desenvolver ações de extensão, eventos culturais, cursos, informativos, etc., isto é, serviços especializados de disseminação de informações, orientações para a pesquisa e para a formação do pensamento crítico.

A partir desses dados, conclui-se que esse processo é coerente com os pressupostos do projeto de modernização da educação superior brasileira, o qual está baseado em ideais liberais e enfatiza os aspectos técnicos, o aumento da eficácia da administração pública, a produtividade e etc., em detrimento das necessidades dos atores envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS

Brasil, Heloisa dos Santos. Avaliação do Processo de Modernização da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias. Niterói: Intertexto, 2004.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. DataGramZero: Revista de Informação, v.11, n.6 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez10/F I art.htm](http://www.dgz.org.br/dez10/F_I_art.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2010.

KRAN, Faida; FERREIRA Frederico Poley. Qualidade de vida na cidade de Palmas – TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. Ambiente & Sociedade, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006.

LEJANO, Raul P. Experience. In: _Frameworks for policy analysis: mergig text and context. New York: Routledge, 2006. p. 177 – 197.

MANGUE, Manuel Valente. Informatização e organização do trabalho em bibliotecas universitárias: estudo comparado entre Brasil, Moçambique e África do Sul. Encontros

Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., p. 147-163, jan./jul., 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/351/419>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

MENEGHEL, S. M.; LAMAR, A. R. Avaliação como Construção Social: reflexões sobre as políticas de Avaliação de Educação no Brasil. Avaliação, Campinas, v. 6, n. 4, p. 17-26, 2001.

MILANESI, Luís. Biblioteca. São Paulo: Ateliê, 2002.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: __. MINAYO. Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 19-51.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: __. Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo; São Luis: Veras; GAEPP, 2008. p.89-177.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS. BIBLIOTECA. Relatório das atuais condições da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins (Campus de Palmas). Palmas: UFT, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Catálogo das condições de oferta dos cursos de graduação. Palmas: UFT, 2010d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Planejamento Estratégico 2006-2010: por uma

universidade consolidada democrática, inserida na Amazônia. Palmas: UFT, 2006b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2009-2010. Palmas: UFT, 2010h.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Avaliação Institucional Interna da UFT 2007-2008. Palmas: UFT, 2009c.

CAPÍTULO 9

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO À PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE CARENTE NO ENSINO SUPERIOR: um estudo avaliativo do programa bolsa permanência na Universidade Federal do Tocantins

Elaine Jesus Alves¹.

INTRODUÇÃO

Pesquisadores contemporâneos têm estudado sobre o acesso e a permanência dos jovens de baixo poder aquisitivo no Ensino Superior público (PORTES, 2006; ZAGO, 2006; MELLO, 2009). Na discussão desses teóricos, a política de expansão do Ensino Superior, observada no âmbito das políticas sociais do governo federal, ampliou a possibilidade desses jovens de baixo poder aquisitivo acessar o Ensino Superior.

No entanto, na visão de Zago (2006, p.3), a ampliação de vagas não beneficiou o jovem de baixo poder

¹ Pedagoga, Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará; Pertence ao quadro Técnico-administrativo de Nível Superior da Universidade Federal do Tocantins. elainealves@uft.edu.br

aquisitivo, pois a sua permanência na universidade vai além da sua inserção. A autora enfatiza que “uma efetiva democratização da educação requer, certamente, políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público em todos os seus níveis, mas requer, também, políticas voltadas à permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino”. Nesse sentido, Zago (2006) compreende que a implementação de um programa de assistência estudantil nas universidades, que garanta aos estudantes de situação social desfavorecida a permanência e a conclusão de seus cursos, seria de ajuda para uma efetiva democratização da educação e para a melhoria da condição de vida dos acadêmicos.

Segundo Sposati (1997), a Assistência Estudantil se define por um conjunto de políticas que permitem a permanência e o aproveitamento dos estudantes pobres no ensino superior. A concepção de Assistência estudantil abordada nesse trabalho diz respeito à assistência como direito social. Alves (2002, p.1) aborda que “na Política de Educação Superior a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico”.

Compreendemos que o papel da assistência estudantil para a vida acadêmica dos estudantes de classes populares implica entender a assistência como direito social assegurado por lei (ALVES, 2002). Por conseguinte, contextualizar a assistência estudantil no plano da práxis acadêmica significa entendê-la como direito social e constitui um rompimento da “ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor, e das concessões do Estado”, em que as políticas de assistência têm sido compreendidas (SPOSATI, 2002 p.23).

Neste sentido, o programa Bolsa Permanência insere-se na Universidade Federal do Tocantins (UFT) como uma das ações de Assistência Estudantil de

importante peso para os alunos carentes. Trata-se de ajuda financeira, por meio de bolsas, a acadêmicos selecionados por critérios socioeconômicos e que se comprometem a dedicar uma carga horária de 20 horas semanais de atividades técnico-administrativas na instituição (UFT, 2009, p. 2). O programa tem por objetivo, de acordo com a Resolução 09/2006², do Conselho Universitário da UFT (CONSUNI), “viabilizar a permanência do aluno na universidade, bem como sua qualificação acadêmica”.

Constatamos que realizar a avaliação de um programa social como o Programa Bolsa Permanência, que envolve diferentes sujeitos e racionalidades, parece desafiador, pois as implicações sobre a vida dos beneficiários dizem respeito sobre a possibilidade de concluírem seus estudos ou não. Diz respeito ao sucesso acadêmico e profissional desse aluno, e dos impactos que este sucesso ou insucesso causa na sua família. Considerando esse pressuposto, a metodologia de avaliação utilizada neste estudo buscou ir além das metodologias de avaliação tradicionais em que se mensuram os dados quantitativos em detrimento dos qualitativos. Pois as implicações sociais, e as percepções dos envolvidos só são apreendidas mediante estudo qualitativo do contexto econômico, social, cultural e político dos sujeitos (LEJANO, 2006).

Para uma melhor compreensão da metodologia utilizada, dedicamos o primeiro tópico deste trabalho a detalhá-la em pormenores e, no tópico seguinte, apresentar os dados colhidos na pesquisa sobre o panorama da Assistência Estudantil na UFT. No terceiro tópico, abordamos as percepções e representações sociais dos beneficiários do programa Bolsa Permanência. Nas

² Resolução 09/2006 do Conselho Universitário da UFT, que trata da instituição do Programa Bolsa Permanência. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/conselho/consuni>>. Acesso em 03 set. 2009.

considerações finais, o intuito foi fazer algumas considerações propositivas com o objetivo de sinalizar um conjunto de ações para a efetiva consolidação da Assistência Estudantil na UFT.

PROPOSTA METODOLÓGICA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DE PROGRAMAS SOCIAIS

No Brasil, a temática sobre avaliação de políticas sociais intensificou seus estudos no fim da década de 80 e início dos anos 90. Foi aprofundada no contexto da reforma do Estado e direcionada a uma agenda Neoliberal. A literatura sobre a temática ainda era reduzida, e um dos primeiros a abordar as metodologias clássicas de avaliação foi Holanda (2006), que apresenta de forma didática os conceitos, fundamentos e metodologias práticas de avaliação *ex post*.

Segundo Rodrigues (2008), a exigência das agências financeiras internacionais, que passaram a cobrar, como critério de financiamento, o monitoramento e a avaliação dos projetos por eles financiados, gerou uma relevância ao tema no Brasil. Contudo, sobressaíram-se nesse contexto uma abordagem gerencialista e uma concepção instrumental da avaliação.

Ainda de acordo com Rodrigues (2008), os limites colocados pelo tipo de avaliação executada pelos órgãos financeiros internacionais diz respeito à redução do conhecimento à análise de dados coletados em formatos padronizados, limitando a avaliação à percepção dos resultados frente aos objetivos formulados. Nesse tipo de abordagem, há pouco espaço para a crítica à política avaliada desde sua formulação e ainda menos aos princípios que esta está alicerçada.

Tradicionalmente, do ponto de vista teórico metodológico, os pesquisadores da área de avaliação de políticas públicas direcionaram-se para uma análise de tomada de decisão ou resultados, no entanto, ao longo do

processo de sedimentação de estudos na área, novas abordagens passaram a dar ênfase na análise do conteúdo (social, econômico, político e cultural) e da análise organizacional (estrutura de funcionamento, dinâmica, relações de poder, interesses e valores) das instituições envolvidas na elaboração e implementação de políticas públicas. (RODRIGUES, 2008).

Neste sentido, este trabalho apresenta a metodologia de avaliação em profundidade de acordo com Rodrigues (2008) e Lejano (2006). Esta constitui uma proposta de análise aprofundada das dimensões longitudinal (extensão do cumprimento), bem como no sentido latitudinal (extensão da largura). Apresenta-se como cética aos modelos de análise focados nos instrumentos de coleta de dados e aos modelos universais aplicados em contextos particulares, desconsiderando as especificidades da situação local.

Lejano (2006) afirma ser importante, na análise de uma determinada política, considerar o contexto da situação em que esta se insere. O autor observa que esse novo modo de avaliação de políticas requer reflexão e engajamento no problema da política. Distinguindo-se, assim, do modelo clássico, que é analisado cartesianamente, separando o objeto do contexto real em que o mesmo se insere. Para Lejano, o objetivo do novo modelo propõe:

- descrever a situação política, olhando seus diferentes aspectos, perspectivas e dimensões. O que requer do pesquisador o acesso a diferentes formas de conhecimento;
- Integrar e reunir as diferentes informações de forma coerente com a política avaliada;
- Criar oportunidade para conhecer a política, por envolver os atores do processo por meio de fóruns e reuniões com a comunidade e demais envolvidos na política;

- prescrever ações políticas que simulem a complexidade e o contexto da situação política. Isso requer a consideração de múltiplas estratégias, políticas híbridas, soluções locais e práticas inovadoras. (LEJANO, 2006, p.183)

Esse modelo de avaliação fornece uma análise como uma lente poderosa e considera a formulação da política nas suas reais condições, respeitando as circunstâncias particulares do contexto político (LEJANO, 2006, p. 196). Para o autor, os passos básicos a serem usados na análise das políticas são: buscar diferentes aspectos, perspectivas e dimensões do problema da política; integrar os diferentes tipos de informações fazendo uma descrição do problema e fazer recomendações para a política – propor ações.

Na condição de integrante do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas (NUMAPP), ligado ao Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da UFC, empenhei, por meio dessa pesquisa, a desenvolver a avaliação do programa Bolsa Permanência num caráter multidisciplinar, considerando o contexto social, cultural, político e econômico da região em que o programa é executado. Compreendo que trata-se de um desafio, haja vista ser uma metodologia inovadora que integra as perspectivas quantitativas e qualitativas de análise superando os métodos tradicionais.

Neste sentido, a pesquisa abrangeu a perspectiva quantitativa mediante aplicação de questionários com perguntas semi-estruturadas aos beneficiários do programa Bolsa Permanência, com o objetivo de conhecer sua realidade social e, assim, realizar o levantamento do seu perfil sócio econômico. Foram aplicados questionários semi-estruturados entre alunos que foram bolsistas pelo menos por um ano, no período entre os anos de 2007 e 2008.

Os dados quantitativos revelaram percentuais e estatísticas sobre o perfil do bolsista participante da pesquisa, no entanto, apenas esses dados não apresentam, de maneira aprofundada, a realidade social deste sujeito. Com o objetivo de aprofundamento da realidade do bolsista, bem como levantar dados sobre as implicações que o programa Bolsa Permanência teve na sua vida, referentes às condições de permanência, sócioeconômicas, desempenho acadêmico, moradia, trabalho, inclusão digital, assistência a saúde, cultura, esporte e alimentação, foram realizadas entrevistas abertas (em profundidade) com uma amostra estratificada de alunos bolsistas; a abordagem recaindo sobre o período em que usufruíram do programa e o impacto deste nas suas condições de vida. Para a realização dessas entrevistas, foram selecionados dez bolsistas, de forma aleatória, dentre os respondentes dos questionários.

Realizou-se também uma pesquisa documental, por meio de análise de documentos institucionais, projetos, atas, relatórios, ofícios e outros documentos relativos ao programa Bolsa Permanência no âmbito da UFT. O objetivo da pesquisa documental foi recompor o percurso institucional do programa: como ele foi concebido e sua trajetória dentro da instituição. Ainda com esse objetivo, realizamos entrevistas com gestores e técnicos envolvidos na implementação do programa na universidade. Esta reconstituição do percurso do programa foi importante instrumento para compreender a concepção de Assistência Estudantil intrínseca nos gestores e técnicos envolvidos na implementação do programa Bolsa Permanência da UFT como será apresentado no tópico a seguir.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UFT

A assistência estudantil na universidade foi discutida desde a implantação da Pró - Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX, em 2003. O organograma da PROEX contemplava uma Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) que foi ativada em outubro de 2003. No entanto, constatou-se, na pesquisa documental, que a UFT ainda não estava preparada para receber os alunos oriundos das classes menos favorecidas. Recursos financeiros não eram destinados à assistência; em 2004 e 2005, a universidade participava de programas sociais do governo federal como o Brasil Alfabetizado e o Fome Zero que destinavam bolsas aos estudantes participantes.

O Relatório de Gestão 2004-2008 (UFT, 2009) apresenta a participação nesses programas sociais como uma ação de compromisso social da universidade, o documento acrescenta:

A primeira ação de extensão na UFT, no âmbito de projetos sociais, foi a participação no Programa Fome Zero do governo federal, promovendo a formação de Agentes de segurança alimentar -133 representantes de prefeitura e 96 da sociedade civil para atuar em 135 municípios do estado, com o envolvimento de 20 professores, 28 monitores e 13 servidores. (UFT, 2009, p. 64)

Ao eleger o “Programa Brasil Alfabetizado” como seu principal foco de atuação nos anos de 2004 e 2005 a UFT promoveu a inclusão social, minimizando os índices de analfabetismo do Estado. (UFT, 2009, p. 65)

Embora citados nos documentos oficiais da UFT como ação de assistência estudantil, os programas sociais financiados pelo governo federal constituíam ações de extensão universitária e não visavam à permanência do aluno na instituição. Contudo, como revelado nas entrevistas, devido à falta de recursos para a assistência

estudantil, esses programas eram usados para financiar bolsas para os alunos, não necessariamente alunos com baixo poder aquisitivo, mas aqueles interessados em participar dos referidos programas.

Ainda em 2004, havia uma demanda crescente por recursos humanos para prestar serviços administrativos na UFT. Naquela ocasião, a universidade passava por um período de transição e esperava os códigos de vaga serem liberados pelo MEC para realização de concursos para seu quadro técnico-administrativo que se mostrava deficiente (SOUZA, 2006). Nesse ínterim, a UFT passou a contratar estagiários para suprir essa demanda. Visando a regularizar essa situação, a Reitoria por meio da Resolução 010/2004³, instituiu o Programa de Bolsa de Estágio Remunerado. Este programa não fazia parte da política de assistência estudantil da UFT, pois os bolsistas não eram selecionados por critérios sócioeconômicos, mas por critérios de desempenho e currículo.

Em 2006, com a nova legislação sobre o estágio, que preconizava o percentual de estagiários em relação ao número de profissionais, constatou-se que, no período que antecedeu a entrada do maior número de técnicos- administrativos na UFT, o número de estagiários na instituição superava o percentual definido pela legislação. Assim, iniciaram as discussões sobre a criação de um novo programa de bolsas, com enfoque na assistência aos alunos carentes, e com carga horária menor (o programa bolsa estágio tinha carga horária de 8 horas).

O retrospecto às raízes da implementação do programa Bolsa Permanência na UFT revelou as nuances sobre a concepção de Assistência Estudantil da instituição. As discussões acaloradas nos conselhos da universidade, conforme relatado por técnicos e gestores entrevistados,

³ Disponível em <www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,0/.../gid,5>. Acesso em 17 abril 2010.

demonstra uma preocupação da gestão sobre o caos que se estabeleceria se os setores administrativos ficassem descobertos, eles não estavam preocupados com a questão da assistência estudantil para os alunos que precisavam desse auxílio.

Um importante avanço na direção da consolidação da Assistência na UFT foi em 2008 com a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Ainda em 2008, foi aprovado pela Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007⁴, o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que previa recursos específicos para a assistência estudantil nas IFES.

A UFT aderiu ao PNAES apresentando à Secretaria de Ensino Superior do MEC – SESU o projeto “Plano de Assistência Estudantil da UFT: permanência através da Integração dos Saberes”. O projeto previa ações de incentivo à aprendizagem e à permanência, utilizando como instrumentos a prática de atividades esportivas, acesso à leitura e ampliação do atendimento aos alunos de graduação carentes. No entanto, houve uma crítica apreendida nas entrevistas com técnicos da área do Serviço Social referente ao Plano de Assistência da UFT. Estes observaram que os recursos do plano poderiam ser utilizados de forma eficaz em ações mais específicas de assistência estudantil como auxílio-transporte, auxílio-reprografia, ou complemento na alimentação dos estudantes carentes.

Segundo as entrevistas com gestores da área, no primeiro projeto, o PNAES não contemplava recursos para bolsas estudantis, assim, a UFT financiou as bolsas do programa Bolsa Permanência, em 2008, com recursos próprios, beneficiando 90 bolsistas. Em 2009, houve um

⁴ Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf Acesso em 18 abril 2010.

salto nos recursos do PNAES e uma mudança no uso das rubricas, podendo os recursos serem utilizados em programa de bolsas. De tal modo, o programa Bolsa Permanência foi reformulado com o objetivo de atender a um maior número de alunos (500 alunos). Nesse novo formato, os professores e técnicos-administrativos interessados em contratar estagiários para seus respectivos setores ou projetos de pesquisa, extensão ou cultura deveriam enviar uma proposta de projeto com os moldes delineados no edital. As propostas selecionadas contemplariam os alunos que, na seleção para o programa, definiam em que modalidade pretendiam desenvolver as atividades.

Embora esse aumento de número de bolsas destinadas ao programa Bolsa Permanência pareça ser um indicador de eficácia, outras ações de assistência estudantil não foram implementadas e o programa seguiu como o carro-chefe da Assistência Estudantil na instituição. A política de assistência da universidade segue priorizando a oferta de bolsas em detrimento a outras prioridades importantes, previstas na Política Nacional de Assistência Estudantil, como o esporte, cultura, alimentação, saúde e moradia.

Percebe-se ainda, por meio das entrevistas com os técnicos e gestores, que estes demonstram ter consciência da importância da assistência estudantil na universidade, embora o estudo aponte que a política de assistência ainda se encontra desarticulada e com alguns gargalos administrativos. Um técnico entrevistado envolvido na formulação do programa afirmou que um dos maiores desafios envolvidos era a dificuldade de criar mecanismos de seleção democráticos, “pois o clientelismo acabava existindo”. Embora progressos sejam reconhecidos, os entrevistados reconhecem que existe muito ainda a avançar. Problemas como desarticulação dos técnicos que trabalham em projetos isolados dentro da universidade, concentração

de recursos em uma linha apenas - como no caso das bolsas-, bem como a falta de esclarecimentos sobre a finalidade dos programas são apenas alguns pontos citados nas entrevistas como entraves para a execução dos programas.

De acordo com Rodrigues (2008), a realização da trajetória institucional de um programa constitui um momento privilegiado da avaliação deste, no sentido de que essa reconstrução da trajetória fornece subsídios para a compreensão de como as idéias e concepções que estão presentes na criação do programa vão se modificando conforme descem na hierarquia da instituição. A autora afirma:

Por meio desta dimensão analítica, procura-se apreender a configuração temporal e territorial do percurso da política estudada de forma a confrontar as propostas/objetivos gerais da política com as especificidades locais e sua historicidade. (RODRIGUES, 2008, p. 6)

Deste modo, após a análise dos dados, contatou-se que o maior gargalo do programa, como apresentado nas entrevistas, é o desconhecimento, por parte da comunidade acadêmica em geral: professores, técnicos-administrativos e mesmo os alunos, da concepção de assistência estudantil como direito tal qual apresentado por ALVES (2002). O que se percebe pelas falas dos entrevistados é que a temática Assistência Estudantil ainda é pouco discutida na instituição e mesmo os beneficiários dessa política – os alunos - desconhecem seus direitos. No tópico a seguir, reproduzimos alguns fragmentos do resultado da pesquisa de campo realizada com os bolsistas do programa Bolsa Permanência, por meio do qual se apreendeu suas percepções e representações sociais referentes ao programa e à política de assistência estudantil na UFT.

PERCEPÇÕES DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

No sentido de apreender a realidade dos alunos bolsistas do programa Bolsa Permanência dos anos de 2007 e 2008, buscou-se construir o seu perfil e analisar as questões pertinentes à assistência estudantil desses estudantes. A aplicação de questionários com questões fechadas e abertas possibilitou traçar esse perfil. Com os questionários, colhemos os dados quantitativos da pesquisa, mas foi na realização das entrevistas frente a frente com alguns bolsistas que se revelaram nuances e particularidades sobre a realidade social destes.

Dos dados analisados, tem-se que o perfil do estudante que foi bolsista nos anos de 2007 e 2008 é de jovens com idade entre 19 e 24 anos, solteiros, não moram com a família, e cuidam do seu próprio sustento. Sobre a renda econômica da família, a tabela abaixo mostra que são na maioria de baixa renda.

Tabela 1 - Distribuição dos bolsistas segundo a renda bruta familiar (Em Salários Mínimos) - SM.

Renda	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Até 1 SM	4	16%
Acima de 1 até 3 SM	16	64%
Acima de 3 até 5 SM	5	20%
Acima de 6 até 10 SM	0	0%
Entre 10 e 20 SM	0	0%
Acima de 20 SM	0	0%

Total	25	100%
-------	----	------

Fonte: primária

Verifica-se que, na maioria (88%) das famílias, a renda é de um a três salários mínimos, sendo que desse percentual 27% possuem renda de até um salário mínimo, o que torna a condição destes mais vulneráveis financeiramente.

Outro dado que pesa na situação econômica dos bolsistas é o fato de que 68% dos alunos moram em imóveis alugados; e na capital, Palmas, onde os bolsistas foram unânimes em dizer que o custo de vida é alto, alugar um imóvel é, na concepção deles, o maior gasto para permanecerem na cidade. Verificou-se, ainda, que 33% dos bolsistas são provenientes do interior do estado do Tocantins, onde as condições de vida são apresentadas por eles como mais acessíveis. O fato de se deslocar da sua cidade de origem e estabelecer moradia em Palmas onera o orçamento da família do bolsista que, na maioria das vezes, não tem condição de mandar dinheiro para ele se manter em Palmas. Segue um fragmento de uma das entrevistas:

Ela é uma bolsa permanência que ela vem complementar o orçamento. Porque um acadêmico hoje morando em Palmas, porque a gente conhece Palmas, com o custo que é, eu acho impossível a pessoa dizer: eu sobrevivo em Palmas com a bolsa da universidade. Porque só a bolsa realmente não dá, não dá para você sobreviver, basicamente se você pagar transporte, pagar alimentação, pagar roupa, aí não dá, então de certa forma ela vem para complementar um orçamento que você tem ou tem que arrumar dinheiro de qualquer forma, senão não dá pra sobreviver. [Luiz]

Assim, percebe-se que a questão da moradia é um aspecto muito crítico para os alunos com baixo poder aquisitivo, os bolsistas revelaram dificuldades em se manter na capital com o valor da bolsa. Durante as entrevistas, essa

situação levou alguns bolsistas a sugerir que a UFT faça um levantamento do custo de vida das cidades onde tem *campus* para adequar o valor da bolsa à realidade local. Também a construção de uma casa de estudantes apenas para alunos da UFT foi algo citado nas entrevistas como importante para suprir essa área de moradia.

Os bolsistas citaram também a questão do transporte. Em entrevista, colocaram o aluguel e o transporte como a prioridade no uso do recurso que recebem como bolsistas. Os dados quantitativos reforçam esses depoimentos: 92% vão ao *campus* da universidade de transporte coletivo urbano. Embora exista um convênio com a empresa de transporte e sejam disponibilizados ônibus de um ponto da cidade até o *campus*, os bolsistas que moram longe desse ponto alegaram ter um elevado gasto com transporte coletivo.

Ainda constatou-se que um percentual considerável de bolsistas (34%) frequenta curso de turno integral, e precisa ficar na universidade o dia inteiro, cumprindo sua carga horária de 20 horas como bolsista e cursando as disciplinas do curso. Estes apontam a bolsa como a única oportunidade que têm de obter algum tipo de renda, visto que o horário do seu curso não permite que ele tenha um emprego. Segue um fragmento da entrevista de uma bolsista:

Eu sempre tenho que conciliar os horários no meu setor. Às vezes tenho que compensar os horários, e não tenho tempo de estudar. Sempre tem trabalhos para fazer e eu não posso fazer durante o expediente. Mas eu não posso deixar a bolsa porque dependo dela para continuar no curso. (Guilherme)

Os bolsistas que estudam em tempo integral alegaram ainda a falta de um espaço no *campus* para eles descansarem entre um turno e outro de aulas, visto que precisam permanecer na universidade o dia todo para

cumprir carga horária, eles se queixam da falta de um lugar de convivência para descanso e banheiros com instalações de chuveiros.

Sobre em que tipo de estabelecimentos os bolsistas concluíram o ensino médio, foi surpreendente verificar que 96% dos bolsistas da amostra estudaram toda ou maior parte do ensino médio em escola pública. Esse dado vem confirmar que estes são provenientes de famílias menos abastadas. Com relação aos cursos que os bolsistas frequentam, 24% estão nas licenciaturas, 32% nas engenharias, e 44% nas demais áreas, como apresentado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição dos bolsistas entrevistados de acordo com o curso.

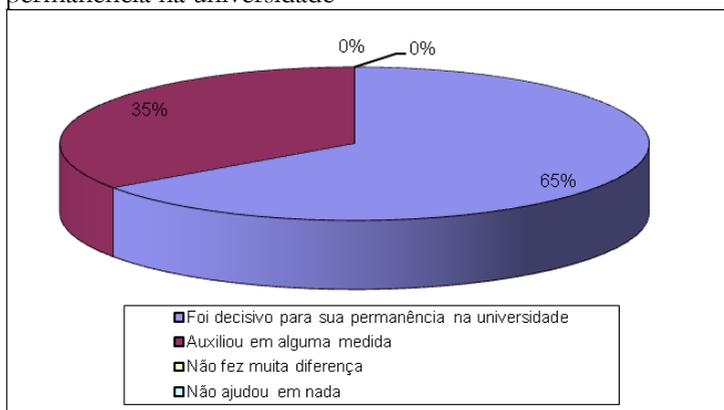
Estado	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Biologia	1	4%
Engenharia Civil	2	8%
Economia	4	16%
Pedagogia	4	16%
Comunicação Social	4	16%
Engenharia de Alimentos	4	16%
Filosofia	1	4%
Direito	2	8%
Engenharia Ambiental	2	8%
Nutrição	1	4%
Total		100%

Fonte: primária

A predominância dos alunos dos cursos de engenharia fora surpreendente, haja vista que, em muitas universidades públicas, estes sejam elitizado, na UFT, como verificado, eles são freqüentados por alunos de baixo poder aquisitivo.

A partir dos relatos advindos das entrevistas realizadas com dez alunos bolsistas, dentre os 26 que responderam aos questionários, percebeu-se que o programa teve uma importância relevante na permanência do aluno na universidade. Embora sejam unânimes em considerar o valor da bolsa baixo frente ao elevado custo de vida da cidade de Palmas, relataram que, sem esse auxílio, a continuidade dos seus estudos e da própria estadia na cidade ficaria comprometida como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Grau de importância do programa Bolsa Permanência para os bolsistas no que diz respeito a sua permanência na universidade



Fonte: primária

Observa-se que 65% consideram que o auxílio foi decisivo na sua permanência na universidade e 35% disseram que auxiliou em alguma medida, destacando-se que nenhum bolsista considerou que a bolsa não tenha

ajudado de alguma forma na sua permanência. Nos depoimentos, alguns chegaram a afirmar que, se não fosse o benefício da bolsa logo no início do curso, eles teriam voltado à sua cidade de origem.

Constatou-se que a ajuda financeira da bolsa é crucial logo que o estudante de baixo poder aquisitivo ingressa no curso, pois, nessa fase, ele está se instalando na cidade e precisa de aporte financeiro para tal. Essa informação poderia ser usada pelos gestores de programas de assistência estudantil da UFT, de forma que sejam elaboradas políticas específicas para a permanência desse aluno que necessita de assistência logo que ingressa na universidade. Nesse sentido, o primeiro passo seria mapear em que cursos se encontram esses alunos, para fazer um levantamento das suas necessidades imediatas e encaminhá-los ao atendimento.

Ainda nas entrevistas com esses bolsistas, os alunos manifestaram seus anseios quanto ao que o programa deveria ser aprimorado, como a questão da carga horária de atividades prestadas. Para os alunos dos cursos de tempo integral, dedicar quatro horas diárias de trabalho em época de provas chega a ser um desafio para sua vida acadêmica. Outro questionamento levantado pelos bolsistas foi o valor da bolsa, considerando o fator custo de vida elevado da cidade de Palmas, os bolsistas alegam que, para quem paga aluguel, o valor da bolsa é insuficiente. E mesmo os que não moram em imóveis alugados, consideram que o valor da bolsa não supre as necessidades de alimentação, transporte, xérox, etc.

Os bolsistas revelam também descontentamento com a falta de um restaurante universitário no *campus* de Palmas. A alimentação foi apontada nos questionários como o item mais indicado como necessário na universidade, sendo que 32% dos bolsistas consideraram que a alimentação deveria ser contemplada como uma ação

de assistência estudantil na UFT. Abaixo alguns depoimentos colhidos sobre esse aspecto:

Realmente nos não temos restaurante universitário, nos temos que sair do campus para ir para o restaurante comunitário. Lógico, a comida não é lá essas coisas, faz falta, eu acho que hoje um restaurante universitário dentro do campus é fundamental. (Ruy)

Um restaurante universitário seria muito bom pra gente porque os que não são do bolsa permanência pelo menos vai ter o restaurante aqui dentro para se alimentar, acho que até uma alimentação melhor, porque o do comunitário não é uma alimentação boa, lá não é muito bom para uma pessoa está comendo todo dia. Falam que é balanceado e tal, mas tem dias que a comida ta horrível. (Jaime)

Apesar de os gestores da instituição afirmarem em entrevista que os restaurantes universitários seriam construídos a partir de 2011, e as obras realmente estejam em andamento, outras ações nesse sentido como auxílio-alimentação ou vale-refeição seriam importantes para atender a essa demanda imediata dos alunos que não têm recursos para se alimentar.

Também foi apontada nas entrevistas com os bolsistas a necessidade de articulação do programa Bolsa Permanência com outras ações de assistência estudantil na UFT:

Talvez se a bolsa permanência fosse articulada com outro programa da universidade que a universidade criar que venha realmente contribuir com a assistência estudantil então poderia esta dando mais oportunidade pros alunos para não desistir, muitos passam por muitas dificuldades, que talvez a universidade procurando essas assistências estudantis que hoje existe no Brasil inteiro em todas as universidades complementando outras talvez ajudaria e contribuiria muito com a vida de vários acadêmicos da universidade. (Luiz)

Os bolsistas entendem que se houvessem outros programas articulados como restaurantes universitários, casa de estudante, auxílio- transporte, auxílio-xérox, atendimento à saúde, programas culturais, e outros que contemplassem as necessidades básicas dos alunos, o programa Bolsa Permanência poderia atender a contento os beneficiários, visto que os recursos da bolsa não seriam destinados a esses itens citados acima.

A respeito das atividades administrativas desenvolvidas pelos bolsistas, de acordo com os questionários, estas se classificam em secretariado, atendente, telefonista e serviços administrativos em geral. Apenas um bolsista declarou fazer a manutenção de um *site* e outro afirma que auxilia um professor em pesquisa. Mesmo que as atividades administrativas não estejam relacionadas ao curso que o bolsista frequenta, foi interessante constatar que todos (100%) consideravam satisfatórias estas atividades.

Constatou-se, ainda, nas entrevistas que o programa propiciou a inserção desse aluno nos diversos setores da instituição, promovendo sua sociabilidade com incremento das relações sociais, as quais vieram a contribuir também para sua permanência na UFT. Os bolsistas falaram do aprendizado que tiveram enquanto bolsistas, no que diz respeito ao acesso a informações, a conhecerem melhor a universidade, permitindo conhecer processos e trâmites acadêmicos que de outra forma não teriam conhecimento. Outro bolsista relatou inclusive o fato de que ser bolsista na biblioteca o achegou à leitura e à busca do conhecimento.

Quando questionados nas entrevistas sobre que aspectos do programa achavam que precisava melhorar, alguns bolsistas não quiseram responder, talvez com receio de se comprometer, mas, em geral, as respostas apontaram para o valor da bolsa, a duração do programa, e a importância de outros benefícios que complementem a

bolsa. A questão dos bolsistas acharem o valor da bolsa insuficiente soa coerente com o perfil sócioeconômico deles revelado na pesquisa. Provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo, e sem poder contar com a ajuda dessas para sua manutenção na universidade, esses bolsistas precisam viver com um orçamento apertado, tendo em vista as elevadas despesas com moradia e aluguel na capital.

Sobre o tempo de permanência no programa, que são dois anos, alguns bolsistas consideram insuficientes e gostariam de que esse tempo se prolongasse até o final do curso. Mas segundo fora argumentado por um dos gestores do programa, o auxílio da bolsa é para os primeiros semestres do aluno no seu curso, para que ele se organize e possa entrar posteriormente em outros programas de bolsas, como de iniciação científica, monitoria, etc. Nesse caso, seria necessário que os gestores realizassem um acompanhamento dos bolsistas, estudando critérios de porta de saída do programa.

Nos questionários, perguntamos, ainda, em quais aspectos da assistência estudantil a UFT precisa melhorar e a tabela a seguir ajuda a visualizar as respostas.

Tabela 3 - Aspectos da assistência estudantil que precisam melhorar na UFT. Palmas – To, 2010.

Aspectos da assistência estudantil a melhorar na UFT	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Assistência à saúde	4	8%
Alimentação (Restaurantes Universitários – RU)	16	32%
Trabalho (estágio para bolsistas)	8	16%
Cultura	8	16%
Recursos para livros e Xerox	6	12%
Esporte	7	14%

Inclusão digital	1	2%
Total	50	100%

Fonte: primária

Assim, além da alimentação (32%), outras necessidades foram expressivamente consideradas pelos alunos como importantes : cultura e trabalho. Quanto ao primeiro item, os bolsistas se queixam da falta de programas culturais na universidade gratuitos ou com preço acessível, haja vista que, na maioria das vezes, não possuem recursos para eventos culturais externos. Quanto ao trabalho (estágio), os bolsistas consideram que mesmo as mais de 500 bolsas ofertadas pelo programa Bolsa Permanência não contemplam todos os que dela precisam para sua permanência na instituição.

Portanto, infere-se dos dados coletados na pesquisa que o programa Bolsa Permanência tem um significado importante para os seus usuários, porém estes consideram que outras ações devem ser articuladas com o programa para contribuir efetivamente com a permanência do aluno na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o objetivo da proposta avaliativa foi alcançado. Retomando o percurso que tomamos na pesquisa realizada, com base em Lejano (2006) e Rodrigues (2008), procuramos conhecer o contexto regional em que se insere a UFT, pois compreendemos que a realidade do Tocantins difere dos demais da federação, visto se tratar de um estado novo da região Norte do Brasil, com elevado índice de pobreza, analfabetismo e que possui apenas uma universidade pública. Conhecer a fundo essa realidade sócioeconômica do Estado permitiu ir além dos números

que gráficos poderiam gerar sobre o perfil dos bolsistas, pois o aprofundamento sobre o contexto regional revelou particularidades regionais que pesam sobre a realidade de vida dos bolsistas.

Na qualidade de pesquisadora, acredito que o maior desafio foi realizar o percurso institucional do programa na UFT. A tentativa de reconstruir o histórico do programa não foi fácil, considerando que tive dificuldades em encontrar documentos institucionais da época em que o programa começou a ser institucionalizado na UFT. A realização das entrevistas com os técnicos e gestores foi a oportunidade que tive de compreender a percepção que cada um tinha do programa, bem como a concepção de assistência estudantil que estes tinham. O confronto dos dados das referidas entrevistas possibilitou-me fazer um quadro de como o programa se insere na UFT e a que interesses este atende.

Os dados coletados nos questionários (quantitativos) foram contrapostos com as entrevistas (qualitativas) e foi possível visualizar com mais exatidão o impacto do programa Bolsa Permanência na vida dos bolsistas da amostra. Nas entrevistas, os bolsistas se expressaram de forma mais aberta, falaram dos seus anseios, das suas angústias, e das suas necessidades. Essa imersão na realidade de vida do bolsista contribuiu com subsídios importantes que revelaram a real percepção que este tem do programa, e da política de assistência estudantil na UFT.

Diante do exposto, considerando a realidade política e socioeconômica do estado do Tocantins, conclui-se que a UFT tem um papel social relevante em promover a inclusão das pessoas de classes menos favorecidas no seu quadro de alunos, não apenas pelo acesso por meio da política de cotas ou pela entrada através do ENEM, mas criando políticas efetivas de permanência que possam contribuir para o sucesso do ingresso. Nesse sentido,

avaliamos que o programa Bolsa Permanência tem contribuído em parte para a permanência dos alunos da instituição, embora deixe a desejar em alguns aspectos.

Ainda com base nos documentos institucionais e nas entrevistas com os professores-gestores que trabalharam no programa, a pesquisa aponta as dificuldades encontradas na gestão do programa Bolsa permanência e nas demais ações de assistência estudantil da UFT, dentre elas a realização da seleção com critérios sócioeconômicos; a falta de articulação entre os setores da instituição para o monitoramento do programa; a ausência de recursos humanos para trabalhar a assistência estudantil na universidade; o uso concentrado de recursos em distribuição de bolsas em detrimento de outras ações de assistência; a inexistência de um acompanhamento social ao aluno com baixo poder aquisitivo que ingressa na instituição; e uma concepção de assistência estudantil com visão assistencialista.

Importante ressaltar que a assistência estudantil não é constituída apenas de programas de bolsas, mas envolve todos os elementos que propiciam condições favoráveis à permanência do estudante com baixo poder aquisitivo na universidade. Neste sentido, a pesquisa revelou, por meio das entrevistas com gestores e técnicos, que a universidade ainda tem uma concepção restrita de assistência estudantil no momento em que se qualifica o programa Bolsa Permanência como a maior expressão dessa política na universidade, em detrimento de outras ações que deveriam se articular com o programa de bolsas.

Sobre os desafios para a consolidação da política de assistência estudantil na UFT, foi explicitado que outro problema é mudar a concepção assistencialista e paternalista de assistência estudantil ainda predominante na UFT. Também realizar avaliação e monitoramento do programa Bolsa Permanência constitui um importante

desafio a ser enfrentado, segundo os gestores e técnicos entrevistados.

Outros aspectos precisam ser melhorados para que a política de assistência estudantil da UFT seja consolidada, como a implementação de restaurantes universitários em todos os *campi*, a disponibilização da Casa do Estudante para alunos da UFT com poucas condições financeiras, existência de auxílio-transporte, de atendimento à saúde e pedagógico, possibilidade de acesso a eventos culturais, promoção do esporte, e auxílio na aquisição de livros ou xérox.

As considerações ora propostas não visam a esgotar o assunto, mas provocar debates e propor novos horizontes para a Assistência Estudantil na UFT para além de um programa de bolsas: mas para uma política efetiva que assegure a permanência do aluno com baixo poder aquisitivo no Ensino Superior.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. Serviço Social em Revista. v. 5, n. 1. jul./dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>>. Acesso em 03 out. 2010.

HOLANDA. Nilson. Cap. III. O que é avaliação. In: ____. Avaliação de programas, conceitos básicos sobre a avaliação “ex post” de programas e projetos. São Paulo; Fortaleza: ABC, 2006.

LEJANO, Raul. *Fraweworks for Policy Analises. Maging Text and Context*. New York: Routledge, 2006.

MELLO, S. da R. C. J. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad,

Eficacia y Cambio en Educación 2007, Vol. 5, No. 2e.
Disponível em
<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=55150207&iCveNum=6678#>>

PORTES, E. A. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006.

RODRIGUES, Lea C. Por uma análise em profundidade de políticas públicas sociais. Aval, v. 1, n.1, jan./jun. 2008.

SOUZA, Aparecida Raquel. Da Unitins à UFT: Modelos e práticas gestórias na educação superior no Tocantins no limiar do século XXI. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós- graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SPOSATI, Adailza. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007. Disponível em <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>. Acesso em 05 out. 2009.

SPOSATI, Adailza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DELA ADMINISTRATION PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. Anais. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Gestão 2004-2008 da Universidade federal do Tocantins, 2009. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_documento/Itemid,69/task,doc_details/gid,2887/>. Acesso em 12 set. 2010.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação. v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2009.

CAPÍTULO 10

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE MELHORAMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Daniel de Freitas Nunes
Tainã Fernandes Doro

O presente artigo concebe o processo de avaliação institucional tal qual Dias Sobrinho (2003), ou seja, como importante instrumento acadêmico e de gestão que não se reduz apenas a mera prestação de contas ou controle, mas também como instrumento de construção e revisão dos processos de melhoria da qualidade de ensino. Dessa forma, partimos do que postula Oliveira *et al* (2006) de que os diferentes mecanismos de avaliação imprimem mudanças substanciais no meio acadêmico, no trabalho docente, e na gestão das instituições. Deste modo, este artigo propõe analisar a avaliação institucional na Universidade Federal do Tocantins (UFT) como instrumento de melhoramento das políticas de assistência estudantil da instituição.

ACESSO DEMOCRÁTICO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O acesso democrático às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem sido algo debatido exaustivamente na última década, estudos como o de

Pacheco & Ristoff (2004), Zago (2006), Gisi (2006), Finatti *et al* (2006) e Marcon (2008) debatem, a partir de diferentes perspectivas, a questão do acesso e da permanência no ensino superior. Finatti *et al* (2006) pontua que a democratização do acesso não pode se pautar apenas no acesso à educação superior gratuita; concomitante ao acesso, faz-se necessário criar políticas que garantam a permanência dos estudantes oriundos de setores sociais desfavorecidos. Pacheco & Ristoff (2004) evidenciam disparidades no acesso e permanência e apontam o aumento de vagas aliado a programas de atenção a estudantes, como moradia, restaurantes universitários e bolsas de auxílio estudantil como ferramentas de atenuação dessas desigualdades. Ainda segundo Pacheco e Ristoff (2004), ao contrário do que o senso comum nos leva a pensar, as universidades não são mais redutos das elites econômicas, de acordo com os mesmos estudos, 25 % dos potenciais estudantes universitários do país são tão carentes que não têm sequer condição de se manter no ensino superior mesmo se ele for gratuito.

Trazendo essa discussão para o contexto socioeconômico em que a UFT está inserida, a questão da assistência estudantil merece ainda mais atenção. Segundo estimativas da própria universidade, seu público discente de estudantes oriundos de setores sociais menos favorecidos (classes C, D e E) chega a aproximadamente 60% (CPA-UFT, 2010). De acordo com pesquisa recente do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), enquanto a média nacional de estudantes desses setores sociais nas IFES chega a aproximadamente 43%, na UFT esse número chega a ultrapassar os 70 %. Estudos como o de Adachi (2009) apontam que estudantes de capital econômico e cultural mais baixo geralmente se alocam em cursos menos concorridos e de menor prestígio social. Olhando sob essa ótica para a UFT, pode-se pensar o porquê de tão elevado

número de estudantes de classes populares. Ao analisar os dados da concorrência dos últimos quatro vestibulares, ocorridos entre 2009 e 2010, observa-se que os cursos de menor prestígio social, como as licenciaturas, oferecem uma concorrência muito baixa como podemos observar no gráfico abaixo:

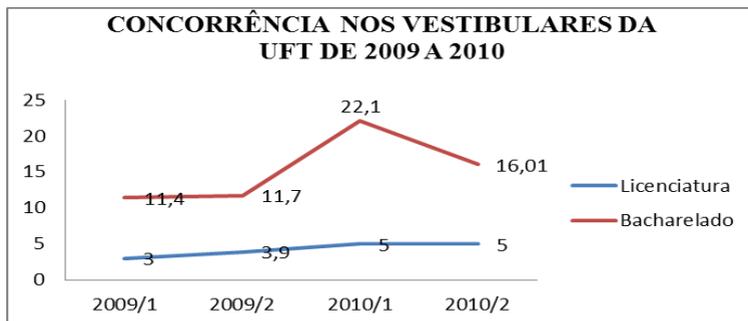


Figura 1 - Comparação da Concorrência nos vestibulares da UFT entre licenciatura e bacharelado

Fonte: COPESE-UFT

Pode-se identificar, a partir do gráfico, que os cursos de licenciatura oferecem em média uma concorrência muito baixa em relação aos cursos de bacharelado, isso sem levar em consideração a evasão nas provas do vestibular, logo se presume que o acesso a esses cursos seja mais fácil. Ainda analisando os dados da concorrência desses vestibulares, chega-se à conclusão de que embora os cursos de licenciatura tenham ofertado cerca de 45% das vagas, o percentual de candidatos a esses cursos chega a apenas 15 % do total de concorrentes. Diante do alto índice estatístico de estudantes oriundos de setores sociais desfavorecidos na UFT, a assistência estudantil torna-se uma questão premente.

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E DEMANDA POR ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFT

Nos últimos anos, estudos como os de Neri *et al* (2008) e (2010) indicam que houve significativa redução da miséria e aumento da renda principalmente nos extratos C, D e E da população. A comprovação estatística de que a renda tem aumentando e a miséria diminuído tem sido acompanhada por um discurso oficial e midiático de otimismo. Dessa forma, diante desse otimismo, muito propagado também no estado do Tocantins, faz-se fundamental entender o contexto socioeconômico em que a UFT está inserida. Sendo assim, para tentar entender a origem social dos alunos que ingressam na UFT, foi feita uma análise das respostas dos questionários socioeconômicos dos proponentes ao vestibular da UFT em 2007. Tal escolha não foi feita de forma aleatória, a data se justifica pelo fato de preceder à criação do PNAES e sua posterior aplicação na UFT. Como já citado anteriormente, estudos indicam que estudantes de classes sociais desfavorecidas procuram em geral cursos de menor prestígio social. Dessa forma, priorizamos analisar dados referentes aos proponentes aos cursos de licenciatura, cursos pouco prestigiados socialmente e que em geral oferecem baixa concorrência no vestibular da UFT.

Para otimizar a análise dos dados, foram analisadas as respostas referentes à renda familiar, tipo de escola em que estudou e sobre o seu papel econômico na família. Para proporcionar uma maior dimensão ao leitor, foi escolhido um curso de licenciatura de cada *campus*¹ da UFT. Dessa forma, foram analisadas as respostas dos proponentes ao curso de Matemática, no *campus* de Arraias; História, em Porto Nacional; Pedagogia, em Palmas e Miracema;

¹ Dos sete *campi* da UFT, apenas o de Gurupi não oferece nenhum curso de licenciatura presencial.

Geografia, em Araguaína; e Pedagogia, em Tocantinópolis. Ao analisarmos as respostas sobre a renda familiar média, constata-se que em geral mais de 80% dos candidatos a esses cursos advêm de famílias que ganham de um a cinco salários mínimos, variando entre um e dois, ou de três a cinco. Veja a Figura 2:

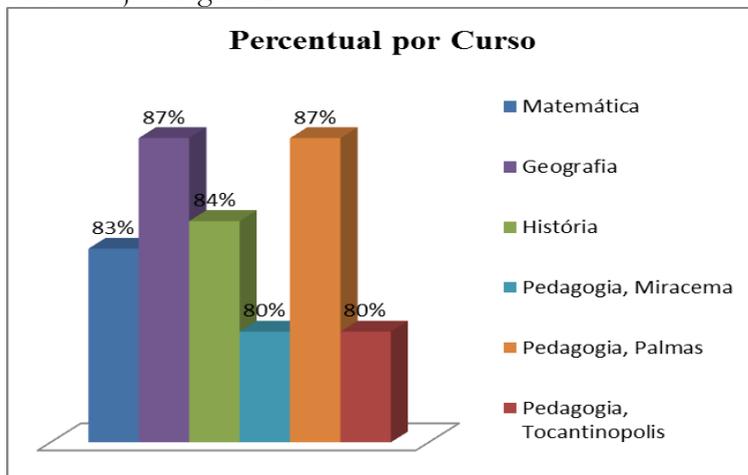


Figura 2 - Estudantes dos cursos de licenciatura com renda familiar entre um e cinco salários mínimos

Fonte: Questionário socioeconômico COPESE-UFT

Pode-se afirmar, a partir do gráfico, que em alguns cursos quase a totalidade dos concorrentes se enquadram de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), nas classes C, D e E. Levando-se em consideração que nesse vestibular a concorrência para esses cursos foi baixa, pode-se considerar hipoteticamente que boa parte desses candidatos ingressaram na UFT. Quando questionados sobre o tipo de escola que estudaram até concluir o ensino médio, a quase totalidade respondeu que estudou integralmente em escola pública, observe a Figura 3:

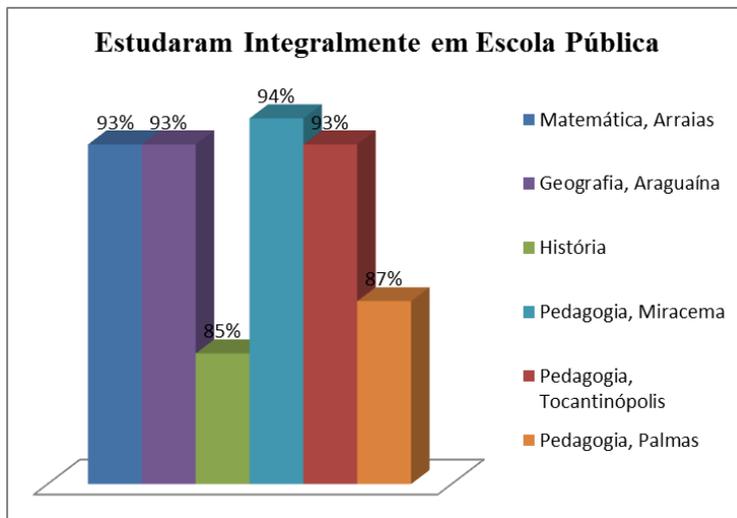


Figura 3 - Estudantes dos cursos de licenciatura da UFT que fizeram a educação básica integralmente em escolas públicas
Fonte: Questionário socioeconômico – COPESE-UFT

Ao comparar esse gráfico com o anterior, concluiu-se que o fato da quase totalidade desses concorrentes terem estudado em escola pública está intimamente ligado à condição socioeconômica da família, observando-se certa correlação nos percentuais. Outro dado que não está expressado no gráfico, mas que é relevante, é o fato de a quase totalidade (mais de 98%) dos candidatos terem declarado não ter domínio algum de uma língua estrangeira, o que revela umas das fragilidades da escola pública, já que a maioria declara que estudou integralmente em escola pública. Quando questionados sobre a sua atuação econômica na família, ou seja, se contribuem para a renda familiar, em média 30% responderam que sim, observe o gráfico abaixo:

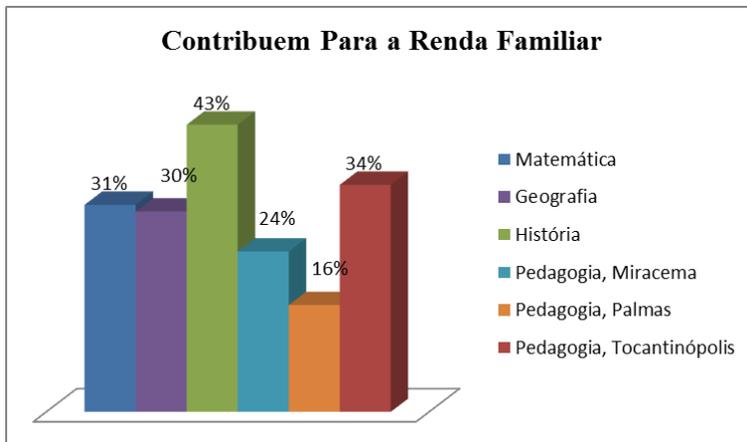


Figura 4 - Estudantes de licenciatura na UFT que contribuem para renda familiar

Fonte: Questionário socioeconômico – COPESE-UFT

Ao analisarmos mais detalhadamente todas as figuras aqui comentadas, e tendo em vista a baixa concorrência para estes cursos, concluiu-se que a maioria dos prováveis ingressantes desses cursos são oriundos de extratos sociais mais baixos (C, D e E), que estudaram integralmente em escola pública e que, dada a condição socioeconômica muitas vezes desfavorável da família, ainda contribuem para a renda familiar, indicando certa simetria entre os dados apresentados. Dessa forma, conclui-se que, de fato, cursos de baixa concorrência e de menor prestígio social tendem a ter alunos de extratos sociais desfavorecidos. Conclui-se também que o PNAES já nasce na UFT em meio a uma demanda inflada e crescente, e se pensarmos que esses cursos têm, ao longo dos anos, alcançado, em média, a mesma concorrência.

Ao consultar os dados do senso demográfico do IBGE de 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), conclui-se que, com exceção de Palmas e Araguaína, esses cursos estão alocados em cidades relativamente pequenas, com uma média de pouco mais de

25 mil habitantes cada e que possuem economia pouco diversificada, com quase um quinto (17%) da população vivendo na zona rural, em média. Pode-se concluir, a partir desses dados, que uma parte considerável da UFT (quatro dos sete *campi*) está localizada em cidades que oferecem poucos atrativos e que não possuem muita dinamicidade econômica, o que serve para reforçar a tese de que a assistência estudantil tem papel fundamental na manutenção e permanência dos estudantes dos cursos localizados nessas cidades, haja vista o contexto socioeconômico local e familiar destes. Dessa forma, pode-se afirmar que a demanda existe e cresce ainda mais a cada vestibular, deste modo, analisaremos a seguir como tem sido a assistência estudantil na UFT, nos últimos anos, de acordo com os relatórios de avaliação institucional da universidade.

A AVALIAÇÃO DAS POLITICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFT

A Universidade Federal do Tocantins é uma instituição relativamente nova, que deu início às suas atividades enquanto instituição federal em 2003, dessa forma, tanto o processo de avaliação institucional como as políticas de assistência estudantil ainda se encontram em fase de implementação e consolidação. Nesse contexto, a avaliação institucional assume importante papel, por poder participar ativamente na construção de políticas eficientes e condizentes com a realidade social não muito favorável, como vimos anteriormente, em que a universidade está inserida.

Ao analisar os relatórios de avaliação institucional realizados pela Comissão Própria de Avaliação da UFT (CPA-UFT) constata-se que a questão da assistência estudantil ainda é algo embrionário na UFT. De acordo com Alves (2010), o histórico da assistência estudantil na UFT confunde-se com a própria instituição do Plano

Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo governo federal em 2007. De acordo com a autora, embora houvesse alguns esforços antes do PNAES, no intuito de prestar alguma assistência aos estudantes da instituição, é a partir do PNAES e da criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), em 2008, que a UFT passa a ter uma política de assistência estudantil de fato.

É possível constatar o posicionamento da autora se analisarmos os relatórios de avaliação institucional da UFT de 2006 a 2010. O relatório de 2006-2007 dedica uma página e meia (incluindo gráficos) para descrever as políticas de atendimento ao estudante na UFT. De acordo com este relatório, as políticas direcionadas à permanência do estudante naquele ano consistiram basicamente na concessão de bolsas de estágio e monitoria. Vale ressaltar que a gestão das políticas de atendimento ao estudante se concentrava, antes da criação da PROEST, na Pró-reitoria de Extensão (PROEX).

No relatório de 2007-2008, observa-se novamente que as políticas de atendimento ao estudante se resumem à concessão de bolsas divididas em duas modalidades: a bolsa permanência e a bolsa estágio. De acordo com este relatório, o programa bolsa permanência visa a atender estudantes comprovadamente em estado de vulnerabilidade social, tendo como objetivo viabilizar a permanência desse estudante na instituição, bem como sua formação. Já o programa bolsa estágio consiste na concessão de bolsas para que o acadêmico possa desenvolver atividades na sua linha de formação. Vale ressaltar que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT do quadriênio 2007-2011 aponta como políticas de apoio à permanência acadêmica a concessão de bolsas de estágio, estudo, moradia e transporte, dentre outras.

No relatório de 2009-2010, é possível observar um salto quantitativo das políticas de assistência estudantil da UFT. De acordo com o relatório, neste biênio, as atividades

de fomento à permanência giraram em torno da concessão de bolsas na modalidade permanência a alunos de todos os sete *campi* da UFT, auxílio-viagem (transporte terrestre) para participação em eventos acadêmicos, locação de ônibus para participação em eventos e auxílio financeiro para participação em evento.

No que concerne a atividades de bem-estar, o relatório ressalta o apoio institucional à realização dos jogos internos da instituição, bem como a distribuição de kits esportivos aos sete *campi* da instituição. É nesse relatório que a questão da moradia estudantil é avaliada pela primeira vez. Vale pontuar que apenas dois dos sete *campi* não possuíam casa do estudante: os *campi* de Tocantinópolis e Miracema. Contudo, é possível observar, a partir desse relatório, que a universidade não desenvolve uma política *una* de moradia estudantil. No *campus* de Arraias, por exemplo, a casa do estudante foi criada por força de lei municipal, sendo gerida pelos próprios estudantes e um representante do GT (Grupo de Trabalho) de cultura do *campus*; em Porto Nacional, a casa do estudante foi construída com recursos estaduais e é gerida de forma autônoma, pelos próprios estudantes. Sobre as casas dos *campi* de Palmas, Gurupi e Araguaína, o relatório não fornece informações desta natureza.

Como aponta Alves (2010), é a partir de 2008 que a instituição começa a receber repasses oriundos do PNAES, tendo a partir daí uma dotação orçamentária destinada unicamente para este fim, a assistência estudantil. Embora seja possível observar esse salto qualitativo, é importante frisar que o relatório de avaliação externa do Ministério da Educação (MEC) observou que as políticas de atendimento ao estudante da instituição contradizem aquilo que preconiza o PDI da instituição, ficando aquém do mínimo de qualidade, indicando a falta de restaurantes universitários, espaços de convivência e lazer, quadras

esportivas e acompanhamento psicopedagógico aos estudantes com fragilidades a serem resolvidas.

O relatório 2010-2011 sintetiza melhor o histórico do programa bolsa permanência, o carro chefe da assistência estudantil da UFT. De acordo com esse relatório, houve aumento significativo no número de bolsas concedidas desde a implantação do programa, como podemos visualizar na Figura 5:

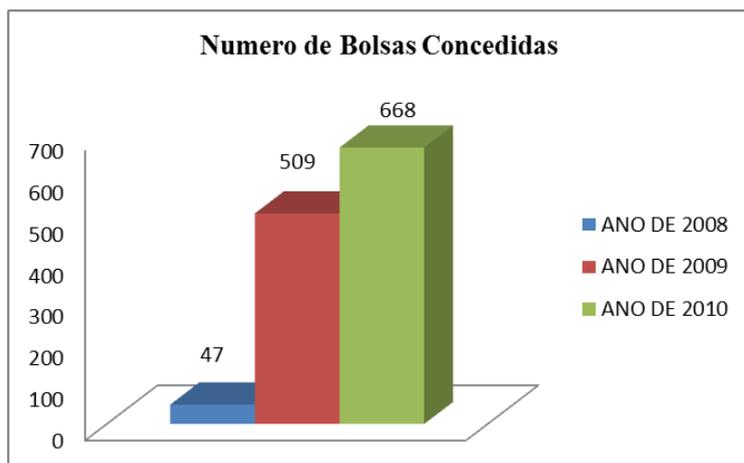


Figura 5 - Bolsas concedidas aos estudantes da UFT entre os anos de 2008 a 2010

Fonte: CPA-UFT

Podemos observar a partir da Figura 5 que houve, desde a implantação do programa bolsa permanência, um aumento significativo no número de bolsas concedidas, no entanto, como pontua o próprio relatório, não é possível precisar se o aumento do número de bolsas foi real, ou seja, se o aumento foi além da demanda, ou se o aumento apenas corresponde ao aumento da crescente demanda. O relatório também revela um aumento expressivo no número de auxílios concedidos aos estudantes da instituição no tocante a incentivos para participação em

atividades de cunho acadêmico, como podemos observar na Tabela 1:

Tabela 1 – Número de alunos que receberam algum auxílio durante o ano de 2010.

ALUNOS ATENDIDOS EM 2010	
MODALIDADE DE AUXÍLIO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS
Auxílio Individual	1.161 Estudantes
Auxílio-Viagem Individual (passagens)	172 Estudantes
Auxílio-Transporte Terrestre Coletivo (locação de ônibus)	24 Locações que atenderam a todos os <i>campi</i>

Fonte: CPA-UFT

Ao se comparar os dados da Tabela1 com a Figura 5, observa-se um aumento expressivo de alunos atendidos, no que tange ao auxílio individual e ao auxílio-viagem individual, o que indica uma maior abrangência no número de beneficiados. Sobre o apoio a atividades de bem-estar, como política de assistência estudantil, o relatório pontua que nesse ano foram beneficiados diretamente cerca de 800 alunos da instituição em situação de vulnerabilidade social que participaram de eventos esportivos. A moradia estudantil novamente é avaliada, contudo sem apresentar nenhuma novidade. Foi possível observar que o relatório desse ano foi mais incisivo na sua avaliação das políticas de assistência estudantil. Ao discutir as fragilidades e potencialidades das políticas aplicadas pela instituição, o relatório pontua que, embora haja moradias estudantis em cinco dos sete *campi* da instituição, foi constatado que a universidade não presta nenhum tipo de apoio institucional aos estudantes usuários desse tipo de moradia, nem mesmo

acompanhamento psicopedagógico, algo preconizado pelo PNAES. Contudo, vale observar que este relatório também indica avanços, como os processos em andamento para a construção de restaurante universitário e cantinas. Ainda segundo esse relatório, durante todo o ano de 2010, as políticas de assistência estudantil da instituição visaram a atender cerca de 32% dos alunos da instituição. Após analisar o contexto social da localidade em que alguns cursos estão inseridos, o perfil dos prováveis estudantes e o histórico das políticas de assistência estudantil da UFT, conclui-se que a assistência estudantil da UFT ainda está aquém do mínimo.

Pode-se observar, por exemplo, que a assistência estudantil tem se resumido majoritariamente à concessão de bolsas. Embora possa haver a justificativa de que a instituição seja nova e, portanto, enfrente algumas dificuldades de ordem financeira, a partir dessa análise, constatamos que a assistência estudantil na UFT tem que ser conduzida com mais atenção. Foi possível observar nos relatórios que a instituição parece agregar ao valor da bolsa, que não é muito (cerca de 80% do salário mínimo) todos as outras obrigações preconizadas pelo PNAES, como auxílio-moradia, transporte e etc. Como aponta Alves (2009), muitos estudantes mal conseguem pagar o aluguel com esse valor, o que acaba revelando a insuficiência dessa política de assistência estudantil da instituição.

Outro problema a ser apontado é a inconsistência dos dados, pois, embora o relatório de 2010 indique que as políticas de assistência estudantil daquele ano visaram a atender 32% dos alunos da instituição, pode-se concluir que esse é um número genérico, pois só se chega a esse percentual quando somado todos os tipos de auxílios concedidos, que muitas vezes podem ser um auxílio-viagem, ou para participação em evento, que não tem caráter mensal. O que estamos querendo concluir é que as demandas apontadas, a partir da análise dos dados, indicam

uma necessidade que vai muito além da simples concessão de auxílios- viagens, ou participação em eventos, por exemplo. Ao se distribuir esse tipo de auxílio em percentual, chega-se à conclusão de que o número de bolsas permanência - que tem uma ação social mais incisiva, ou seja, a concessão de um valor mensal ao estudante - concedidas em 2010, se comparado ao número total de matriculados (10.002,00, segundo o relatório) corresponde a apenas 7% dos alunos da instituição, o que podemos considerar um número pequeno frente a toda a demanda apresentada e admitida pela própria instituição.

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO ENSINO E PÊSQUISA NA UFT

Partindo da perspectiva de um processo avaliativo formativo e emancipatório apresentado por Oliveira *et al* (2006), ou seja, que não cumpre apenas o papel de regulação e controle, mas que busque a melhoria da instituição e de sua gestão por meio da humanização do trabalho acadêmico, foi possível observar, por meio da análise dos relatórios de avaliação da instituição, que os mecanismos de avaliação da instituição vem cumprindo o seu papel tanto institucional como educacional. Dessa forma, corrobora o que postula Oliveria *et al* (2006), que os programas de avaliação preconizam em sua própria formulação o estímulo à melhoria da qualidade e da equidade do ensino. Deste modo, foi possível observar que, ao longo dos últimos anos na UFT, o seu programa de avaliação, no tocante às políticas de assistência estudantil, vem dando contribuições salutares, seja no âmbito do ensino ou da pesquisa.

No âmbito do ensino, podemos ressaltar as intervenções incisivas do programa de avaliação da universidade no direcionamento das políticas de atendimento ao estudante da instituição se compararmos,

por exemplo, a evolução e abrangência dessas políticas na instituição. Foi possível constatar que, a partir de 2008, com a instituição do PNAES na UFT, a assistência estudantil tem evoluído, e que a avaliação institucional tem acompanhado de perto essa evolução fazendo suas contribuições críticas. É possível constatar isso ao analisar a nota 2 (em uma escala de 1 a 5) dada por avaliadores do MEC às políticas de assistência estudantil da UFT. O processo de construção e restaurantes universitários e lanchonetes que serão também espaços de socialização e convivência dos estudantes demonstram que os apontamentos feitos, a partir da avaliação institucional dentro da universidade, vem surtindo efeitos, contudo, como postula o último relatório, ainda falta muito a ser feito no tocante à assistência estudantil dentro da UFT. No tocante à pesquisa, podemos ressaltar que os relatórios de avaliação da instituição se constituem em importantes ferramentas de pesquisa, disponibilizando à comunidade interna e externa um retrato cada vez mais elaborado do que é a única instituição pública de ensino superior do estado. Foi possível, por exemplo, a partir dos relatórios, destrinchar os números referentes à assistência estudantil e indicar fragilidades nessa área, evidenciando que, muitas vezes, os números por si só são insuficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos relatórios já produzidos pela comissão de avaliação da UFT, e a adição de uma série de outros dados e informações, chega-se à conclusão de que o processo avaliativo da UFT tem cumprindo o seu papel, não enquanto mero instrumento de tutela, mas sim como importante ferramenta de melhoramento do ensino, da pesquisa e do trabalho institucional como um todo. Foi possível constatar que, embora a instituição apresente números expressivos em algumas áreas, não podemos

concebê-los de forma neutra. Dessa forma, os relatórios se constituíram em importante fonte de dados que liga de forma mais orgânica o pesquisador e a instituição. Conclui-se, ainda, que a assistência estudantil na UFT ainda está aquém da demanda e da qualidade exigida, o que exige dos gestores um olhar mais atento e políticas mais incisivas, que vão além da concessão de bolsas permanência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elaine Jesus. Avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas. 2010 196 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará, 2010.

ADACHI. A. A. C. T. Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/Fae, 2009. (Dissertação de Mestrado)

Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP). Disponível em:

<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=139> acesso em 10 de outubro de 2011.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior – Regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF D. I. Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003. p. 35-52.

FERNANDES, A. M. *et al.* Relatório de avaliação institucional – UFT 2009-2010. Palmas: PROAP/CPA, 2010. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/cpa/> Acesso em 10 de outubro de 2011.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVERIA, R. J. Perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes da Universidade

Estadual de Londrina – UEL – indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. *Libertas, Juiz de Fora*, v.6 e 7, n. 1 e 2, p.246 - 264, jan-dez / 2006, jan-dez / 2007.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista dialogo educacional*, v. 16, n. 17, p. 97-112. Jan-abr. 2006.

MARCON, F. Do ensino básico ao ensino superior público: distorções étnico-raciais em Sergipe. *Revista fórum identidades*, ano 2, v. 3, p. 19, 32. jan-jun. 2008.

NERI, M. C. (coord.) *Consumidores, produtores e a nova classe média: Miséria, desigualdade e determinantes de classe*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

NERI, M. C. (coord.) *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OLIVERIA, J. F.; FONSECA, M.; AMARAL, N. C. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. *Educar*, n. 28, p. 71-87, 2006.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. *Educação superior: democratizando o acesso*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007-2011. Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <http://www.uft.edu.br> Acesso em 10 de outubro de 2011.

Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília - 2011.

PASSOS, V. M. A.; PINHO, M. JOSÉ DE (Orgs.). Avaliação institucional interna da UFT-2006: Relatório final. Palmas: UFT, 2006.

Sinopse do Censo demográfico de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> acesso em 20 de outubro de 2011.

TONANI, F. L. *et al.* Avaliação institucional interna da UFT: 2007 a 2008. Palmas: UFT, 2009.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11 n. 32, p.226-237, maio/ago. 2006.

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to> acesso em 22 de outubro de 2011.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em 22 de outubro de 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm> Acesso em 22 de outubro de 2011.